



Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO
Centro de Ciências Humanas e Sociais – CCH



Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT

**Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS
Mestrado em Museologia e Patrimônio**

SERRINHA (PACUJÁ-CE): VALOR PATRIMONIAL, MUSEALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Adelmo Braga da Silva

UNIRIO / MAST - RJ, Março de 2016

SERRINHA (PACUJÁ-CE): VALOR PATRIMONIAL, MUSEALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

por

Adelmo Braga da Silva

*Aluno do Curso de Mestrado em Museologia e Patrimônio
Linha 02 – Museologia, Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável*

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Museologia
e Patrimônio.

Orientadora: Professora Doutora Deusana
Maria da Costa Machado

UNIRIO/MAST - RJ, Março de 2016

FOLHA DE APROVAÇÃO

SERRINHA (PACUJÁ-CE): VALOR PATRIMONIAL, MUSEALIZAÇÃO E CONSERVAÇÃO.

Dissertação de Mestrado submetida ao corpo docente do Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO e Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST/MCT, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Museologia e Patrimônio.

Aprovada por

Prof. Dr. _____
Profª. Drª. Deusana Maria da Costa Machado
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. _____
Profª. Drª. Teresa Cristina Moletta Scheiner
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO

Prof. Dr. _____
Profª, Drª. Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro
Museu da Geodiversidade - UFRJ

Rio de Janeiro, Março de 2016

B547 Braga da Silva, Adelmo.

Serinha: Valor Patrimonial, Musealização e Conservação/ Adelmo Braga da Silva. - Rio de Janeiro: UNIRIO, 2016. Orientador: Deusana Maria da Costa Machado

143

Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro / Centro de Ciências Humanas e Sociais - CCH / Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio, 2016.

1. Museologia 2. Patrimônio. 3. Serinha. 4. Musealização. 5. Conservação. I. Deusana Maria da Costa Machado. II. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais / Programa de Pós-graduação em Museologia e Patrimônio. III. Título.

*Às minhas famílias,
Do Ceará
e do Rio de Janeiro*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que contribuíram de forma direta e indireta para a construção deste trabalho, todas as informações e sugestões que recebi serviram para complementar a pesquisa.

Ao meu irmão Carlos Alberto, pela companhia e atenção dada em todas as visitas realizadas na Serrinha e também por facilitar a aproximação com os moradores da Serrinha.

À Deusana Machado, minha orientadora, com sua agenda sempre lotada sempre arrumou tempo para escutar e ajudar a resolver os problemas intelectuais e pessoais, compartilhando seu conhecimento e tornando-se amiga para além dos muros da universidade.

Ao Senhor Raimundo Abreu e Senhora Laurita Pereira, pela acolhida em sua residência na Serrinha, sempre com simples e importantes palavras que contribuíram para este trabalho.

Aos professores do PPG-PMUS que tanto contribuíram para as reflexões nesta dissertação

Aos Colegas de Turma do PPG-PMUS, Raniele Menezes, Karina Muniz, Rita Matos, Rosa Gonçalves, Eduardo Pimentel, Vânia Ventura, Teresa Silveira, Raquel Villagran, Glória Gelmini, Mariana Novaes, Ana Audebert, Denise Argenta, Joana Lima, Marcela Sanches e Inês Gouveia que contribuíram com discussões e reflexões diversas sobre patrimônio no decorrer do curso.

À Prefeitura Municipal de Pacujá, em especial o vice-prefeito Alex Melo e o Secretário de Meio Ambiente Francisco Oliveira pela boa vontade de participar da pesquisa e contribuir com informações.

À Professora Somália Viana, pelos esforços nos estudos da Paleontologia e reconhecimento do Patrimônio de Pacujá.

Ao Gustavo Berriel, por estar sempre ao meu lado ajudando e apoiando em todas as horas.

À Josiane Kunzler, pela companhia nas leituras, viagens e apresentações e por tornar-se uma verdadeira amiga.

A todos os pesquisadores que contribuíram com seus trabalhos que agregaram mais possibilidades de interpretação dos temas da pesquisa.

RESUMO

SILVA, Adelmo Braga da. **Serrinha (Pacujá – CE): Valor Patrimonial, musealização e conservação.** Orientador: Deusana Maria da Costa Machado. UNIRIO/MAST. 2016. Dissertação.

Investigamos nesse estudo as potencialidades patrimoniais apresentadas por uma área de nome Serrinha, no Município de Pacujá, Ceará, Brasil, articulando contribuições vindas dos campos da Museologia e do Patrimônio em interface com os outros conhecimentos diversos que foram identificados no desenvolvimento da pesquisa. Tratamos de questões que permeiam o estudo do Patrimônio em perspectiva integral e polissêmica. Encontramos muitos desafios no percurso da pesquisa, considerando que o tema Áreas Naturais e Patrimônio possui ainda escassa produção. Partimos de reflexões teóricas que envolvem os temas Natureza, Patrimônio e Musealização e buscamos integrar estes conhecimentos com os elementos que apresentam potencial patrimonial da Serrinha. As informações dos valores atribuídos à Serrinha foram obtidas através do levantamento da produção científica, aplicação de questionários com os moradores de Pacujá e entrevistas com os moradores da Serrinha, pesquisadores e representantes da administração pública municipal, deste modo, após confrontarmos estas informações obtivemos resultados que demonstram múltiplas formas de valorar, de se apropriar e de perceber os elementos que compõem o potencial patrimonial da Serrinha, nos permitindo enfatizar a importância da integração da musealização com outras formas de conservação, que nesse estudo de caso apontou a criação de uma Área de Proteção Ambiental junto a um possível Museu de território. Vislumbramos que essa união pode gerar frutos positivos quando pensamos a manutenção da biodiversidade, geodiversidade, cultura, história, no nível local, gerando uma experiência aplicável em muitos outros cenários.

Palavras-chave: Museu. Patrimônio. Serrinha. Musealização.

ABSTRACT

SILVA, Adelmo Braga da. **Serrinha (Pacujá – CE): Valor Patrimonial, musealização e conservação.** Supervisor: Deusana Maria da Costa Machado. UNIRIO/MAST. 2016. Dissertation (Master's).

In this study We investigated the heritage potentialites presented by an area called Serrinha, situated in Pacujá city, State of Ceará, Brazil, articulating contributions coming from Museology and Heritage in interface with other diverse knowlede that have been identified in the development of this research. We deal with issues that permeate the study of Heritage in polisemic and integral perspectives. We meet many challenges in the course of the research, whereas the theme of Natural Areas and Heiritage still has little academic production. We start from teoretical reflections involving the themes Nature, Heritage and Musealization and We are looking to integrate this knowledge with the elements that present heritage potential in Serrinha. The Serrinha's assigned values informations were obtained by surveying the scientific production, application of questionnaires with residents of Pacujá and interviews with the residents of Serrinha, Researchers, and representatives of the municipal public administration, that way, after confronting this informations We got results that show multiple forms to value, to appropriate and perceive te elements that composse the Serrinha's heritage potential, allowing us to emphasize the importance of integration of musealization with other forms of conservation, that in this case study pointed out the creation of an APA - Área de Proteção Ambiental (Category of conservation area regulated by Ministry of the Environment of Brazil) next to this idea a possibleTerritory Museum. We envisage that this union can generate positive results when we consider the maintenance of biodiversity, geodiversity, culture, history, in the local level, generating experience applicable in many other scenarios.

Keywords: Museum. Patrimony. Serrinha. Musealization.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
NATUREZA, PATRIMÔNIO E MUSEALIZAÇÃO.	10
1.1 - A RELAÇÃO SER HUMANO E NATUREZA.	11
1.2 – PATRIMÔNIO	18
1.3 - MUSEALIZAÇÃO: CAMINHOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO E PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO	38
I.3.1 – Os Modelos Conceituais de Museu	38
I.3.2 – Musealização	45
I.3.3 – Preservação e conservação: Conceitos chave para a Museologia	46
1.4 – CONSIDERAÇÕES	46
SERRINHA: OLHARES PARA O MÚLTIPLO PATRIMÔNIO	48
2.1 – CARACTERIZAÇÃO DO ESPAÇO E AMBIENTE	49
2.2– CARACTERIZAÇÃO SOCIAL.	52
2.3 – A PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A SERRINHA.	55
2.4 - ENTENDENDO O CONTEXTO: O MUNICÍPIO DE PACUJÁ	60
2.5 – A SERRINHA E O MUSEU DE PACUJÁ	61
2.6 - O POTENCIAL PATRIMONIAL DA SERRINHA	66
II.6.1 – Elementos da geodiversidade	67
II.6.2 – Fósseis	67
II.6.3 – Cachoeira	68
II.6.4 – Monumentos Rochosos	68
II.6.5 - Nascente	70
II.6.6 - Cavernas	71
2.7 - CONSIDERAÇÕES SOBRE OS ELEMENTOS ENCONTRADOS NA SERRINHA	73
II.7.1 – Elementos da Geodiversidade	75
II.7.2 – Elementos da Biodiversidade	76
II.7.3 – Elementos Culturais	79
II.7.4 – Casa de Farinha	79
II.7.5 - A casa do Seu Raimundo	80
2.7.6 - Arqueologia	81
2.8 – OS MÚLTIPLOS OLHARES PARA A SERRINHA.	79
II.8.1 - O morador da Serrinha	80
II.8.2 - O pesquisador	82
II.8.3 - Os agentes políticos	83
II.8.4 – O morador de Pacujá	84
II.8.5 – A apropriação do Território	102
CAMINHOS PARA A CONSERVAÇÃO DA SERRINHA.	105
3.1 - SERRINHA: PATRIMÔNIO NÃO INSTITUCIONALIZADO.	106
3.2 – A EXPERIÊNCIA DO MUSEU DE PACUJÁ FOI UMA FORMA DE INSTITUCIONALIZAR O PATRIMÔNIO DA SERRINHA?	109
3.3 – A DIMENSÃO PATRIMONIAL DA SERRINHA	111
III.3.1 – O potencial Científico	111
III.3.2. – O potencial Turístico	111
III.3.3 – Potencial Educativo	112

3.4 – AS “PEDRAS NO CAMINHO”: EMPECILHOS PARA O ACESSO E PRESERVAÇÃO DA SERRINHA	112
3.5 – A CONSERVAÇÃO DA SERRINHA	113
III.5.1 - A criação de uma Área de Proteção Ambiental na Serrinha	113
3.6 - CAMINHOS PARA UM PATRIMÔNIO INTEGRAL: A MUSEALIZAÇÃO APLICADA À SERRINHA	117
3.7 – CONSIDERAÇÕES	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	124
REFERENCIAS	129
ANEXOS	139

SIGLAS E ABREVIATURAS UTILIZADAS:

APA - Área de Proteção Ambiental

CAME – Conferência dos Ministros da Educação Aliados

CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente

DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral

EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBDF - Instituto brasileiro de Desenvolvimento Florestal

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

ICOFOM - *International Committee for Museology, ICOM* (Comitê Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus)

ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) - órgão filiado à UNESCO

ICOMOS – International Council of Monuments and Sites

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

IPECE – Instituto de Pesquisa e Estatística do Ceará

IPHAN – Instituto de Patrimônio Artístico e Histórico Nacional

IUCN – União Internacional para a Conservação da Natureza

OIM – *Office International de Musées*

ONU – Organização das Nações Unidas

SESI – Serviço Social da Indústria

SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação

TICs – Tecnologias da Informação e Comunicação

UFPI - Universidade Federal do Piauí

UN – *United Nations* - Nações Unidas.

UNEP - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura.

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UVA - Universidade Estadual Vale do Acaraú

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização Geográfica da área do complexo Serrinha. (Google Maps, adaptado)

FIGURA 2 - Localização Geográfica da área da Serrinha. Escala –1:10.000 (Google Maps/IBGE, adaptado)

FIGURA 3– Fotografia panorâmica da Serrinha a partir do Açude Milhãs, com esquema da concepção local e a concepção científica. (Acervo do Autor)

FIGURA 4 – Fotografias comparativas do final do verão (período seco) e início do inverno (período chuvoso) ressaltando que foram fotografadas num intervalo de 25 dias. (Acervo do Autor)

FIGURA 5 – Aspectos de trilha na Serrinha. Em alguns trechos como na foto à direita a largura máxima é de 50 cm, em outros a irregularidade do terreno impossibilita até a passagem de motocicletas. (Acervo do Autor)

FIGURA 6 – Mapa do Município de Pacujá, com localidades e fronteira com outros municípios – disponível em tamanho maior em anexos. (IPECE, 2014 adaptado)

FIGURA 7 – Museu de Pacujá, vista externa. (Acervo do Museu)

FIGURA 8 – Planta baixa da casa e organização do Museu (SILVA, 2003, p. 32)

FIGURA 9 – A e B: Icnogênero Planolites Nicholson. C: Icnogênero Skolitos Haldeman, o traço na foto mede 3cm (VIANA et al, 2010).

FIGURA 10 - Fotografia da Cachoeira dos Tucanos em dia chuvoso. (Acervo do autor)

FIGURA 11- Fotografia da Pedra do Gorila. (Acervo de Antonio Alancardé)

FIGURA 12 - Fotografia da Pedra do salto do veado. (Acervo do autor) FIGURA 13 - Fotografia da Pedra do jacaré. (Acervo de Antonio Alancardé FIGURA 14 - Fotografia da nascente. (Acervo do Autor)

FIGURA 15 – Foto panorâmica da Caverna do Limão.

FIGURA 16 – Interferência humana recente imitando pintura rupestre (A) e pichações (B) (Acervo do autor).

FIGURA 17 – Lista de cavernas cadastradas no Cadastro Nacional de Cavernas (Base de dados da Sociedade Brasileira de Espeleologia)

FIGURA 18 – Mapa com a distribuição espacial dos elementos da geodiversidade apresentados (Google Maps, adaptado)

FIGURA 19 – Aves fotografadas na Serrinha. A - Caracara plancus. Nome Local: Gavião. B - Eupsittula cactorum . Nome local Periquito. A fotografia foi feita na casa do Senhor Raimundo Abreu, que possui um periquito domesticado. (Acervo do autor)

FIGURA 20 – Lagartos fotografados nas visitas à Serrinha. A - Não conseguimos obter o nome científico. Nome Local: Calanguinho. B – Ameiva ameiva. Nome local: Calango verde. C - Tupinambis merianae. Nome local: Tejo. (Acervo do autor)

FIGURA 21 – Exemplo de plantas xerófilas características do Bioma Caatinga: A – Opuntia cochenillifera. Nome local: Palma; B- Bromelia laciniosa, Nome local: Macambira. C - Cereus jamacaru, Nome local: Mandacarú. (Acervo do Autor)

FIGURA 22 – Exemplos de flores da família Commelinaceae da Serrinha. (SANTOS et al, 2015)

FIGURA 23 – Fotografias da Casa de Farinha da Serrinha, que se encontra desativada.

FIGURA 24 – Fotografias casa do Senhor Raimundo. (Acervo do Autor)

FIGURA 25 – 1 – Batedor e 2 – Objeto esférico encontrados na Serrinha. (Acervo do Museu de Pacujá)

FIGURA 26 – Esquema das relações dos olhares para a Serrinha.

FIGURA 27 - Gráfico com a representação por divisão de sexos entre os entrevistados.

Figura 28 - Gráfico com a representação de entrevistados por faixa etária.

FIGURA 29 - Gráfico com a representação de entrevistados por faixa de escolaridade

Figura 30 - Gráfico com a representação do vínculo empregatício/ocupação dos entrevistados.

FIGURA 31 - Gráfico com a representação da distribuição de entrevistados pelo local onde fixam residência.

FIGURA 32 - Gráfico com a representação do tempo em que os entrevistados moram no Município de Pacujá

FIGURA 33 - Gráfico com a representação dos tipos de abastecimento de água dos entrevistados

FIGURA 34 - Gráfico com a representação dos locais onde os entrevistados se informam.

FIGURA 35 - Gráfico com a representação de visitas dos entrevistados em Museus.

FIGURA 36 - Gráfico com a representação do número de museus visitados pelos entrevistados.

FIGURA 37 - Gráfico com a representação dos tipos de Museus visitados pelos entrevistados.

FIGURA 38 - Gráfico com a representação do número de entrevistados que visitaram o Museu de Pacujá.

FIGURA 39 - Gráfico com a representação da impressão dos entrevistados sobre o Museu de Pacujá.

FIGURA 40 - Gráfico com a representação dos sentidos atribuídos a patrimônio pelos entrevistados.

FIGURA 41 - Gráfico com a representação das palavras associadas como patrimônio.

Figura 42 - Gráfico com a representação da quantidade de entrevistados que já visitaram a Serrinha.

FIGURA 43 - Gráfico com a representação do número de visitas na Serrinha realizadas pelos entrevistados.

FIGURA 44 - Gráfico com a representação dos elementos mais importantes para os entrevistados que já visitaram da Serrinha.

FIGURA 45 - Gráfico com a representação da percepção dos entrevistados em relação a políticas públicas de acesso e preservação na Serrinha.

FIGURA 46 - Gráfico com a representação dos valores atribuídos à Serrinha pelos entrevistados.

FIGURA 47 - Gráfico com a representação da opinião dos entrevistados acerca de opções para divulgação da Serrinha.

FIGURA 48 – Acampamento na Caverna do Limão. (Acervo de Wagner Brito)

FIGURA 49 – Cerimônia de Batismo Católico na Nascente da Serrinha. (Acervo de Maria Souza)

Figura 50 - Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga. (SILVA et al, 2004, p. 351)

Figura 51 – Área da Serrinha em relação à Pacujá e Campo Lindo. (Google Earth, adaptado)

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

A presente dissertação abordou a relevância patrimonial da Serrinha no contexto do município de Pacujá (CE), através da análise e discussão dos registros da cultura, da geodiversidade e da biodiversidade, com a finalidade de ressaltar seu potencial como Museu.

Serrinha é um complexo geomorfológico que envolve uma feição geomorfológica de mesmo nome, a Serra da Bananeira, o Serrote do Pontal e o Serrote São Tomé. Ela ocupa uma área de aproximadamente mil hectares de relevo montanhoso cuja altitude máxima ultrapassa 500 metros acima do nível do mar. Está localizada a aproximadamente nove quilômetros da zona urbana do Município de Pacujá, no estado do Ceará (Figura 1).

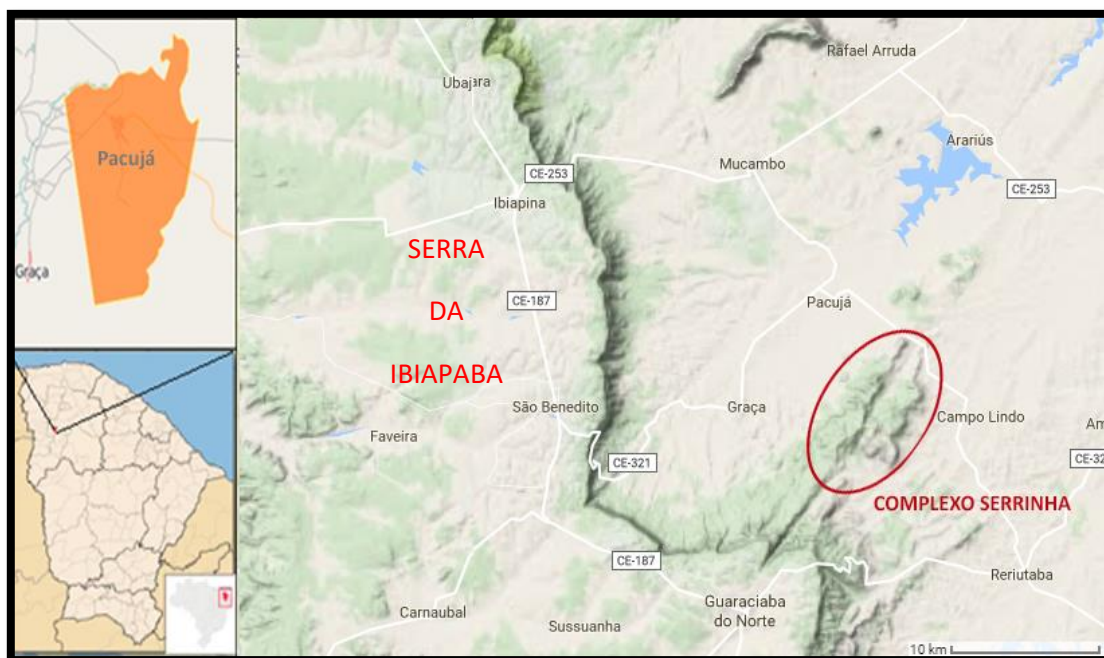


FIGURA 1 – Localização Geográfica da área do complexo Serrinha. (Google Maps, adaptado)

A escolha da Serrinha como estudo de caso se definiu pela continuação dos estudos do autor da dissertação em relação ao Patrimônio de Pacujá, mais especificamente a partir de um Museu desativado, que era um expoente da representação do Patrimônio da Serrinha e de outros locais do município. O Museu de Pacujá deu visibilidade não só às peças do acervo, mas aproximou a comunidade de Pacujá em relação aos potenciais da Serrinha, abrindo também a experiência para os visitantes, principalmente pesquisadores de muitos locais do Brasil.

Ao pensarmos na análise do patrimônio da Serrinha, pretendemos ressaltar as relações indissociáveis existentes entre geodiversidade, biodiversidade e elementos

culturais da região. Devido às condições geomorfológicas a Serrinha se destaca na paisagem e cria ambientes distintos da depressão sertaneja (categoria de relevo onde a cidade de Pacujá está inserida) e da Serra da Ibiapaba. Pelo baixo nível de ocupação humana é um espaço privilegiado do desenvolvimento de espécies da fauna e flora da Caatinga, assim como, para atividades de lazer.

As condições ambientais apresentadas na localidade tanto em aspectos geológicos quanto climáticos, dificultam o acesso e a permanência humana no local, apresentando uma vegetação densa e diversificada. Apresenta um ambiente característico de Caatinga, com dois momentos climáticos distintos, uma metade do ano em período chuvoso e a outra seca, criando uma metamorfose da paisagem. No período chuvoso, toma o verde e o colorido das flores diversas. Nos períodos secos, o aspecto torna-se de cor cinza e esbranquiçada. Após as primeiras chuvas, a vegetação recupera suas folhas. O acesso às áreas onde estão cachoeira, cavernas e formações rochosas só pode ser realizado em caminhada por trilhas íngremes onde não há acesso de automóveis.

Compreendendo a inter-relação de todos os aspectos (históricos, arqueológicos, geológicos, ambientais, etc.) da Serrinha e do município de Pacujá, podemos entender o Patrimônio tanto em sua forma integral quanto nos seus vários aspectos específicos. A primeira contempla conjuntamente os fenômenos culturais e naturais de forma indivisível, única e sem pertencer exclusivamente a uma área do conhecimento. A segunda é capaz de receber adjetivações para especificar a sua área de importância. Compreendemos, portanto, o Patrimônio de forma polissêmica, destacando perspectivas diferentes para as suas particularidades, abrangência e potencialidades, com atenção em sua conservação e os processos envolvidos.

Compreendendo o Patrimônio de forma integral e polissêmica, uma área natural apresenta perspectivas diferentes ao se considerar suas particularidades, abrangência e potencialidades. Às vezes tomado como monumento no sentido de obra ou ambiente intocável nos faz perceber a necessidade de refletir como estamos nos relacionando com o Patrimônio.

Buscamos relacionar as concepções das diversidades biológicas, geológicas e culturais, entendendo que há um processo de interdependência conceitual e prática que possibilita uma visão ampla acerca do Patrimônio múltiplo e diverso que estamos tratando.

A Declaração internacional dos Direitos à Memória da Terra, que é um documento pensado pelos especialistas em Ciências da Terra de 30 países, reunidos em um Simpósio do Patrimônio Paleontológico em 1991, na cidade Francesa de

Digne, traz reflexões que servem de base para pensarmos essa relação de geodiversidade e biodiversidade, entre eles destacamos seu quinto artigo:

5 -A terra com seus 4500 milhões de anos de idade é o berço da vida, da renovação e das metamorfoses dos seres vivos. A sua larga evolução, a sua lenta maturação, deram forma ao ambiente em que vivemos. (CARTA DE DIGNE, 1991).

Essa relação entre os seres humanos e o meio ambiente é inerente à existência humana, pois foi se consolidando ao longo da história da humanidade e, conseqüentemente, gerando diferentes concepções e pontos de vista da Natureza.

Para pensarmos nas concepções de natureza e patrimônio nos dias atuais, é necessário fazer a conexão com a criação das áreas naturais protegidas, as quais se tornaram o principal mecanismo de proteção da biodiversidade e geodiversidade, fundamentadas constitucionalmente como práticas de conservação da natureza.

Todo o processo de criação dessas áreas de proteção está impregnado de valorização, mesmo que na maioria das vezes não compartilhada pela comunidade local, mas remetendo a um valor de excepcionalidade e de identidade que diretamente as caracterizam como patrimônio.

Observando o panorama nacional no que diz respeito à preservação e as ações de conservação do patrimônio, vemos que nosso país ainda caminha vagarosamente com ações pouco efetivas de patrimonialização. A situação ainda é mais complicada quando a área é rica em materiais de valor comercial. Há pouquíssimas punições e a legislação dos órgãos responsáveis pela fiscalização destes patrimônios, como o DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral), IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e Secretarias do Meio ambiente, ainda não são suficientes para garantir uma proteção integral.

O Livro de Tombo do Patrimônio Arqueológico, Etnográfico e paisagístico do IPHAN, documento no qual se registram os monumentos naturais, os sítios e paisagens declarados como patrimônio, nos elucida que ainda são insuficientes os registros e iniciativas de tombamento dessas categorias diante do tamanho do território nacional e sua diversidade natural. Isto não significa o desinteresse dos órgãos responsáveis em relação à preservação. Podemos atribuir a esta situação a limitação da legislação de tombamento que contemplam apenas os casos considerados excepcionais.

As atividades acima descritas são realizadas pelos órgãos federais que estão em contato direto com o Patrimônio: IPHAN, ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), IBAMA (Instituto de Meio Ambiente e Recursos

Naturais Renováveis), além desses podemos citar o DNPM(Departamento Nacional de Produção Mineral) que tem a missão de gerir o patrimônio mineral brasileiro, lidando com as formações geológicas e paleontológicas.

Existem portarias conjuntas entre DNPM, IBAMA e ICMBio, mas elas tem objetividade em resolverem assuntos ligados aos conflitos, entre as gestões dessas autarquia, como podemos observar na Portaria Conjunta DNPM/IBAMA/ICMBIO Nº 104:

Art. 1º Fica criado o Comitê Permanente Mineração e Meio Ambiente - CP/MIMA, órgão colegiado consultivo e paritário, que tem como objetivos principais avaliar, orientar, propor e monitorar a elaboração e a aplicação de atos normativos, instrumentos e procedimentos conjuntos, sempre buscando a convergência de interesses, bem como assessorar aos dirigentes destas autarquias nas suas decisões, de modo a solucionar os conflitos entre as gestões dos recursos minerais e dos recursos ambientais, no interesse público, social e econômico sustentável. (BRASIL, 2009).

A preservação do patrimônio natural em sua essência visa assegurar a proteção de formas bióticas e abióticas que compõem o ambiente, contemplando também os aspectos históricos e sociais que estão envolvidos em suas expressões. O Museu como espaço de fluidez da informação associado às possibilidades e conhecimentos locais podem ajudar no desenvolvimento de ações que elucidem o(s) patrimônio(s) de Pacujá.

A partir da pesquisa de monografia do autor, que abordou a história do Museu de Pacujá, foram surgindo indagações acerca da estruturação do mesmo. A partir disso foi observada a importância da Serrinha para a constituição do museu e foram surgindo outros questionamentos acerca da relação da população do Município de Pacujá com a Serrinha.

A escolha da área da Serrinha como foco da análise, se deu através das potencialidades apontadas pelos relatos de pesquisadores, moradores de Pacujá e representantes da administração pública municipal, contato este realizado durante a pesquisa de monografia e ampliado para a pesquisa de dissertação.

Iniciamos a pesquisa partindo da reflexão acerca da valoração do território pelos atores sociais que estavam mais envolvidos, que eram: Os moradores que habitam a Serrinha, os moradores de Pacujá e os pesquisadores. Durante o processo de pesquisa surgiram outras perguntas: A Serrinha é reconhecida como patrimônio? Quais as definições de patrimônio para esses atores sociais? Como os atores sociais envolvidos se relacionam com a área? E entre si? A Serrinha tem possibilidade de ser um museu ou como uma Área natural protegida? Quais relações o poder público

mantém na área? Como a Museologia, campo interdisciplinar autônomo, pode contribuir para a preservação de uma Área Natural Protegida?

Como as contribuições da Museologia para as Áreas Naturais no Brasil e os trabalhos relativos à musealização deste patrimônio situam-se de forma ainda pouco debatida dentro do próprio campo disciplinar, e também dentro das outras áreas diretamente envolvidas com o assunto, foi um dos desafios da pesquisa tratar o assunto de forma densa, valendo destacar as contribuições do Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio (PPG-PMUS) da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) mais especificamente as dissertações de Aline Souza e Elisama Beliani, textos que serviram de referência e abriram horizontes para os temas fronteiriços e interdisciplinares que foram abordados nessa dissertação.

Partindo das possibilidades encontradas no campo da Museologia e do Patrimônio em relação às necessidades da pesquisa concentramos o foco em três pontos: o primeiro diz respeito às relações natureza/Ser Humano/Patrimônio/Museu; o segundo, nas possibilidades de aplicação dessas temáticas nas áreas naturais protegidas; e o terceiro a aplicação dos conceitos do campo dos campos da Museologia e do Patrimônio na Serrinha, suas possibilidades de institucionalização e suas relações com a população.

A partir dos pontos acima mencionados, o objetivo geral da pesquisa-dissertação buscou analisar e discutir o valor patrimonial da Serrinha, considerando os bens da geodiversidade, da biodiversidade e da cultura, através dos múltiplos olhares das esferas sociais envolvidas; possibilitando a elaboração de estratégias de musealização e conservação para a área estudada.

O trajeto da pesquisa-dissertação possibilitou alcançar também os seguintes objetivos específicos:

- Criar referências para os bens da geodiversidade, da biodiversidade e da cultura da Serrinha.
- Distinguir os vários valores patrimoniais lançados pelas esferas sociais que se relacionam com a área.
- Ressaltar a importância da preservação do Bioma Caatinga, da geodiversidade e dos bens culturais, considerando a Serrinha um sistema integrado e sua consonância com o conceito de Patrimônio.
- Expor a desativação do Museu de Pacujá, como prática do descaso com o patrimônio arqueológico, paleontológico, geológico, espeleológico e cultural.
- Identificar políticas públicas em instâncias governamentais que assegurem a proteção ambiental e cultural da Serrinha.

Por tratar de questões que permeiam o estudo do Patrimônio em perspectiva polissêmica, dando ênfase aos múltiplos olhares lançados pelas esferas sociais envolvidas e às discussões sobre musealização e estratégias de conservação do meio ambiente, o referente trabalho está vinculado na **Linha de pesquisa 2 - Museologia, Patrimônio integral e desenvolvimento**, analisando a valoração do Patrimônio da Serrinha pelos olhares múltiplos da comunidade; pautada em contribuições vindas da Museologia em interface com os conhecimentos diversos que compõem a pesquisa. É importante destacar que esse trabalho integrou o projeto INVENTÁRIO, VALORAÇÃO E MUSEALIZAÇÃO DA GEODIVERSIDADE DOS PARQUES MUNICIPAIS, ESTADUAIS E FEDERAIS NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO (RJ), BRASIL, sob a coordenação da professora Dra. Deusana Machado, cujos objetivos estão em identificar e avaliar a potencialidade patrimonial da geodiversidade dos parques municipais, estaduais e federais, e espaços museais afins, do município do Rio de Janeiro; bem como melhorar ou propor sua musealização, visando uma melhor apreensão da importância da geodiversidade como Patrimônio e sua inter-relação com a biodiversidade e a pluralidade cultural. Apesar dos objetivos do projeto estar centrados no município do Rio de Janeiro, essa dissertação fez parte de uma ação desenvolvida pelo mesmo, com finalidade de analisar e discutir a potencialidade patrimonial da geodiversidade e biodiversidade e sua apropriação pelos diversos grupos sociais em outras áreas geográficas do Brasil.

Em virtude dos objetivos a serem alcançados, trabalhamos com quatro hipóteses iniciais básicas:

1. Serrinha tem vários eixos de valores patrimoniais: Geológico, Espeleológico, Paleontológico, Arqueológico, Ambiental, Biológico, Histórico e Cultural.
2. Serrinha tem potencialidade de ser um museu de território.
3. A sociedade do município de Pacujá não reconhece Serrinha como Patrimônio.
4. A esfera governamental municipal não mantém políticas públicas ambientais e ou patrimoniais para a área da Serrinha.

A **metodologia** da pesquisa foi pautada em quatro eixos: levantamento bibliográfico e documental; trabalho de campo; realização de entrevistas e aplicação de questionários e confronto de dados obtidos.

Buscamos levantar literaturas especializadas sobre patrimônio, musealização e conservação para dar suporte aos temas abordados na pesquisa além das políticas públicas que podem se relacionam com o estudo.

O aporte bibliográfico configurou-se em sua maioria como base teórica para o desenvolvimento da dissertação.

Em relação às informações sobre a Serrinha, numa primeira etapa fizemos o levantamento de todas as informações disponíveis sobre a área. Mesmo sendo escassas, existem produções científicas na área de paleontologia e botânica, além de painéis com fotos e descrição de alguns dos representantes dos bens da geodiversidade e da biodiversidade da Serrinha, feitos pela Secretaria Municipal de Ação Social de Pacujá, ofícios enviados à prefeitura, reportagens nos jornais impressos Diário do Nordeste e O Povo.

A leitura e análise da bibliografia e dos documentos foram realizadas com o intuito de gerar uma base de dados com os bens de geodiversidade, da biodiversidade e da cultura da Serrinha, com intenção de criar referências para outras áreas do conhecimento que se apropriarem dos seus potenciais.

Na Análise bibliográfica e documental confrontamos as produções e demais documentos levantados sobre a área e sua catalogação com as bibliografias correspondentes no que diz respeito ao estudo do Patrimônio, relacionando os vários valores patrimoniais encontrados na Serrinha.

No **trabalho de campo** realizamos visitas à Serrinha e à cidade de Pacujá durante os meses de Novembro de 2014 a Janeiro de 2015, retornando em Agosto de 2015. As visitas à Serrinha tiveram objetivo exploratório e documental no sentido fotográfico e de identificação dos locais onde ocorrem afloramentos fósseis, caverna e outros elementos que compõem a Geodiversidade e Biodiversidade da área. No primeiro período de trabalho de campo, foram feitas visitas, na cidade de Pacujá, à Prefeitura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Assistência Social e local do acervo do antigo Museu de Pacujá, para levantamento bibliográfico e de informações sobre a área de estudo. Também, ocorreu a aplicação de questionários para a população de Pacujá e entrevistas orais com os moradores da Serrinha. No segundo período, foi visitada a área da Serrinha e novamente aplicados questionários na cidade de Pacujá, totalizando ao todo 400 questionários.

Em relação às **metodologias de entrevista** usamos dois tipos:

1- Questionário semiestruturado - baseado no modelo usado na dissertação de Aline Souza (SOUZA, 2009) (aplicado em São José de Itaboraí – RJ) e a metodologia de pesquisa social proposta por Gil (2008), adaptados para as questões específicas dessa pesquisa, com intuito de ser um suporte analítico das opiniões dos envolvidos nas questões abordadas na pesquisa. O público maior foi de estudantes da rede pública da educação básica, a partir do Ensino Fundamental II, mas buscamos manter um espectro amplo de perfis, abrangendo aposentados, trabalhadores dos diversos segmentos, desempregados, donas de casa e servidores públicos.

2- História Oral: Outros suportes metodológicos foram entrevistas abertas usando a metodologia da História Oral, baseando-se principalmente nos autores Paul Thompsom(1998) e Alessandro Portelli(1990). As entrevistas foram feitas com pesquisadores que atuaram na área da Serrinha, inclusive os que ajudaram na montagem do museu de Pacujá, além dos moradores da Serrinha e representantes da administração municipal de Pacujá.

A partir da metodologia de questionário semiestruturado, elaboramos a base de dados das entrevistas e fizemos a montagem de gráficos e tabelas no programa Microsoft Excel 2010®, visando identificar os valores patrimoniais das diferentes esferas entrevistadas. Somado a estes dados usamos as informações das entrevistas abertas, que passaram pelo processo de gravação em formato MP3 utilizando gravador de smartphones, as entrevistas foram transcritas e transcriadas com a remoção de vícios de linguagem. Ambas serviram para a criação de um panorama para identificar e discutir os múltiplos olhares patrimoniais da Serrinha.

Os dados coletados em campo, fontes e bibliografia sobre Serrinha possibilitaram a confecção de um mapa simples da área a partir do Google Maps®, contemplando e evidenciando os locais das formações de cavernas, cachoeira, monumentos de rocha e das áreas já identificadas com ocorrência de fósseis.

A fotografia foi uma metodologia essencial para concretizar visualmente o patrimônio a ser discutido: imagens da área em geral, dos afloramentos, cavernas, da fauna, da flora e da diversidade dos tipos de Patrimônio encontrados na região.

A partir das intepretações de todos os tipos de dados obtidos e das informações de políticas públicas nos três níveis governamentais, discutimos quais os tipos de Patrimônio encontrados na região, como as várias esferas se apropriavam dos mesmos, quais estratégias de musealização e conservação para a geodiversidade, biodiversidade e cultura da Serrinha eram mais adequadas e se a área tinha um potencial de museu de território.

A **dissertação foi organizada em três capítulos** que englobam os assuntos apresentados acima.

O **capítulo 1** traz a discussão de alguns modelos de concepção de “natureza”, especialmente do modo ocidental, traça um breve histórico da relação Ser Humano e Natureza relacionando com o Patrimônio e suas transformações teóricas. São abordados os conceitos de Biodiversidade e Geodiversidade e sua relação com a Cultura. Os modelos conceituais de Museu são discutidos e são apresentadas outras contribuições do campo da Museologia como Musealização, com ênfase nos processos de preservação e conservação.

No **Capítulo 2** apresentamos o estudo de caso fazendo uma caracterização geral do espaço físico que trata essa pesquisa, também é abordada a realidade social em que os atores envolvidos estão inseridos. Elencamos a produção científica já existente sobre a Serrinha e mostramos o contexto municipal em que a área estudada está presente. Nesse capítulo usamos o recurso da fotografia com frequência para dar suporte aos elementos da biodiversidade, geodiversidade e cultura que queremos destacar. O panorama de olhares é montado com base nas metodologias de entrevistas, mostrando os perfis dos grupos encontrados e suas apropriações para com a Serrinha.

O **Capítulo 3** traz as considerações e percepções alcançadas com a pesquisa. No primeiro tópico discutimos sobre o status não institucional da Serrinha perante as esferas administrativas. Abordamos a experiência do Museu de Pacujá, uma iniciativa ímpar para a relação dos municípios com o Patrimônio local. Depois de discutir os múltiplos olhares dos atores envolvidos na pesquisa, apresentamos os potenciais patrimoniais da Serrinha e seus usos, assim como os empecilhos para a preservação da área. Desse modo, sugerimos medidas de conservação e musealização compatíveis com a realidade encontrada na pesquisa.

Por fim, a conclusão apresenta uma síntese das respostas às questões norteadoras desta pesquisa, bem como algumas reflexões sobre a pesquisa e as perspectivas para desdobramento do trabalho.

CAPÍTULO 1

Natureza, Patrimônio e Musealização.

Capítulo 1 - Natureza, Patrimônio e Musealização.

1.1 - A relação ser humano e natureza.

O conceito de natureza apresenta perspectivas diferentes conforme o lugar de fala ou a base teórica que o sustenta. Caberia expor aqui as várias visões das diversas áreas do conhecimento sobre natureza, entretanto apresentaremos algumas definições e aspectos de natureza que darão suporte a discussão.

Partindo da contribuição lexicográfica de matriz portuguesa, vemos a definição de natureza em vertente estática: “1. Todos os seres que constituem o universo” e outra mais dinâmica: “2. Força ativa que estabeleceu e conserva a ordem natural de tudo” (FERREIRA, 1999 p.481).

A palavra natureza em Português vem do latim *natura*, originalmente significando “ação de fazer nascer”. Natureza é, pois, a “faculdade geradora”, “o princípio de tudo que nasce” e “o conjunto de tudo o que nasce” (BRANCO, 1999 p.144).

No livro *Vocabulário básico do meio ambiente* temos a definição de natureza como: “Conjunto de todos os bens e fatores que compõem o Universo; *natura*” (MOREIRA, 1990 p.160).

Para Siqueira (2002, p.33), o conceito moderno de natureza apresenta um dualismo: um quanto a produção antrópico-cultural e outro quanto a relação biótica e abiótica, sendo este último relacionado a um mundo que tem história geológica anterior a antrópica e ligada a um espaço não construído pela razão ou pela técnica.

A partir dessas definições e apontamentos acerca de natureza, entendemos que o conceito contemporâneo de natureza envolve além do seu significado de força geradora, outros fatores sociais e culturais, até individuais, dando suporte para cada indivíduo conceituar aquilo que considera natureza, assim concordamos com Carvalho (1991), que afirma:

Evidentemente a definição ou a conceituação do que seja natureza depende da percepção que temos dela, de nós próprios, e, portanto, da finalidade que daremos para ela, isto é, depende das formas e objetivos de nossa convivência social. (CARVALHO, 1991, p.13).

Isso fica explícito quando observamos a relação que os seres humanos vão desenvolvendo com o meio ambiente ao longo da história da humanidade e, conseqüentemente, gerando diferentes concepções e pontos de vista da Natureza.

Portanto as explicações e as definições acerca da natureza jamais se dissociarão das ideias, e dos objetivos de mundo que a explique ou a defina. Neste sentido podemos afirmar que a história da natureza confunde-se com a história dos homens devido aos mesmos não se relacionarem com ela de forma abstrata e genérica, mas mediados pelas necessidades impostas pelo relacionamento

que mantém entre si. (OLIVEIRA & BUCHALA, 2013, p. 4).

Antes da existência do gênero *Homo*, as espécies primatas antecessoras já transformavam a natureza e a utilizavam para a sobrevivência. Os australopitecos ocuparam o leste da África entre 6,5 a 1,5 milhão de anos antes de nossa era. Mas esses “macacos do Sul”, já que essa é a etimologia da palavra australopiteco, eram muito afastados do homem de hoje. Sua capacidade craniana era da ordem de 500 cm³, ou seja, um terço daquela do homem atual, e ainda eram imperfeitamente bípedes. Várias espécies de australopitecos eram vegetarianas, enquanto outras, como o *Australopithecus afarensis* (espécie representada notadamente pela famosa Lucy), um dos ancestrais supostos do gênero *Homo*, eram onívoros: viviam da coleta e completavam sua alimentação na estação seca por meio da caça de pequenos mamíferos, répteis, insetos etc. Para tal, eles utilizavam eventualmente pedras e bastões como ferramentas (MAZOYER & ROUDART, 2009, p.60).

No período Paleolítico, o *Homo sapiens sapiens* lascava ossos e, principalmente, pedras para empregar na extração de raízes e no abate de animais, aperfeiçoando ferramentas para suas necessidades. Também utilizava a natureza na sua expressão artística através da pintura rupestre, às vezes feita de pigmentos vegetais, minerais e gordura animal.

O *Homo sapiens sapiens* é o autor de progressos técnicos muito rápidos e variados. Desde o primeiro período de sua história, no paleolítico recente (ou superior) que se estende de 40.000 a 11.000 anos antes de nossa Era, assiste-se a uma profusão de novidades. A utilização de pedras duras, cada vez mais finamente talhadas, por percussão, por pressão e, em alguns casos, após aquecimento prévio, é cada vez mais variada e especializada. Fabricam-se, então, diferentes tipos de buris, furadores, raspadores, facas, trinchetes, machados, lamparinas à óleo etc. [...] Finalmente, o que emerge com o *Homo sapiens sapiens* é uma fantástica abundância de objetos e de representações sem utilidade imediata. Tudo se passa como se as faculdades criadoras da espécie ultrapassassem suas necessidades materiais e pudessem responder a todos os tipos de aspirações transcendentais de ordem estética, simbólica ou memorial. Esse acréscimo de criatividade se manifesta pela pintura, da gravura de paredes de certas grutas, pela ornamentação de objetos de uso corrente como as armas, os utensílios e as diversas vestimentas, e pela fabricação de objetos de arte como as estatuetas, pequenos objetos de baixo relevo, as pedras gravadas, as placas, hastes ornamentadas em osso ou em marfim cinzelado. Os motivos representam, sobretudo, os animais e cenas de caça, raramente tipos humanos. (MAZOYER & ROUDART, 2009, p. 64).

Essas são as primeiras evidências da relação intrínseca do meio ambiente com a criação de relações pessoais, produção material e espiritual dos seres humanos, representando os princípios culturais. Embora, aparentemente, pelos indícios arqueológicos os seres humanos não se consideravam diferentes dos demais elementos da natureza. (CARVALHO, 1991).

No período Neolítico, há uma grande mudança na relação homem e natureza, com a domesticação de plantas e animais, iniciando o processo de sedentarização e passando a construir moradias. Há uma especialização do uso da madeira e da pedra, surgindo os primeiros núcleos urbanos e já existe troca de materiais, em sua maior parte, grãos. Há o domínio dos metais, ampliando o panorama de ferramentas e utensílios. A natureza passa a ser cultuada sendo atribuída a divindades ligadas principalmente à colheita.

Há aproximadamente 12.000 anos antes de nossa Era começa a se desenvolver um novo processo de fabricação de instrumentos, o polimento da pedra. Essa novidade inaugura o último período da Pré - história, o neolítico. Este se prolongará até o aparecimento da escrita e da metalurgia. Entre 10.000 e 5.000 anos antes de nossa Era, algumas dessas sociedades neolíticas tinham, com efeito, começado a semear plantas e manter animais em cativeiro, com vistas a multiplicá-los e utilizar-se de seus produtos. Nessa mesma época, após algum tempo, essas plantas e esses animais especialmente escolhidos e explorados foram domesticados e, dessa forma, essas sociedades de predadores se transformaram por si mesmas, paulatinamente, em sociedades de cultivadores. (MAZOYER & ROUDART, 2009, p. 70).

A fixação do ser humano gerou questionamentos quanto ao comportamento dos outros elementos da natureza, estimulando a concepção de causas ocultas e forças invisíveis como controladoras. Essas ideias alimentaram a concepção de uma natureza sobrenatural e atribuíram poderes a certos indivíduos da sociedade de desvendar seus mistérios.

A agricultura estimulou uma série de desenvolvimentos tecnológicos, provocando também avanços na relação com o meio ambiente. Ela pode ter sido um dos principais fatores na criação do primeiro registro de alfabeto pictórico na Antiguidade, que é talhado em tábuas de argila na Mesopotâmia.

Apenas se conhecem épocas, povos e locais de onde se deram os primeiros registros escritos, os chamados cuneiformes, desenvolvidos pelos sumérios na Mesopotâmia, por volta de 4.000 a.C., embora alguns historiadores situem seu aparecimento há mais de seis mil anos (GOMES, 2007, p. 4).

Essa escrita se desenvolveu na civilização egípcia, ligada ao registro de cultos, colheitas, identificações das estações e movimentos de cheias e vazantes do rio Nilo. Vivendo em terras desérticas, o povo egípcio fez das terras férteis do Nilo um oásis de cultivo agrícola, desenvolvendo técnicas de irrigação, construção naval e erguendo grandes edificações.

Todo mundo sabe que o Egito é a terra das pirâmides, essas montanhas de pedra que se erguem como marcos desgastados pelas intempéries no horizonte distante da história. Por mais remotas e misteriosas que pareçam, elas contam-nos muito sobre a nossa própria história. Falam-nos de uma terra que estava tão

completamente organizada que foi possível empilhar esses gigantescos morros tumulares durante a vida de um único rei; e falam-nos de reis que eram tão ricos e poderosos que puderam forçar milhares e milhares de trabalhadores ou escravos a labutarem por eles, ano após ano, a cortarem as pedras, a arrastá-las para o local da construção e a deslocá-las por meios sumamente primitivos até que o túmulo ficasse pronto para receber o rei (GOMBRICH, 1999, p.25).

É nesse desenvolvimento cultural e tecnológico que se inicia a dicotomia ser humano - natureza. Nesse contexto, ocorre a concepção de domínio de algo inconstante, imprevisível e instintivo. Somente na Grécia (Por meados do século V a.C), com o advento da Filosofia, essa separação começa a tomar maiores proporções.

Em terras mais ocidentais, a Grécia, com suas pólis espalhadas pelo território com mais de mil ilhas, conseguiu desenvolver a filosofia e a política, base do pensamento ocidental, além do desenvolvimento de princípios da química, medicina e matemática.

É da antiguidade grega a influência que chega até os dias atuais, da separação de homem e natureza do pensamento que tem dominado o “mundo ocidental”.

A busca constante de coerência, no sentido racional, é a característica do pensamento ocidental, que levou a “racionalizar” todas as concepções e procura de soluções, enquanto a coerência buscada pelo oriental não é uma coerência de ordem racional, mas sim de uma identidade que compõe a natureza. (BRANCO, 1999, p.148)

É ingênuo concluir que a contribuição dos muitos filósofos ligados à tradição da filosofia greco-romana¹ se sobrepôs e predominou no mundo ocidental por que é superior às das civilizações antecessoras orientais e ocidentais. Devemos considerar a complexidade do processo histórico que se desenvolveu no ocidente.

Pautado na razão, o ser humano se separa da natureza e cria perspectiva para poder compreendê-la e interpretá-la. De um pensamento pré-socrático, onde a *physis* compreendia a totalidade de tudo que há, o pensamento ocidental deu outras significações para natureza: matéria prima, paisagem e meio de toda a atividade humana.

Com Sócrates e Platão, um conceito de natureza distinto dos pré-socráticos passa a se estabelecer com maior valorização do ser humano em detrimento dos fatores naturais. Mas é Aristóteles que se debruça sobre a busca do sentido da *physis* “a substância (*ousía*) das coisas que possuem, como tais, o princípio imanente do

¹ A filosofia greco-romana foi a maneira com que os antigos gregos e romanos sistematizaram, nos últimos cinco séculos antes de Cristo, uma forma de conhecimento, um modo de reflexão ou uma teoria da realidade. Esta filosofia pode ser classificada em dois períodos: o cosmológico e o antropológico clássico (AYER, 1975).

movimento” (ARISTÓTELES, Met. V, 4, 1015 a 13-15 apud KOIKE, 1999 p. 174).

Retomando o processo histórico da relação: Ser humano e Natureza, observamos outra mudança significativa, sobretudo com a influência judaico cristã onde a oposição homem-natureza e espírito-matéria adquiriu maior dimensão, pois “Deus criou o homem à sua imagem e semelhança”. Assim, o homem seria dotado de um privilégio (GONÇALVES, 2006, p.32).

Na Idade Média, com o domínio da Igreja católica no ocidente, a natureza ganha visão bíblica: os feudos apresentavam uma estrutura convergente com esse pensamento da Igreja. Foram criados para ser autossuficientes economicamente, mas para servir a um senhor, tendo uma produção agropastoril, e trocas entre feudos consistindo em grande parte de animais e alimentos cultivados ali mesmo pelos vassallos e arrendatários a serviço do senhor feudal.

A alteração da relação do homem com a natureza vai se consolidando à medida que se amplia o comércio e, conseqüentemente, surge uma nova dinâmica espacial geográfica. Essa nova estrutura produtiva e organizacional, que nasce com o capitalismo, vai redimensionando não somente a base para a produção de riquezas, mas, principalmente, a ideologia e a concepção popular da ciência e do universo. A economia medieval tinha suas bases econômicas fixadas, sobretudo, em recursos orgânicos e renováveis, como a madeira, a água, o vento e a força de tração animal. Assim, o novo modelo de produção traria uma concepção de realidade diferente, além de se estruturar em um patamar inédito em relação ao meio natural. A natureza agora era elemento imprescindível para a obtenção dos lucros e para a evolução competitiva dos nascidos Estados nacionais (MERCHANT, 1992, p. 112).

A Idade Moderna, com as grandes navegações, traz o domínio do mar em todos os continentes e de novos territórios. Isso promoveu uma revolução científica onde a visão mecanicista da natureza se instala, a qual passa a ser compreendida por fragmentos, dando origem às especializações da Ciência.

Essa visão mecanicista (racionalista) de mundo e a prática científica tradicional que consolida o antropocentrismo empreende, a partir do século XVII, um processo gradativo de separação humana da dinâmica natural do mundo. Dinamiza-se, a partir daí, uma nova visão de meio natural essencialmente utilitarista. Cientificamente, consolida-se então, a concepção da ciência-manipulação que, aliada à emergência do fenômeno tecnológico moderno, define uma condição humana de estar sobre o mundo e com o mundo ao dispor da ação conhecedora e transformadora humana. (BATISTELA & BONETI, 2008, p. 1005).

É com Descartes, que essa oposição homem-natureza, espírito-matéria, sujeito-objeto se tornará mais completa, colocando-se como eixo norteador do pensamento moderno e contemporâneo. O conhecimento cartesiano vê a natureza como um recurso, um meio para atingir um fim. O antropocentrismo irá afirmar a

capacidade que o humano tem de modificar a natureza (GONÇALVES, 2006, p.33).

A Modernidade promoveu uma separação ontológica entre natureza e cultura, entre mito e razão e, finalmente, entre presente e passado - visando explicitar a apreensão do possível. E neste universo desenvolveu o conceito de patrimônio, como cristalização do fazer humano no tempo e como instância de legitimação da natureza enquanto objeto de pertencimento do homem. Para o homem moderno, a aceitação da mudança (quando existe) se faz sempre num quadro de expectativa da permanência: as formas mudam, a essência permanece; nada é deixado ao Acaso, e o inesperado é entendido como o desastre, o erro, a demasia. Patrimônio é, assim, o que foi produzido, criado, instituído – o que faz prova da capacidade humana de habitar o mundo natural e, por meio dele, criar e desenvolver cultura. É neste sentido que se desenha e populariza o termo patrimônio cultural - conceito que está na base do uso do patrimônio como retórica do passado e que reifica a noção de conjunto patrimonial como núcleo fundador de espaços ocupados. (SCHEINER, 2004, p.152).

Situada no período de transição entre a Idade moderna e a contemporânea a revolução industrial muda o padrão de consumo e acelera o uso dos recursos naturais para os diversos fins, ajudando bastante no avanço da ciência e tecnologia. O “Progresso” da humanidade, particularmente desde meados do século XIX, tem sido em grande parte o resultado da nossa capacidade de obter e usar os elementos da biodiversidade e geodiversidade que o planeta Terra tem para oferecer. Na contemporaneidade, o pensamento ambientalista nos mostra que a economia global de hoje é esmagadora, considerando o uso desequilibrado dos recursos naturais da Terra.

As ideologias que modelaram as mentalidades e as instituições das nações ocidentais criam um conjunto de condições favoráveis ao crescimento e permitem um lugar de escolha na vida econômica, pois a felicidade passa pela satisfação de necessidades elásticas por essência. Elas favorecem a Inovação: A expressão Revolução Industrial é enganosa; as inovações que marcam seu início no século XIII não são mais do que signos prematuros. Não há sociedade de progresso sem esforço constante de eliminação de condicionantes. É esta ótica somente que se pode compreender o conjunto de transformações ocorridas nestes dois últimos séculos. (CLAVAL, 2007, p. 233).

A partir do século XIX, a natureza passa a ser cada vez mais um objeto a ser possuído e dominado. A natureza caminhou para as subdivisões científicas em física, química, biologia, enquanto o Homem tornou-se o foco da história, antropologia, psicologia etc. A tentativa de pensar o Homem e a Natureza de forma orgânica torna-se mais difícil, até porque a divisão não se dá somente enquanto pensamento (GONÇALVES, 2006, p.34).

Na aurora do século XX, a reflexão acerca das proposições idealistas de pensadores, como William Morris e John Ruskin, fundamentou as plataformas originárias do chamado urbanismo ecológico e organicista e, ainda, abalizaram as teorias modernas de restauro do

patrimônio. A combatividade e os projetos inovadores dos referidos personagens motivaram a organização de eventos internacionais, cuja finalidade centrou-se na busca de soluções para os desafios da preservação do patrimônio numa época de significativa expansão urbana e industrial. Não menos relevante foi o alcance da destruição causada pelos confrontos bélicos decorrentes da II Guerra Mundial (1939-1945), uma vez que este trouxe à tona a necessidade de se criar expedientes internacionais de proteção ao patrimônio, além de afiançar o restauro de monumentos e a reconstrução de inúmeras cidades (FUNARI e PELEGRINI, 2006).

Além do papel essencial para sobrevivência e manutenção da vida, a Natureza propicia as fontes materiais e imateriais da produção cultural. É inspiração para a arte, literatura, música e outras formas de expressão da cultura. Portanto, pensar natureza é pensar o Patrimônio. Mesmo nas camadas mais profundas, o legado da materialidade configurada em elementos químicos está presente. É válido destacar aqui o poder e influência da ciência no conceito contemporâneo de natureza, o mundo microscópico e o atômico incorporaram outras percepções, novas possibilidades de ver a imensidão que o olho nu não dá conta, e isso ocorre também no lado oposto, o desenvolvimento de instrumentos que alcançam outras galáxias, permitindo a inserção de realidades espaciais que não fazem parte do cotidiano. As ciências que se ocupam em estudar os fenômenos e o complexo que envolve os processos da natureza também são responsáveis pelo alargamento conceitual e adição de novos elementos e significados.

Nesse contexto, a apropriação humana do meio natural cria produtos que adicionados à valoração, ao legado, à transmissão de conhecimentos e às tradições transformam a natureza em cultura.

“Dizer que a cultura se opõe à natureza não é correto, pois não se sabe onde se situam os limites de uma e de outra” (CHOULET, 1991, p.54). As necessidades humanas são culturais e não naturais. Até seu modo de alimentar-se inclui hábitos (culinários e sociais) que podem não ser considerados como instintivos. Ele não poderia ser homem se não possuísse traços eminentemente culturais, como o uso da linguagem. Nesse sentido a própria concepção de natureza é um ato cultural (BRANCO, 1999, p.154).

Em vista do exposto, sabemos que muitas são as definições, para efeitos do tema “cultura”, Partindo do conceito defendido pela UNESCO vemos que:

A cultura deve ser considerada como o conjunto dos traços distintivos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver juntos, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 2002, *online*)

Porém, como um conceito polissêmico, que ganha novas significações e abordagens, conforme o eixo de interpretação, consideramos a reflexão de Geertz:

O conceito de cultura que eu defendo, (...) é essencialmente semiótico. Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.(GEERTZ, 1973, p.15).

Como produto da relação Ser Humano e Natureza, a cultura material e imaterial acompanha e se transforma dentro do processo histórico, adaptando-se às necessidades dos grupos humanos nos diferentes períodos e espaços. A diversidade natural está presente na diversidade da expressão cultural. Até os dias atuais, as sociedades, que não participam do processo de importação de material de outros locais, usam aquilo que está presente ao seu redor para a sua sobrevivência, alimentação, construção, vestimenta, alimentação animal, utensílios e expressões artística, ritualística e religiosa.

Os seres humanos são parte da natureza e, como todas as outras espécies do planeta, dependem de ecossistemas saudáveis para a sua sobrevivência. A natureza nos fornece materiais essenciais, como água potável, alimentos e demais matérias que transformamos e utilizamos para nosso sustento e nos mantém como espécie dominante no planeta. A reflexão que estamos traçando nos levará aos caminhos que a natureza e o patrimônio podem apresentar quando são pensados e praticados em concordância com a promoção da preservação de ambos.

1.2 - Patrimônio

O conceito contemporâneo de Patrimônio, assim como o de natureza, é dotado de uma carga histórica que nos ajuda a compreender o pensamento e ações que atribuímos ao termo que utilizamos rotineiramente. É importante destacar que neste estudo consideramos que o patrimônio está ligado às concepções influenciadas pela cultura ocidental.

Traçando uma linha temporal baseada no sentido de pertencimento e herança, podemos remeter ao período romano, onde *Patrimonium* faz referência ao conjunto de bens transmitidos ao filho pelo pai (chefe de família). Essa herança era respaldada pela Lei das XII Tabuas, base do Direito Romano (NÓBREGA, 1968 apud LIMA, 2012). A ligação de parentesco se fazia através da agnação, conferindo o direito de sucessão, a religião doméstica, a família e o direito de propriedade. Dessa forma o principal vínculo existente era o culto religioso doméstico, comandado pelo pater

famílias, pois era o dono da casa e mantenedor das tradições. Essas tradições eram praticadas desde os períodos mais remotos e influenciaram a criação das leis do Direito Romano onde, inicialmente, a família se apropria da terra (altar sagrado) pela religião doméstica com um deus cultuado apenas por ela (COULANGES, 2006). Por isso, o Patrimônio Romano correspondia ao “conjunto de direitos aos bens e às atribuições sociais do pai, herdado pelo primogênito” (FARIA, 1962 apud LIMA, 2012).

Esse papel, na geração e manutenção de propriedades, bens e valores, permite-nos pensar no patrimônio com sentido de herança e sucessão, sentidos que ainda atualmente são atribuídos à palavra patrimônio.

Para Scheiner (2004), a ideia de patrimônio fundamenta-se essencialmente na imaterialidade e está ligada às percepções de tempo, espaço, matéria e movimento das diferentes culturas, ao longo do processo civilizatório - sendo, portanto, muito anterior ao Direito Romano. Mais que legado jurídico, o patrimônio seria um conjunto de valores essenciais à constituição e manutenção da identidade de cada grupo social e, portanto, um conceito fluido, já que as identidades se modificam no tempo e no espaço. Patrimônio seria, então, o que cada indivíduo ou grupo reconhece e valoriza como seu.

A instalação do Cristianismo no mundo ocidental, principalmente na Idade Média, agregou ao conceito de patrimônio o valor do culto religioso doméstico romano para o coletivo, dando um sentido de coletividade social. Isto é, adicionaram-se novos valores simbólicos através de cultos e devoção a objetos sagrados, principalmente a devoção às relíquias cristãs e aos templos e locais sagrados, mas como práticas sociais (SANTOS, 2012).

A Idade Contemporânea trouxe uma visão para o conceito de patrimônio. O momento histórico que deflagrou essa reviravolta foi a Revolução Francesa com todas as suas transformações políticas, econômicas e sociais para a França. Até a Revolução Francesa, a palavra patrimônio era mais comumente utilizada como herança ou de domínio religioso. O sentido público apareceu 02 de outubro de 1789, quando a Assembleia Nacional Constituinte nacionalizou os bens do clero e criou assim a ideia de um bem coletivo. Em 1794, o Abade Henri Grégoire forneceu uma definição próxima da concepção atual: “*os monumentos: devem ser protegidos em virtude da ideia de que os homens não são apenas os guardiões da propriedade cuja família tem o direito de responsabilizá-lo*” (HERMON-BELOT, 2000, p.43).

Pela primeira vez, vemos o Estado tomando para si a salvaguarda legal de bens que considerasse relevante para a caracterização de nação. Nesse cenário, todos os pertences da Igreja, realeza e nobreza passam para o Estado, surgindo a ideia de patrimônio, que ecoa até hoje, como algo que pertence a toda uma nação e,

como tal, deve ser preservado pelo poder público e representar uma identidade nacional (FONSECA, 2009).

Para os revolucionários, a conservação do patrimônio e a luta contra o vandalismo tiveram um objetivo educacional. A inserção dos bens como pertencentes ao Estado e o processo de reconhecimento de cidadania e identidade social do indivíduo promoveram a institucionalização do Patrimônio - Patrimonialização. Isto se deu como resultado da ação dos comitês e assembleias populares (CHOAY, 2001 p.97 apud LIMA 2002).

Durante o período pós Revolução Francesa e o século XIX o conceito de patrimônio passou a ser confundido, na maioria das vezes, com a noção de monumento histórico (DEVALLÉES & MAIRESSE, 2013), pois o seu princípio estava embasado prioritariamente em bens imóveis. A criação da Comissão de Monumentos Históricos, em 1837, e, posteriormente, a promulgação da lei de 30 de março de 1887 (FRANÇA, 1887) institucionalizou três tipologias de patrimônio material: Imóveis e Monumentos Históricos; Objetos Móveis e escavações (*Foullies*).

A Revolução Industrial provocou novos significados na maneira de pensar patrimônio. Ocorreu no final do século XVIII na Grã-Bretanha e se instalou definitivamente no século XIX. Foi um importante momento de passagem do processo manual e artesanal para o da industrialização, modificando significativamente as estruturas econômicas, políticas e sociais. Nessa atmosfera, o processo de destruição do patrimônio se acelerou, mas também tornou-se visível por maior número de pessoas devido à possibilidade de deslocamento de massas. Isso possibilitou ao patrimônio estar sob a visão de destruição e preservação.

Como Fonseca (2009) descreveu, o século XIX foi a consolidação de dois modelos de patrimonialização na Europa que foram exportados para outros países: o modelo anglo-saxão e o modelo francês:

O modelo anglo-saxônico com o apoio de associações civis, voltado para o culto ao passado e para a valorização ético-estética dos monumentos, e o modelo francês, estatal e centralizador, que se desenvolveu em torno da noção de patrimônio, de forma planejada e regulamentada, visando ao atendimento de interesses políticos do Estado (FONSECA, 2009, p. 62).

O século XX trouxe outras contribuições para pensarmos sobre o patrimônio. Guerras Mundiais, o papel dos grandes Estados, o desenvolvimento de transportes e comunicações, o progresso da saúde, alterações demográficas, conquista dos céus e espaço, as armas de destruição em massa, genocídio, todos se combinam para fazer deste século um período excepcional em história humana, na medida em que não deixaram qualquer “parte” do planeta, longe das convulsões políticas e sociais pelo

nível de globalização da informação e da economia. Destacamos ainda a concretização de muitos campos do conhecimento e disciplinas nas diversas áreas.

No que tange ao estudo do Patrimônio, ressaltamos a influência das ciências humanas, sociais e naturais que desde o século XIX, de maneira perceptivelmente mais acentuada, desenham suas fronteiras, interligando-se, separando-se, e criando dentro das próprias áreas novas disciplinas para dar conta dos desafios que surgem. História, História da Arte, Antropologia, Sociologia, Arqueologia, Geologia, Biologia e Ecologia influenciaram notavelmente a percepção monumental do patrimônio, predominante até meados do século XX.

Inserida nesse contexto, aparece a denominação de monumento natural nas legislações de proteção do patrimônio. O modelo conceitual utilizado para sustentar a preservação dessas áreas tem matriz mais antiga, podendo ser associada à criação do primeiro Parque Nacional do mundo: Yellowstone em 1872. Segundo Ribeiro e Scifoni:

O paradigma de Yellowstone definiu três aspectos essenciais: 1. o reconhecimento da importância de um mundo natural em estado primitivo, 2. objeto primeiro de proteção pelo Estado, uma vez que ela implica em interesse público e, 3. a ênfase dada aos aspectos estéticos, estes constituindo o fundamento maior da valoração. (RIBEIRO & SCIFONI, 2006)

É interessante salientar que a criação do Primeiro Parque Nacional no Brasil ocorreu em 1937, o Parque Nacional de Itatiaia, sob o governo de Getúlio Vargas, recebendo influência de Yellowstone, mas adaptando-se as condições sócio-políticas brasileiras da época. Não só no Brasil, mas em todo o mundo, foram medidas derivadas do modelo americano de Parque Nacional e criando outras formas e categorias de áreas protegidas, não somente públicas, mas também privadas

No Brasil, as décadas de 1920 e 1930 marcam ainda uma série de iniciativas relacionadas à preservação do patrimônio natural do país – que incluem a realização, em 1934, no Museu Nacional, da Primeira Conferência Brasileira de proteção à Natureza - cujos textos mencionam, entre outras coisas, a necessidade de criar parques nacionais para evitar a destruição de nossas florestas; a metodização da extração da madeira; o controle da caça; a difusão, nas escolas, de programas de „amor à natureza“; a destruição de monumentos arqueológicos; a proteção aos índios e o cumprimento ao Código Florestal (PÁDUA, 1986).

Ainda na década de 30 do século XX, o meio ambiente não estava contemplado no conceito de Patrimônio em vigência, que era considerado como o “Patrimônio Histórico e Artístico Nacional” presente no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937:

Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.(BRASIL, 1937)

Esse decreto-lei, que também instituíra o tombamento, refletia o período da valorização do nacionalismo da Era Vargas e demonstrava a valorização atribuída ao patrimônio que legitimasse o estado-nação pautado na busca por elementos constitutivos da identidade brasileira.

O meio ambiente estaria relacionado ao código florestal (Decreto 23.793, de 23/01/1934) e código de caça e Pesca (Decreto nº 23.672, de 2 de Janeiro de 1934), ambos criados em 1934, caracterizando as primeiras áreas de proteção da fauna. (BRASIL, 1934, a, b).

Ainda no século XX a ideia de patrimônio sofreu a influência da criação de órgãos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), criada em 1945 e preocupada com a devastação que a Europa sofreu por causa da guerra e com o processo de urbanização. Logo após, em 1946 foi criada a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), assegurando a entidade como primeira instituição em nível global a ter como uma das finalidades a salvaguarda do patrimônio cultural o estímulo da criação e a criatividade e a preservação das entidades culturais e tradições orais, assim como a promoção dos livros e a leitura.

O grande desenvolvimento das metrópoles no início do século XX, a I Grande Guerra Mundial e o efervescente movimento artístico e arquitetônico das décadas de 20 e 30 do século XX instigaram as primeiras discussões sobre o restauro de monumentos arquitetônicos de importância histórica, artística e científica. A Sociedade das Nações, juntamente com o Escritório Nacional de Museus, realizou o I Congresso de Arquitetos e Técnicos de Monumentos, tendo como documento a primeira Carta de Atenas (1931). Esse documento é considerado o primeiro movimento de internacionalização do Patrimônio. (UNESCO,2003).

Para o Patrimônio Natural, desde a criação de parques, as áreas naturais protegidas nos vários locais do globo passaram a despertar interesse internacional pela questão preservacionista, evidenciado pela criação de órgãos, convenções e demais meios organizacionais que se pautaram em dar atenção à gestão dos recursos naturais, como podemos citar a criação em 1948 da IUNC (União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais) e mais tarde a partir da Carta de Veneza, o ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) ambos associados a ONU.

Podemos atribuir essas atividades a um processo que Ribeiro (2001) definiu como a *ordem ambiental internacional*, que buscou estabelecer, por meio de acordos e tratados, uma gestão dos recursos naturais que fossem problemas comuns, resultado das diversas formas que a relação sociedade-natureza adquiriu ao longo da história, e ultrapassem as fronteiras dos Estados Nacionais. Essa ordem ambiental internacional influenciou e influencia, até os dias atuais, o entendimento e a forma de tratamento utilizado pela comunidade internacional sobre o Patrimônio e Meio Ambiente.

Outro órgão importante criado em 1946 foi o Conselho Internacional de Museus (ICOM), que reúne profissionais de museus do mundo inteiro, promovendo desenvolvimento profissional, além da grande contribuição para o estudo do Patrimônio. A partir da criação do ICOM, criou-se uma rede internacional que alavancou os estudos da Museologia, que trouxe contornos científicos para a área, com contribuições principalmente do Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), criado em 1977, para “pesquisar, estudar e difundir a base teórica da museologia como uma disciplina científica independente, analisando criticamente as principais tendências da museologia contemporânea”. (ICOFOM, 2015, online)

A partir da metade do século XX intensificaram-se as ações e os estudos acerca do Patrimônio, que deixou de ser uma preocupação local ou de cada país para ganhar status internacional.

Há uma bem traçada estratégia: enquanto à UNESCO cabem as questões que devem ser discutidas em âmbito paraestatal, mas homologadas e atuadas dentro dos limites nacionais dos Estados-membros, ao ICOM e organismos similares compete elaborar as diretrizes teórico-metodológicas e as recomendações de caráter ético, em nível internacional, ligadas ao campo específico de atuação a que se refere cada órgão. (...) a UNESCO atua verticalmente, o ICOM e similares desenvolvem uma atuação transversal, que lhes permite desenvolver as mais interessantes interfaces (SCHEINER, 2009, p. 44)

A interpretação do conceito de patrimônio ganhou outras formas, herdando a concepção material, podemos observar as divisões em Patrimônio Cultural e Natural.

Surge, também, uma preocupação de tratar a questão de patrimônio em nível internacional, assim como discutir o patrimônio em locais de conflito, conservação e preservação de monumentos históricos; problemas de tráfico ilícito; problemas de propriedade cultural; a proteção a paisagens e sítios naturais; e a acessibilidade aos museus (ICOM, 1962 apud SCHEINER 2012).

Essas discussões geraram inúmeras convenções em 1972, no âmbito das Nações Unidas. Essas conferências iniciaram com a Mesa Redonda de Santiago, que aconteceu em maio de 1972, quando um grupo de profissionais da Museologia se

encontrou e discutiu o sentido do patrimônio integral, a partir das discussões sobre o Museu Integral.

Em Junho de 1972, ocorreu a I Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, em Estocolmo Suécia. A finalidade principal dessa conferência seria o debate das nações sobre a degradação ambiental e da biodiversidade do planeta e como isso estaria interferindo na sobrevivência da humanidade.

Outra convenção importante aconteceu em Paris, em novembro deste mesmo ano, I Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, também nomeada Convenção do Patrimônio Mundial ou simplesmente Convenção (UNESCO, 1972c). O documento elaborado por ela colocou o patrimônio sob a perspectiva universal, institucionalizando o patrimônio em nível internacional. Foi a partir dela que ocorreu a criação da lista de Patrimônio Mundial e a definição de Patrimônio Cultural e Natural.

[Patrimônio cultural:] os monumentos: obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de natureza arqueológica, inscrições, cavernas e grupos de elementos que tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos: grupos de construções isoladas ou reunidas que, em virtude de sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem, tenham um valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os sítios: obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, bem como áreas que incluam sítios arqueológicos, de valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.

(...)

Patrimônio natural: os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas nitidamente delimitadas que constituam o habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas e que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação; Os sítios naturais ou as zonas naturais estritamente delimitadas, que tenham valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, da conservação ou da beleza natural. (UNESCO, 1972).

Essas convenções possibilitaram que debates sobre políticas de preservação do patrimônio e a relação sustentável de desenvolvimento local e do Estado fossem iniciados por governos, agências promotoras de desenvolvimento e comunidades sociais. Em pauta, existia a ideia do bem estar da sociedade e sua relação com o meio ambiente.

A consolidação do Patrimônio Cultural e Natural gerou ampliações de novas valorações. A absorção de uma temática mais oriental levou a discussão ao Patrimônio Cultural Imaterial e ao Patrimônio Cultural Subaquático, culminando na

Convenção para salvaguarda do Patrimônio Subaquático em 2001 e na Convenção da salvaguarda do Patrimônio Cultural Intangível em 2003, ambas realizadas com representantes de todos os países membros da UNESCO reunidos em Paris. (DESVALLÈS; MAIRESSE, 2013)

Essa ideia da preservação do Patrimônio Imaterial ganhou a adesão e simpatia mundial. Podemos observar no texto da Convenção para o Patrimônio Cultural Imaterial a presença deste pensamento:

“Entende-se por patrimônio cultural imaterial as práticas, representações, expressões, conhecimentos e saber-fazer - assim como os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhes são associados.

__que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como fazendo parte de seu patrimônio cultural. Esse patrimônio cultural imaterial transmitido de geração em geração é recriado permanentemente pelas comunidades e grupos em função de seu meio, de sua interação com a natureza e de sua história, e lhes confere um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, só será levado em consideração o patrimônio cultural imaterial conforme os instrumentos internacionais existentes relativos aos direitos do homem, e de acordo com a exigência do respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e de um desenvolvimento sustentável” (UNESCO, 2003).

Observamos que a categoria Patrimônio Imaterial desde o final do século XX vem recebendo muitas contribuições e discussões em torno do reconhecimento e valoração desta:

A noção de patrimônio, essencialmente definida sobre as bases de uma concepção ocidental da transmissão, foi amplamente afetada pela globalização de ideias, cujo testemunho é o princípio relativamente recente do patrimônio imaterial. Essa noção, originária dos países asiáticos (notadamente do Japão e da Coreia), funda-se sobre a ideia de que a transmissão, por ser efetiva, repousa essencialmente sobre a intervenção humana, da qual provém a ideia de *tesouro humano vivo*²: (DESVALLÈS; MAIRESSE, 2013, p. 75)

Outras formas de apresentação do Patrimônio entraram em debate e criaram diferentes maneiras de perceber a relação entre o ser humano e seu espaço, sua história, a natureza e até mesmo a forma de comunicar e armazenar a memória. Dentre eles o Patrimônio Industrial, que possui um comitê internacional para seu estudo e conservação, e também o Patrimônio digital ou virtual, que ainda é consideravelmente recente e toma cada dia mais espaço no cotidiano com a

² Para a UNESCO um Tesouro humano vivo é uma pessoa que tenha dominado a prática da música, da dança, dos jogos, de manifestações teatrais e de ritos de valor artístico e histórico excepcional em seu país, como definidos na recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular” (UNESCO, 1993)

aproximação e desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs).

Como observamos na trajetória da internacionalização do Patrimônio, esse está ainda em construção. Quando se trata de Patrimônio e Meio Ambiente, a criação de novos conceitos se tornou imprescindível, dentre eles os de Biodiversidade e de Geodiversidade, nas décadas de 80 e 90 do século XX, respectivamente, ambos os termos presentes na base da discussão do que será preservado, conservado e valorado. (WILSON, 1997; SILVA et al, 2008)

Biodiversidade ou diversidade biológica – é um conceito discutido por muitos especialistas das diversas áreas da ciência e expresso de muitas maneiras com o sentido de traduzir o conceito de variedade da vida. Escolhemos a definição cunhada pela Convenção pela Diversidade Biológica, fruto das articulações que deram origem ao Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA em Português – UNEP em Inglês) e assinada, em 1992, por 150 países (inclusive Ratificada pelo Brasil).

Diversidade biológica significa a variabilidade existente entre organismos vivos de todas as fontes, abrangendo, entre outros, ecossistemas terrestres, marinhos e outros aquáticos, bem como os complexos ecológicos de que são parte; isso inclui a diversidade de todas as espécies, entre espécies e ecossistemas. (PNUD, 2002)

Geodiversidade, termo também de definições múltiplas, é em essência a variedade de elementos e fenômenos inerentes à Terra. Escolhemos aqui trabalhar com o conceito dos Geógrafos Serrano Cañadas e Ruiz Flaño:

Geodiversidade é toda a diversidade de partículas, elementos e sítios que materializam a variabilidade da natureza abiótica. Acrescentam a esse conceito elementos litológicos, tectônicos, geomorfológicos, pedológicos, paleontológicos, hidrológicos e topográficos, além de processos físicos na superfície da terra, nos mares e nos oceanos. (CAÑADAS & FLAÑO, 2007 p.82).

A partir desses conceitos, montamos um panorama para interpretarmos a relação Patrimônio e Meio ambiente, percebendo a enorme gama de potencialidades que ele traz por estar presente nessa amplitude nos meios bióticos e abióticos.

Embora sejamos um dos integrantes desse patrimônio da humanidade - a biodiversidade – seus elementos não tem escapado das consequências nefastas de nossas atividades expansivas, sofrendo elevados índices de degradação, resultando perdas inestimáveis para toda a sociedade.

Dentre as maiores ameaças à preservação da diversidade biológica, provocadas pela intensa alteração ambiental causada pelo avanço e utilização do espaço pela espécie Homo sapiens, a degradação e a fragmentação de habitats se destacam pelo seu alto potencial de provocar a extinção de espécies e ecossistemas.

Bensusan (2006) enfatizou que este problema é “um processo dinâmico constituído basicamente de três componentes: a perda de habitats na paisagem como um todo; a redução do tamanho dos remanescentes e o crescente isolamento do fragmento por novas formas de uso”.

Inserida nesta perspectiva, a proteção à diversidade biológica e ao ecossistema baseia-se no mecanismo de criação de áreas protegidas, fundamentado constitucionalmente como práticas de conservação da natureza.

A preocupação com geodiversidade, biodiversidade, suas manutenções e conservações são inerentes ao estudo do Patrimônio, cabendo um amplo debate com múltiplos profissionais no tratamento das questões específicas de cada caso.

Esse debate deverá levar em consideração a apropriação humana dos elementos do meio ambiente o qual gera uma relação intrínseca da natureza com cultura, como Pereira et al (2005, p.13) afirmam:

Geodiversidade e biodiversidade dependem uma da outra e interagem mutuamente, procurando o planeta nesse balanço, um equilíbrio. Se objetivarmos a importância da geodiversidade para o Homem, facilmente se conclui que este esteve sempre dependente dela, sendo mesmo determinante para evolução da civilização.

Tratando, também, da relação entre Geodiversidade e Biodiversidade, a Museóloga Aline Souza afirmou:

A geodiversidade está em constante relação com a biodiversidade. Não é possível falar em preservação da flora, sem considerar o solo, os minerais o relevo que também influenciam os hábitos de vida da fauna. Esse é apenas um dos muitos exemplos que existem e podem corroborar para tal integração. (SOUZA, 2009, p. 18)

É possível atribuir da Geodiversidade e Biodiversidade muitos valores, ajudando a enfatizar a necessidade da preservação de ambas. Destacamos valores adaptados de Brilha (2005) que melhor se adequam as possibilidades dessa pesquisa.

Valor intrínseco: Valor da própria biodiversidade e geodiversidade nelas mesmo e por elas mesmas, considerando que, independentemente de seu possível uso por seres humanos, a diversidade da vida na Terra deve ser preservada e que os seres humanos têm o dever moral de respeitar isso.

Valor patrimonial: Valor Cultural, de identidade, de história da biodiversidade e geodiversidade, o que as torna, ou alguns dos seus elementos ou processos, um patrimônio a preservar, para as gerações presentes e futuras.

Valor instrumental: biodiversidade e geodiversidade como provedoras de recursos e serviços úteis e até mesmo essenciais para o funcionamento das sociedades humanas.

Para pensarmos o Patrimônio e o Meio Ambiente na contemporaneidade, é necessário fazer a conexão com a criação das áreas naturais protegidas em esfera global que se multiplicaram mais fortemente nas últimas três décadas do século XX. Segundo o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente) a área ocupada com sítios protegidos quadruplicou desde a década de 1970 (RIBEIRO & SCIFONI, 2006).

Na legislação brasileira, somente na Constituição de 1988 o termo Patrimônio Histórico e Artístico Nacional é substituído por “Patrimônio Cultural”. O artigo 216 da Constituição Federal assim conceitua patrimônio cultural:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (BRASIL, 1988).

VI

O conceito é assim ampliado de maneira a incluir as contribuições dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Essa mudança incorpora o conceito de referência cultural e significa uma ampliação importante dos bens passíveis de reconhecimento. Dentro dessa concepção, notamos que os elementos culturais estão misturados aos naturais, apesar destes primeiros estarem mais representados na constituição. A natureza é contemplada diretamente nos aspectos paisagístico, paleontológico e ecológico.

Mesmo não contemplando em totalidade os elementos da geodiversidade e biodiversidade, o conceito de Patrimônio na Constituição de 1988 anuncia um perfil da identidade brasileira ligada à Natureza e dá suporte para o poder público, com a colaboração da comunidade, de ser o agente que promoverá e protegerá o patrimônio brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento.

Com auxílio dessa base constitucional e a partir de uma estrutura já existente das unidades de conservação, desenhada nos anos 1950 e 1960 por especialistas que atuaram no Instituto brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), o país concebeu nos anos 2000, um Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). O processo de elaboração e negociação desse Sistema durou mais de dez anos e gerou uma grande polêmica entre os ambientalistas.

A lei do SNUC dispõe, além das categorias de unidades de conservação, sobre os objetivos e diretrizes do sistema; sobre o processo de criação, implantação e gestão das unidades; sobre as reservas da biosfera e, ainda, sobre uma série de outras questões em suas disposições transitórias. Com relação aos objetivos do SNUC, vale a pena mencionar que entre os que tradicionalmente constam desse tipo de documento, como contribuir para a manutenção da biodiversidade, promover o desenvolvimento sustentável, proteger paisagens de notável beleza cênica, promover a pesquisa científica e a educação ambiental, há um objetivo que chama a atenção por seu teor de inovação. Trata-se da proteção dos “recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e cultura e promovendo-as social e economicamente.” (BENSUSAN, 2006, p.34).

Essas categorias foram influenciadas pela IUCN, quando no 4º Congresso Mundial de Parques Nacionais, em 1992, em Caracas, na Venezuela, onde se estabeleceu um conjunto de categorias de áreas protegidas, abaixo listadas, adotado pela IUCN em 1994, e que vigora até nossos dias.

As Categorias de áreas protegidas reconhecidas pela IUCN são:

Categoria Ia - Reserva natural estrita: área natural protegida, que possui algum ecossistema excepcional ou representativo, característica geológicas ou fisiológicas e/ou espécies disponíveis para pesquisa científica e/ou monitoramento ambiental.

Categoria Ib - Área de vida selvagem: área com suas características naturais pouco ou nada modificadas, sem habitações permanentes ou significativas, que é protegida e manejada para preservar sua condição natural.

Categoria II - Parque nacional: área designada para proteger a integridade ecológica de um ou mais ecossistemas para a presente e as futuras gerações e para fornecer oportunidades recreativas, educacionais, científicas e espirituais aos visitantes desde que compatíveis com os objetivos do parque.

Categoria III - Monumento natural: área contendo elementos naturais

– eventualmente associados com componentes culturais – específicos, de valor excepcional ou único dada sua raridade, representatividade, qualidades estéticas ou significância cultural.

Categoria IV - Área de manejo de habitat e espécies: área sujeita a ativa intervenção para o manejo com finalidade de assegurar a manutenção de habitats que garantam as necessidades de determinadas espécies.

Categoria V - Paisagem protegida: área onde a interação entre as pessoas e a natureza ao longo do tempo produziu uma paisagem de características distintas com valores estéticos, ecológicos e/ou culturais significativos e, em geral, com alta diversidade biológica.

Categoria VI – Área protegida para manejo dos recursos naturais: área abrangendo predominantemente sistemas naturais não modificados, manejados para assegurar proteção e manutenção da biodiversidade, fornecendo, concomitantemente, um fluxo sustentável de produtos naturais e serviços que atenda as necessidades das comunidades.(IUNC, 1994)

No Brasil as Unidades de Conservação da Natureza ou UC são normatizadas pelo SNUC que divide as categorias de unidades de conservação federais em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentável. Cada um desses grupos possui diversas categorias de unidades; o **grupo de proteção integral** é formado por cinco diferentes categorias, sendo elas Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre.

Já no **grupo de uso sustentável**, as categorias são: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reserva de Desenvolvimento Sustentável, Reserva Particular do Patrimônio Natural.

Cada uma dessas categorias possui especificidades em seu objetivo, posse, manejo e restrições de acesso. Em linhas gerais o grupo de proteção integral proporciona para a área um maior controle do acesso e restrição para ocupação humana. No grupo de uso sustentável há ocupação humana em sua maioria e um maior nível de visitação pública. (BRASIL, 2000)

Esse modelo de áreas protegidas carrega um senso de valorização de tal forma que podemos diretamente incluí-lo no conceito de patrimônio. Muitas dessas unidades de conservação, no Brasil e no mundo, são reconhecidas como Patrimônio da Humanidade³.

A partir do trajeto relatado até aqui percebemos como Patrimônio é um conceito dinâmico, altera-se junto ao espaço e tempo acompanhando as tendências e assuntos que se mostram através da cultura, ciência, arte, religião, meio ambiente, enfim de muitos fatores que representam esse sentido de valorização, de uma escala local até uma internacional. Assim destacamos as palavras de Desvallées, conceituando o Patrimônio:

(...) conjunto de todos os bens ou valores, naturais ou criados pelo homem, materiais ou imateriais, sem limite de tempo nem de

³ Patrimônio Mundial ou da Humanidade é um local (como uma floresta, montanha, lago, ilha, deserto, monumento, construção, complexo ou cidade) definido pela UNESCO, uma agência das Nações Unidas (ONU), como de importância cultural ou física especial para o mundo. A lista é mantida pelo Programa do Patrimônio Mundial, que é administrado pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por 21 países-membros eleitos. A Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural, adotada em 1972 pela Organização das Nações Unidas para a Ciência e a Cultura (UNESCO), tem como objetivo incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade. Trata-se de um esforço internacional de valorização de bens que, por sua importância como referência e identidade das nações, possam ser considerados patrimônio de todos os povos.

Cabe aos países signatários desse acordo indicar bens culturais e naturais a serem inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. As informações sobre cada candidatura são avaliadas pelos órgãos assessores da Convenção (Icomos e IUCN) e sua aprovação final é feita, anualmente, pelo Comitê do Patrimônio Mundial, composto por representantes de 21 países. O Brasil ratificou a Convenção, em 1978. Texto retirado do Site do IPHAN. Disponível em < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/24>> Acesso em Fevereiro de 2015

espaço, que seriam simplesmente herdados de ascendentes e ancestrais de gerações anteriores ou reunidos e conservados para serem transmitidos aos descendentes de gerações futuras. O patrimônio é um bem público no qual a preservação deve ser assegurada pelas coletividades. (...) A adição de recursos naturais e culturais de caráter local contribui para a concepção e para a constituição de um patrimônio de feição universal (DESVALÉES, 2000, p. 41)

Estudar o Patrimônio envolve aspectos multidisciplinares, transdisciplinares e interdisciplinares. Isso reflete a diversidade de olhares que podemos lançar para um mesmo elemento e receber as várias nuances da composição deste. Então, é lógico entender que profissionais das mais diversas áreas se ocupam em analisar as possibilidades que podem surgir, revelando as especificidades que compõem cada realidade a ser analisada.

Destacamos a importância das Cartas Patrimoniais, que desde 1931, representam interesses locais, regionais e internacionais no trato com o Patrimônio, com foco na manutenção e preservação deste. As cartas patrimoniais representam produtos de intensas discussões envolvidas em determinados momentos históricos. São documentos que sintetizam as principais questões de consenso, oferecendo indicações de caráter geral. Possuem, portanto, caráter indicativo, ou, no máximo, prescritivo. São documentos que servem como base deontológica para os profissionais envolvidos na preservação e na patrimonialização, mas, como dentro das normatizações, estão sujeitos a interpretações (KUHL, 2010).

Sendo documentos construídos coletivamente, as cartas seguiram as tendências das discussões já citadas aqui, como podemos observar na tabela abaixo, onde resumimos as ideias principais de algumas:

Período	Local	Especificação	Observações/Conteúdo
Anos 30	1931	Atenas Carta de Atenas Escritório Internacional dos Museus	Foco para o reconhecimento de uma ação interdisciplinar na conservação dos monumentos. Responsabilidade dos Estados de inventariar os seus bens (documentação internacional).
	1933	Atenas Carta de Atenas CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna	Análise dos problemas e sugestões para a cidade, baseadas nas quatro funções do urbanismo: habitar, trabalhar, recrear-se e circular.

Período	Local	Especificação	Observações/Conteúdo
Anos 60	1962	Paris Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios Conferência Geral da UNESCO – 12ª sessão	Proteção, salvaguarda e controle não apenas aos sítios isolados, mas aos territórios aos quais eles pertençam. Estímulo à criação pelos Estados de órgãos governamentais e apoio a não-governamentais de proteção. Enfoque na questão educativa.
Anos 60	1964	Veneza Carta de Veneza Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos	Foco na necessidade de um "plano internacional" de conservação e restauração dos monumentos. Definição de monumento histórico e sua conservação e restauração como atividade interdisciplinar (ciências e técnicas). A conservação depende de sua "função útil à sociedade", mas com limites nas adaptações. Não se deve deslocar o monumento, apenas sob perigo de perda.
	1964	Paris Recomendação sobre medidas destinadas a proibir	Definição de "bens culturais". Recomenda o controle sobre as exportações dos bens. Medidas: Identificação e inventário dos bens, instituições de proteção, acordos bilaterais e multilaterais, colaboração

		e impedir a exportação, importação e transferência de propriedades ilícitas de bens culturais Conferência Geral da UNESCO – 13ª sessão	a internacional, restituição ou repatriação de bens, publicidade em caso de desaparecimento de bem, direito dos adquirentes de boa fé e ação educativa
--	--	--	--

Período	Local	Especificação	Observações/Conteúdo
Anos 70			
	1972	Estocolmo	Declaração de Estocolmo Declaração sobre o ambiente humano
1972	Paris	Convenção sobre a salvaguarda do patrimônio mundial, cultural e natural Conferência Geral da Unesco – 17ª sessão	Definições do patrimônio cultural e natural e sua proteção nacional e internacional. Criação de um comitê intergovernamental. Criação do "Fundo do Patrimônio Mundial". Definição para as condições para assistência Internacional. Programas educativos.

Período	Local	Especificação	Observações/Conteúdo	
Anos 80	1980	Austrália	Carta de Burra	Realizado pelo ICOMOS – Conselho internacional de monumentos e sítios. Definições do documento: bem, significado cultural, substância, conservação, manutenção, preservação, restauração, reconstrução, adaptação, uso compatível. Recomendações quanto a: conservação, preservação, restauração, reconstrução, adaptação e procedimentos.
	1981	Florença	Carta de Florença	Realizado pelo ICOMOS e Comitê internacional de jardins e sítios históricos. Definição e objetivos e recomendações para manutenção, conservação, restauração, utilização, proteção legal e administrativa de jardins históricos e sítios.
	1982	Nairóbi	Declaração de Nairóbi Assembléia mundial dos Estados	Realizado pela UNEP – Organização das Nações Unidas para o Meio Ambiente. Revisão da conferência de Estocolmo. Recomendações para proteção e melhoramento do meio ambiente.

Período	Local	Especificação	Observações/Conteúdo	
Anos 90	1991	Digne	Declaração Internacional dos Direitos à Memória da Terra	Proteger e apreender a conhecer o passado da Terra, esse livro escrito antes do nosso advento e que é o patrimônio geológico.
	1997	Mar del Plata	Carta do Mar del Plata sobre o patrimônio intangível	Aponta a "integração cultural" como prioridade. Recomendações para o registro, catalogação, estudo e difusão do patrimônio intangível.
	1997	Fortaleza	Carta de Fortaleza Patrimônio imaterial: estratégias e formas de proteção	Atribui ao IPHAN o dever de identificar, documentar, proteger, fiscalizar, preservar e promover o patrimônio cultural brasileiro. "considerados em toda a sua complexidade, diversidade e dinâmica, particularmente, as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas", com especial atenção àquelas referentes à cultura popular.

Período	Local	Especificação	Observações/Conteúdo	
Anos 2000	2003	Paris	Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital	Reconhece que os recursos de informação e de expressão criativa são cada vez mais produzidos, distribuídos, acessados e mantidos em formato digital, criando um novo legado - o patrimônio digital e lança estratégias e políticas para a preservação deste patrimônio.

Diante do recorte de algumas cartas podemos observar que a preocupação com a preservação é intrínseca ao estudo do Patrimônio. Desde o início do século XX existem alianças internacionais, grande parte sendo gerenciada pela UNESCO, que propõem recomendações, medidas e indicações para a comunidade internacional no trato com o Patrimônio.

O próprio conceito de Patrimônio remete à ideia de valor, o que nos permite lembrar o seu caráter de signo. Lembremos aqui, mais uma vez, que o Patrimônio é uma poderosa construção sógnica, constituída e instituída a partir de percepções identitárias e integralmente vinculada ao sentimento de pertença – a partir do qual se reflete em todos os jogos da memória e se expressa em todas as representações sociais. (...) Impregnado de um sentido econômico, expressa as relações que cada grupo social estabelece com a natureza ou com sua produção cultural – estando diretamente influenciado pelas maneiras sob as quais cada sociedade compreende Natureza e Cultura. (SCHEINER, 2006)

Entendendo as múltiplas acepções acerca de Patrimônio, vemos o quão polissêmico é o termo. Podemos pensar da instancia individual a global, pois a valoração, a identidade e o pertencimento são elementos chave do Patrimônio, assim devemos considerar também o valor simbólico que também lhe é atribuído.

1.3- Musealização: caminhos de institucionalização e proteção do Patrimônio

1.3.1 – Os Modelos Conceituais de Museu

O campo da Museologia traz contribuições de suma importância para a compreensão da relação Homem, Natureza e Patrimônio, pois seu lugar de fala e de reflexão, o Museu, desde que começou a se desenhar, é composto dessa relação traduzida na cultura material.

Fundamentados no construto antropológico, os estudos de cultura material constituem um dos vieses legítimos de estudo do universo dito “museológico”, ajudando a compreender as múltiplas relações existentes entre os museus e a produção material da atividade humana, em todos os tempos e espaços. Neste viés, são formadores de uma das alternativas de “relação específica” entre o Humano e o Real, de que tratam as bases teóricas da Museologia: o Museu Tradicional. (SCHEINER, 2015, p.18).

A trajetória dos modelos de Museu nos leva inicialmente a reflexão do termo *Museion* (em grego *Μουσείον*), associado a ao antigo Templo das Musas, colina de Hélicos, Grécia, local onde se depositavam oferendas às filhas de Mnemosyne e Zeus, respectivamente, a deusa da Memória e o soberano dos deuses do Olimpo. As oferendas, segundo a tradição, iniciaram o que se passou a identificar como

'coleções', conjuntos de bens que fazem parte do histórico museológico. (LIMA, 2012, p.38).

Porém, como base documental da trajetória do modelo Museu, em se tratando de um espaço do conhecimento com participação de 'sábios', os mestres, ao modo dos modernos especialistas e seus ramos do conhecimento, pode-se tomar como marco identificador e segundo um modelo arcaico o Museion, em Alexandria, Egito, século III a.C., identificado como um complexo cultural integrando representações das categorias da natureza e da cultura, apresentadas sob forma de:

(...) esculturas expostas de modo permanente em meio aos espaços das áreas naturais; exibia espécimes vivos nos seus jardins botânico e zoológico (ao modo dos atuais museus vivos); desenvolvia estudo do cosmos no observatório astronômico; tomava sob sua guarda, no arquivo, os registros dos relatos e dos atos ocorridos inclusive sob a forma de imagens (relevos) (LIMA, 2007, p. 4).

O contexto desenhado há mais de dois mil anos identifica-se como *locus* da Memória e da Preservação, reunindo o Museu, a Biblioteca e o Arquivo – um quadro no qual o Museu se inseriu, integrando as representações de um local, reunindo fontes de consultas, que constituem elementos fundamentais para sua ação como centro de pesquisa.

O espaço egípcio promovia com seu elenco de atividades e exercia pela união de homens, animais e áreas verdes um modelo integrador de Patrimônio, ou seja, a conjugação da herança do homem e da natureza em processo unificado e caro à Museologia, um museu de caráter integral. (LIMA, 2012, p.39).

Recolher evidências da natureza e da ação humana - movimento que, na origem, é contemporâneo (e talvez mesmo anterior) ao *Homo Sapiens* – tornou-se, ao longo do tempo, uma prática sistemática de muitos grupos sociais. Vinculada ao estudo do passado longínquo ou recente, esta prática floresceu a partir da Renascença europeia, quando o conhecimento se volta para o estudo e articulação das evidências segundo critérios de semelhança e analogia; e tenta-se constituir microcosmos especulares onde a representação se daria pela repetição, mas também "pela tentativa de (re)criar pequenas totalidades" (SCHEINER, 1998, p. 54).

Neste sistema integrado de similitudes onde o homem ocupa o lugar central, como catalisador e irradiador de todas as relações, o Museu se realiza como espelho de mundo, sob a forma do **gabinete de curiosidades**; e se institui como aula, onde a certeza dos fatos se dá pela presença da coleção. (SCHEINER, 2015, p.22, grifo da autora)

É no gabinete de curiosidades que se inicia, no âmbito do Museu, uma relação que perdura até os nossos dias: a relação organizada entre evidência material, memória e linguagem, possibilitando o jogo da interpretação (SCHEINER, 1998, p. 54)

É a partir do século XVII que o Museu passaria a ser percebido primordialmente como um espaço físico, de reunião dos testemunhos materiais da natureza e do saber humano; de estudo e de busca do conhecimento; e de produção intelectual:

Começam a se definir então dois modelos representacionais do fenômeno Museu:

a) o **Museu Tradicional Ortodoxo** (em francês - musée, muséum), reatualização dos gabinetes de curiosidades, de medalhística e outras artes; e dos gabinetes de experimentos alquímicos, derivados em laboratórios de estudo científico. Espaço arquitetônico que abriga objetos e espécimes recolhidos do mundo e ali trabalhados por especialistas, em procedimentos sistemáticos de pesquisa, documentação e conservação, organiza-se sob a forma de coleções articuladas de artefatos ou espécimes, mas também de obras de arte ou de instrumentos científicos.

b) o **Museu Tradicional com Coleções Vivas** (muséum), configurado a partir dos “jardins de plantas”, dos herbários e das coleções de animais vivos das antigas ménageries. Edifício ou espaço aberto, que abriga espécimes recolhidos do mundo, ali trabalhados por especialistas, em procedimentos sistemáticos de pesquisa, documentação, conservação e exposição - com o diferencial de estar-se lidando com uma coleção cujos elementos integrantes nascem, crescem, reproduzem-se e morrem (e, no caso das coleções zoológicas, precisam ser alimentados). São exemplos dessa tendência o jardim botânico criado por Richet de Belleval em Montpellier (1593), junto à faculdade de Medicina - o mais antigo jardim botânico da França e segundo da Europa; e o Jardim de Plantas e Gabinete do Rei (Luís XIII), fundados em 1623 por Guy de la Brosse, com coleções de plantas medicinais. (SCHEINER, 2015, p.24-25)

A conjugação dos aspectos voltados para reunir, sobretudo preservar sob o extrato da responsabilidade, expandiu-se e consolidou-se com práticas associadas ao conhecimento. Em dimensão museológica, o modelo institucional se revelou a partir da Revolução Francesa (século XVIII), quando se deu a nacionalização dos bens dos nobres e da Igreja. Entre 1789 e 1830, foram criadas comissões “ditas dos Monumentos” e dos “Monumentos Históricos” (CHOAY, 2001, p. 99) em razão da premência e necessidade em abrigar e conservar o Patrimônio nacionalizado. No caso dos objetos, bens móveis, inicialmente tiveram no Louvre o local escolhido para acolher numeroso material histórico, lugar simbólico por excelência – antiga residência real até Luis XIV, o Rei Sol. Em 1793, o conjunto selecionado se constituiu em coleções do então criado Museu do Louvre. (LIMA, 2012.p.39).

É justamente ao final do século XVIII que o Museu Tradicional se consolida como modelo representacional do saber do mundo - "espaço per se de apresentação de evidências sobre as relações entre o mundo e o humano (...) permeadas por uma articulação visceral entre presente e passado, pois só é possível pensar o novo a partir do já acontecido" (SCHEINER, 2014, p.366).

Por força da fragmentação do universo do conhecimento em espaços de especialização, consolidada no decorrer do século XIX, quando os saberes foram determinando as 'fronteiras' de seus domínios, desenhando os campos do conhecimento para exercer suas propostas teóricas e intervenções práticas, estabeleceu-se a especialização temática aplicada como tipologia para o Museu. Composição na qual o perfil das instituições tornou-se moldado em consonância com o elemento biface que fomenta as pesquisas nos seus espaços museológicos: as coleções e as facetas do assunto ligado ao enfoque/área do conhecimento que as toma sob seu olhar interpretativo. (LIMA, 2012, p.38)

Recebeu, por conseguinte, contribuições advindas das aplicações disciplinares dos diferentes ramos do conhecimento que, aliados ao campo da Museologia e atuando nos Museus por meio de abordagens dadas às coleções, pouco a pouco se tornaram partícipes com sua interpretação, conforme se verifica e segundo as tradicionais divisões que ainda persistem na nomenclatura: museu histórico, museu artístico, museu científico ou de ciências, como nos dedicados, por exemplo, aos conteúdos das áreas da História, das Artes ou das Ciências – Museu Histórico Nacional; Museu de Arte Moderna; Museu de Astronomia e Ciências Afins. (LIMA, 2012, p. 40)

Entre o final do século 19 e primeiras décadas do século 20, é considerado o período em que há a profissionalização e institucionalização da Museologia no mundo.

Nesta época surge o primeiro periódico abordando questões museológicas, *Zeitschrift für Museologie und Antiquitätenkunde* (Alemanha, 1878), inicia o ensino em Museologia, na École du Louvre (França, 1882), surge o primeiro código de ética museológico (Alemanha, 1918) e é fundada a primeira entidade nacional de profissionais de museus, a Museums Association (Inglaterra, 1889). Nesta mesma época surgiu a American Association of Museums (Estados Unidos da América, 1906), que desenvolverá importante papel na disseminação de conhecimentos museológicos. Surgem outros periódicos nacionais abordando assuntos museológicos, na Inglaterra *Museums Journal* (1902), Alemanha, *Museumskunde* (1905), nos Estados Unidos da América, *Museum Work* (1919) (CRUZ, 2008, p.3)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), foi criada a Sociedade das Nações. Em 1922 foi criado no âmbito da Sociedade, o Comitê Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) e o filósofo francês Henri Bergson foi eleito seu primeiro presidente. Anos depois, em 16 de janeiro de 1926, o governo francês cria o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), com o intuito de organizar as reuniões da CICI e executar suas decisões, bem como agir em prol do desenvolvimento intelectual no mundo. (VALDERRAMA, 1995, p. 1-18)

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) faz com que as atividades da Sociedade das Nações, bem como dos organismos sob sua subordinação, entre eles o Escritório Internacional de Museus, parem de atuar Mesmo com a interrupção das

atividades do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual, o sentimento de cooperação intelectual continuava em seus países membros. Nos últimos anos de guerra, representantes dos países aliados realizaram reuniões com o intuito de criar uma nova instituição nos moldes do IICI. Foi criada a Conferência dos Ministros de Educação Aliados (CAME), que se reuniram entre 1942 e 1945. Em junho de 1945, foi criada a Organização das Nações Unidas (ONU), em substituição à Sociedade das Nações. Em 4 de novembro de 1946, foi instituída a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO, 1987)

Com relação aos museus, também o sentimento de cooperação internacional não encerrou. Com a interrupção das atividades do Escritório Internacional de Museus durante o período de beligerância, alguns diretores de museus da França, Suíça, Holanda, Bélgica, Inglaterra e membros da comissão preparatória da UNESCO, liderados pelo norte americano Chauncey J. Hamlin, presidente do comitê político da *American Association of Museum*, reuniram-se em Londres, Inglaterra, em agosto de 1946, e decidiram criar um Conselho Internacional de Museus (ICOM) (CRUZ, 2008, p.6,7)

O ICOM é considerado o herdeiro do Escritório Internacional de Museus (*Office International des Musées – OIM*), que objetivava “o estabelecimento de vínculos entre todos os museus do mundo, a organização de intercâmbios e congressos, assim como a unificação dos catálogos” (MAIRESSE, 1998, p. 25)

Os Comitês do ICOM representam instâncias de legitimidade cultural do campo. Considerados “como corpos profissionais”, cada um dos trinta e um Comitês “dedica-se ao estudo de um tipo particular de museu ou a determinada disciplina relacionada ao museu” (ICOM, 2002).

Os associados, profissionais de diferentes áreas do conhecimento relacionadas aos vários temas e enfoques tratados pela Museologia, perfilam-se em categorias individuais e institucionais, respectivamente: profissionais de Museu e instituições de caráter museológico. Assim sendo, em concordância com o conceito da criação e da diretriz para desempenho, formalizaram-se dedicados tanto ao estudo de uma tipologia (especialidade) de Museu quanto a específicas disciplinas relacionadas ao Museu, como também associando atividades realizadas pelos seus grupos componentes. (LIMA, 2012, p.41).

O Museu, ao longo do século XX, a partir da segunda metade e com maior empenho no último quartel, reforçou sua presença e função social no cenário cultural.

Esse novo momento constitui um exemplo expressivo no qual o modelo de Museu atende às demandas socioculturais que se articulam em nível de postura política e de participação cidadã, ocorrendo um movimento de reafirmação do papel social dos Museus, voltado à inserção da história de diversos grupos na função de

protagonistas para a elaboração dos espaços musealizados e, ao mesmo tempo, reforçando a luta pela Preservação, procedimentos inspirados em novos formatos interpretativos. Pode-se citar, nessa postura assumida pelo campo, o modelo Ecomuseu, conceito criado em 1971 por Hugues de Varine:

(...) que posteriormente desenvolveu o conceito em colaboração com outro museólogo francês, Georges Henri Rivière, dando origem a um movimento internacional onde se têm vindo a integrar projetos museológicos muito diversificados, associados também aos conceitos de “museu de comunidade” e de “museu de território” (ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL, 2010).

A definição original da dupla de museólogos é a seguinte:

(...) museu aberto, interdisciplinar, apresentando o homem no tempo e no espaço, no seu ambiente natural e cultural, convidando a totalidade de uma população a participar do seu próprio desenvolvimento por diversos meios de expressão, baseados essencialmente na realidade dos sítios, edifícios, objetos, coisas reais que falam mais que as palavras ou as imagens que invadem a nossa vida (ECOMUSÉE CREUSOT MONTCEAU, s.d.).

O modelo comunitário, que pode ocorrer em qualquer tipologia museológica, segundo afirmativa do teórico da Museologia Hugues de Varine (1993, p. 11), “começa com as pessoas e não com os objetos”.

No contexto da América Latina houve, ainda, um momento que se deve apontar como marcante: a Mesa Redonda de Santiago, no Chile, organizada pelo ICOM em 1972. A Declaração de Santiago afiançou, no campo museológico, a conjugação dos ambientes cultural e natural em resposta a necessidades voltadas para mudanças que, naquele momento, se impunham ao campo. Determinaram-se os “Princípios de Base do Museu Integral” e verifica-se que “um dos resultados mais importantes a que chegou a mesa-redonda foi a definição e a proposição de um novo conceito de ação dos museus: o museu integral, destinado a proporcionar à comunidade uma visão de conjunto de seu meio material e cultural” (UNESCO, 1972)

Fazendo uma reflexão sobre a prática museológica e a trajetória do Museu Integral, Scheiner afirma:

A evolução da prática museológica nos leva a observar que, a partir dos anos 1960, os museus, de modo geral, começaram a incorporar as metodologias de ação participativa, adotando perspectivas da ecologia humana, da geografia humana e da história do cotidiano, num genuíno esforço de abrir-se em direção aos diferentes segmentos sociais. A experiência dos museus exploratórios veio reforçar essa tendência, incorporando as metodologias de experimentação do conhecimento em processo. [...] Quanto ao argumento de que o ecomuseu gerou novas práticas museológicas, poderíamos dizer que estas dizem respeito essencialmente às metodologias de apreensão e documentação de conjuntos patrimoniais, ao cruzamento de referências do patrimônio material e imaterial – os inventários de paisagens; e também ao desenvolvimento de estratégias de conservação pelo uso. A grande

renovação dos ecomuseus no que diz respeito à prática museológica consiste no modo de atuar as funções básicas da Museologia – relativizando o poder do especialista pelo compartilhamento das decisões com as lideranças comunitárias. Eis aí, transformada em ação, a proposta do Museu Integral. (SCHEINER, 2012, p.15).

Já no final do século XX, no ciclo dos chamados novos patrimônios musealizados, a era das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) gravou sua presença no domínio museológico expressando-se pela modalidade digital no espaço cibernético, ambiente no qual os Museus, em larga escala, são “autodenominados *Museus Virtuais*” (LIMA, 2009, p. 2.451, grifo do autor)

Nos museus, a inserção do computador permitiu acelerar a automação de acervos, além de desenvolver redes e sistemas de informação mais aperfeiçoados, que revelassem com maior rapidez aos usuários consistentes processos de catalogação e informação museológica. Assim, o ponto alto na transformação da interação comunicativa e de informação aconteceu com o crescimento da Internet.

Através dessa nova ferramenta, o usuário passou a experimentar uma nova autonomia frente a um mar de informações, pelo acesso à “rede das redes”. A Internet expandiu as possibilidades de disseminação da informação das instituições museológicas para inúmeros usuários. Os museus, assim, podem estar pela primeira vez, libertos de seu localismo inerente e da fisicalidade que requer que seus usuários sejam ‘visitantes em pessoa’. Os visitantes virtuais são os usuários dos museus através da Internet que podem ser também visitantes presenciais das instituições museológicas. (CARVALHO, 2006)

Vimos que o Museu tem várias formas de apresentação, os modelos conceituais, mudaram acompanhando as transformações sociais, culturais, políticas e tecnológicas. O Museu vai além da coleção. Nas suas várias concepções estão contemplados espécimes, territórios, os fazeres e saberes, exemplares em conjunto e isolados da atividade humana ou da natureza e a relação com o real, muitos desses podendo ser acessados ou visitados de forma virtual, desenhando assim os modos da relação Ser humano e Patrimônio pelas possibilidades que o(s) Museu(s) apresenta(m).

1.3.2 – Musealização

Pertencente à área da Museologia, o conceito de Musealização será explorado aqui mediante as possibilidades que as ações ligadas ao termo podem ofertar para a valoração e preservação do Patrimônio.

No livro Conceitos-chave de Museologia temos a seguinte definição:

A musealização designa o tornar-se museu ou, de maneira mais geral, a transformação de um centro de vida, que pode ser um centro de atividade humana ou um sítio natural, em algum tipo de museu. A expressão “patrimonialização” descreve melhor, sem dúvida, este princípio, que repousa essencialmente sobre a ideia de preservação de um objeto ou de um lugar, mas que não se aplica ao conjunto do processo museológico. De um ponto de vista mais estritamente museológico, a musealização é a operação de extração, física e conceitual, de uma coisa de seu meio natural ou cultural de origem, conferindo a ela um estatuto museal – isto é, transformando-a em *musealium* ou *musealia*, em um “objeto de museu” que se integre no campo museal. (DESVALLÈS & MAIRESSE, 2013, p. 56-57),

Nesta definição podemos perceber como a Musealização é um processo amplo e que pode abarcar também áreas naturais passíveis de transformação em Museu.

A Musealização constitui-se no conjunto de ações, orientadas por critérios e valores definidos pela própria Museologia, para coletar, documentar, conservar, interpretar e difundir registros do Real como testemunhos do homem e do seu meio. (SCHEINER, 2011)

Um objeto de museu não é mais um objeto destinado a ser utilizado ou trocado, mas transmite um testemunho autêntico sobre a realidade. Essa remoção da realidade já constitui em si uma primeira forma de substituição (DESVALLÈES, 1998).

Os objetos musealizados, assim como as coleções, adquiriram valores culturais distintos de seus originais (cultural ou natural), transformando-se, em face disso, em Patrimônio.

A musealização ultrapassa a lógica única da coleção para estar inscrita em uma tradição que repousa essencialmente sobre a evolução da racionalidade, ligada à invenção das ciências modernas. O objeto portador de informação, ou objeto-documento musealizado, inscreve-se no coração da atividade científica do museu. (MAIRESSE, 2013. p.58)

A musealização do meio ambiente adquire uma nova função – de representar o patrimônio natural. Existe uma releitura de seu significado original.

Passo a passo, há cerca de pouco mais de um século, as funções definidoras do ambiente atual nos museus (Patrimônio Musealizado) que se voltam aos planos do “estudo, educação e lazer” (ICOM, 2007) e estão sedimentadas nos procedimentos que envolvem atividades ligadas à preservação, pesquisa, documentação, informação e comunicação, traçaram suas diretrizes que comungam atividades com idêntico teor desenvolvidas para os estudos e divulgação do Patrimônio (musealizável). As atividades nomeadas são comuns nos dois processos de institucionalização: Patrimonialização e Musealização. (LIMA, 2012)

Cabe observar que a Musealização da natureza é uma oportunidade tanto para a consolidação, divulgação e conservação do meio ambiente quanto para os profissionais da Museologia. Estes ganham mais campo de trabalho e podem

contribuir de maneira crítica na apropriação e conservação do patrimônio a serviço da melhoria da relação ser humano e Natureza.

1.3.3 - Preservação e conservação: Conceitos chave para a Museologia

Na museologia, a preservação engloba todas as operações envolvidas quando um objeto entra no museu, isto é, todas as operações de aquisição, entrada em inventário, catalogação, acondicionamento, conservação e, se necessário, restauração.

Em geral, a preservação do patrimônio conduz a uma política que começa com o estabelecimento de um procedimento e critérios de aquisição do patrimônio material e imaterial da humanidade e seu meio, cuja continuidade é assegurada com a gestão das coisas que se tornaram objetos de museu, e finalmente com sua conservação. Neste sentido, o **conceito de preservação** representa aquilo que é fundamental para os museus, pois a construção das coleções estrutura o seu desenvolvimento e a missão do museu. A preservação constitui-se em um eixo da ação museal, sendo o outro eixo o da difusão aos públicos. (DESVALLÈS & MAIRESSE, 2013, p. 86).

Preservação é uma palavra que envolve inúmeras políticas e opções de ação, incluindo tratamentos de conservação. Preservação é a aquisição, organização e distribuição de recursos, a fim de impedir posterior deterioração ou renovar a possibilidade de uso. (CONWAY, 1997, p. 6)

O termo conservação está mais comumente ligado à atividade que têm por objetivo fornecer os meios necessários para garantir o estado de um objeto contra toda forma de alteração, a fim de mantê-lo o mais intacto possível para as gerações futuras.

As atividades de conservação, em sentido amplo, condensam as operações de segurança geral (proteção contra roubo ou vandalismo, incêndios ou inundações, terremotos ou tumultos) (DESVALLÈS & MAIRESSE, 2013, p. 86).

Preservação, portanto, é entendida pelo seu sentido geral e abrangente, onde as atividades de conservação e restauração estão inseridas.

1.4 - Considerações:

As discussões que foram apresentadas nesse capítulo nos mostram processos históricos e teóricos acerca dos temas Natureza, Patrimônio e Museu. A relação entre Ser Humano e Natureza teve uma transformação bastante significativa desde que os filósofos, na Grécia, começaram a se debruçar sobre o assunto. O pensamento e as necessidades humanas também acompanharam esse processo de mudanças e a natureza foi sendo usada cada vez mais de maneira utilitarista, com foco no acúmulo

de riquezas que posteriormente se transformou em capital.

Caminhamos em passos rápidos para uma sociedade global cada vez mais conectada e instantânea, e esses processos dependem da extração de recursos finitos, principalmente o mundo das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), com materiais provenientes da extração mineral e considerando também, o aumento das demandas por transportes, que ainda massivamente dependem dos combustíveis fósseis, causando desde perturbações a ecossistemas locais, até um aumento de gases poluentes na atmosfera. Desse modo, ao pensar a nossa relação com o planeta, vemos que a natureza, em suas múltiplas formas, é o nosso Patrimônio essencial.

A Museologia como campo do conhecimento em desenvolvimento, dotada de caráter transdisciplinar, pode ter um papel significativo na construção de um pensamento crítico em relação ao uso dos recursos naturais. As possibilidades de musealização nos Parques, Florestas, Monumentos Naturais e demais áreas de preservação ambiental passíveis desse processo abrem campos de atuação não só para museólogos, mas para a gama de áreas do conhecimento e seus profissionais que podem estar presentes nesses locais. O Museu há algum tempo, transcendeu seu espaço físico de imóvel delimitado, representando, agora, formas de pensar e atuar junto às sociedades e seus desafios.

CAPÍTULO 2

Serrinha: Olhares para o múltiplo patrimônio

2 - Serrinha: Olhares para o múltiplo patrimônio

2.1. – Caracterização do espaço e ambiente

Serrinha é uma denominação local para um complexo geomorfológico que envolve além da Serrinha, a Serra da Bananeira, o Serrote do Pontal e o Serrote São Tomé (SOUSA, 2002).

Essa área está localizada a aproximadamente nove quilômetros da zona urbana do Município de Pacujá, no estado do Ceará, com uma área de aproximadamente mil hectares de relevo montanhoso que ultrapassa 500 metros acima do nível do mar, destacando-se do relevo baixo da região chamado depressão sertaneja (Figuras 2 e 3).

A Serrinha é uma pequena extensão de terra, situada a Sudeste da sede do município de Pacujá ($4^{\circ}3'19''\text{S}/40^{\circ}41'54''\text{W}$), ligada à Serra da Ibiapaba, norte do Estado do Ceará.

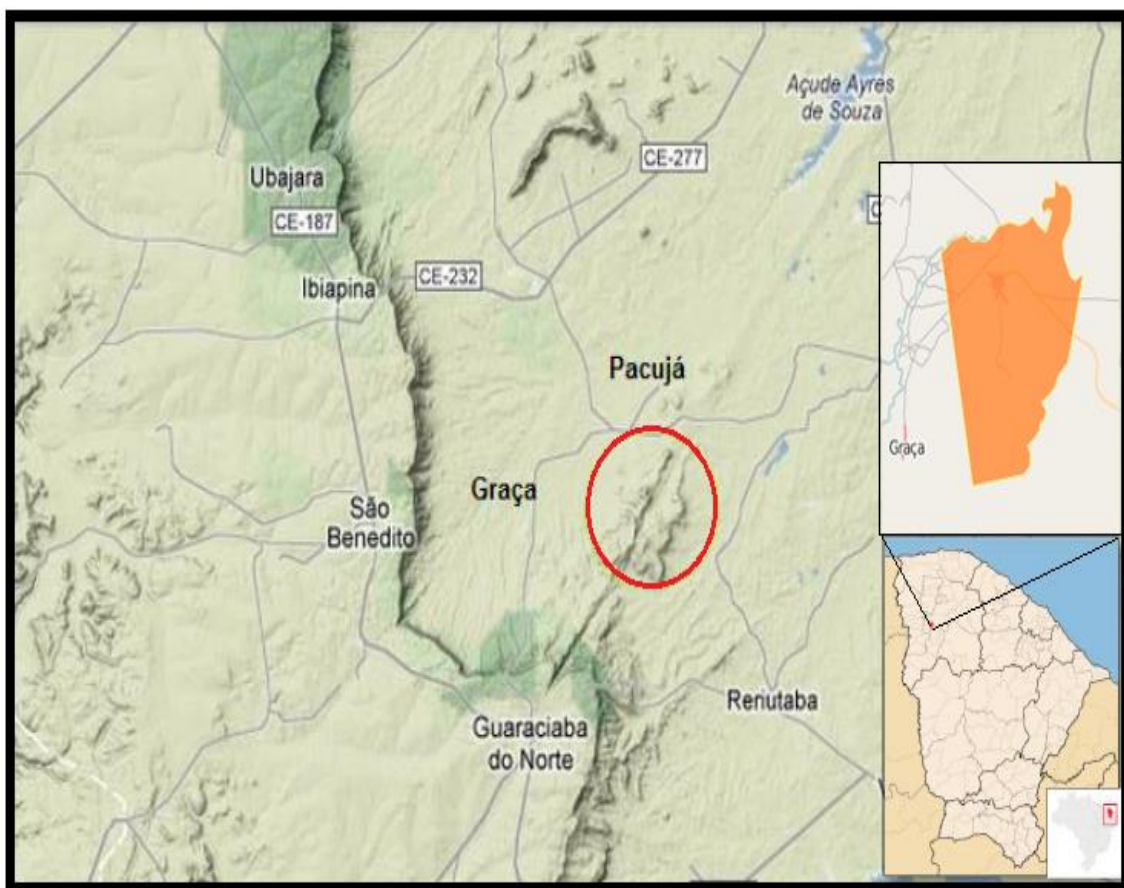


FIGURA 2 –Localização Geográfica da área da serrinha. Escala –1:10.000 (Google Maps e IBGE, adaptado)



FIGURA 3 – Fotografia panorâmica da Serrinha a partir do Açude Milhãs, com esquema da concepção local e a concepção científica. (Acervo do Autor)

As condições ambientais apresentadas na localidade, tanto em aspectos geomorfológicos quanto climáticos, dificultam o acesso e a permanência humana no local, apresentando uma vegetação densa e diversificada.

A Serrinha situa-se numa área predominante do Bioma Caatinga, apresentando dois momentos climáticos distintos, uma metade do ano em período chuvoso e a outra seca, criando uma metamorfose de paisagem (Figura 4).



FIGURA 4 – Fotografias comparativas do final do verão (período seco) e início do inverno (período chuvoso) ressaltando que foram fotografadas num intervalo de 25 dias. (Acervo do Autor)

Para alcançar Serrinha vindo do centro de Pacujá, percorrem-se nove quilômetros de estrada de terra em direção sul, até chegar a um distrito de Pacujá chamado Bom Gosto, de lá todo o percurso é feito a pé.

O acesso às áreas das cavernas, cachoeira, nascente de água e formações rochosas só pode ser realizado em caminhada por trilhas íngremes onde não há entrada de automóveis (Figura 5).



FIGURA 4 – Aspectos de trilha na Serrinha. Em alguns trechos como na foto à direita a largura máxima é de 50 cm, em outros a irregularidade do terreno impossibilita até a passagem de motocicletas. (Acervo do Autor)

O território da Serrinha faz limite geográfico com outros dois municípios, Graça e Reriutaba, existindo acesso por este segundo, mas o grande fluxo de pessoas que visitam e mantêm contato com a área são provenientes de Pacujá (com. verb. ABREU, 2015). Por motivo de recorte para a realização da pesquisa de dissertação optamos por focar na relação entre Serrinha e o município de Pacujá, já que os elementos analisado situam-se no território deste município.

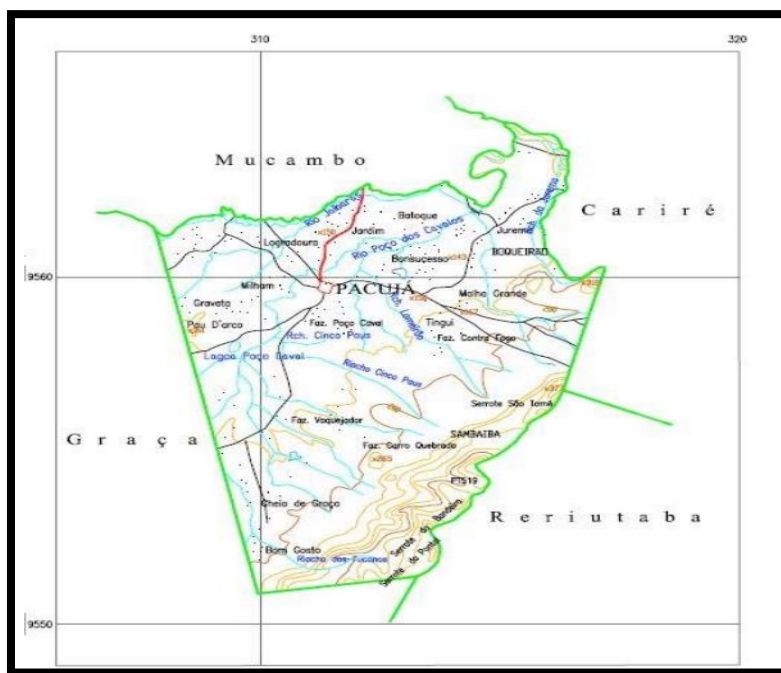


FIGURA 6 – Mapa do Município de Pacujá, com localidades e fronteira com outros municípios – disponível em tamanho maior em anexos. (IPECE, 2014 adaptado)

2.2– Caracterização social.

Devido aos aspectos geomorfológicos e ausência de infraestrutura da Serrinha, atualmente, existem apenas três famílias morando na região. Foram elas que nos informaram acerca da ocupação da área, através da metodologia da história oral. Foram realizadas entrevistas com o Senhor Raimundo Abreu (conhecido regionalmente como Raimundo Serrinha), com a Senhora Maria Rodrigues e a Senhora Antônio Rodrigues, chefes das três famílias residentes na Serrinha.

O Senhor Raimundo Abreu relata:

O papai veio pra cá em cinquenta e dois (1952) antes eu não sei se já tinha gente por aqui, ele nunca me falou. Nós morávamos na Reriutaba, aí ele tinha um gado que sempre vinha comer aqui em cima, e era só no verão, por que acabava a forragem e os animais tinha que comer, como eu sempre gostei de cuidar de gado eu sempre vinha com ele, desde menino eu sempre gostei de mais daqui e tinha vontade de ficar, mas como não tinha nenhuma casa não dava, então quando eu fiquei rapaz, comecei a juntar dinheiro pra casar com a minha mulher, a Laurita, então depois eu vendi um gado e construí minha casinha aqui em 78 (1978) e não saio daqui nunca mais. (com. verb. ABREU, 2015)⁴

Para a Senhora Maria Rodrigues:

Eu morava no Bom Gosto, me mudei pra cá em oitenta (1980), depois que casei, neste tempo só tinha o Raimundo aqui, meu marido tinha

⁴ Na transcrição das entrevistas foram retirados vícios de linguagem e houve correção gramatical.

umas cabeças de gado, e achou que aqui em cima era melhor pra criar. Então eu me mudei com ele, depois eu trouxe a Antônia pra morar com a gente, ela veio pra ajudar e nunca mais quis morar em outro lugar [...] Como aqui antigamente era tudo São Benedito, até o Pacujá era, só quem eu sei que andava aqui era o povo de lá, mas não sei dizer o ano. (com. verb. RODRIGUES,M, 2015)

A Senhora Antônia Rodrigues relata:

A Maria que me trouxe para morar aqui. Eu vim pra ajudar na casa, e depois ajudei no resguardo do primeiro filho dela. Eu me casei em 87 e como gostava muito daqui quis que meu marido viesse morar aqui também [...] A única pessoa que eu sei que vinha aqui antigamente era o pai do Raimundo, ele já me falou essa conversa. (com. verb. RODRIGUES, A, 2015)

Não encontramos nenhuma fonte documental ou bibliográfica sobre a ocupação da área, mesmo em São Benedito, que era o Município onde situava o território antes da emancipação política de Pacujá, que ocorreu em 1956.

O único documento que tivemos acesso que atesta a ocupação da Serrinha foi o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR expedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA do Senhor Raimundo Abreu, o documento não possui georeferenciamento⁵. O senhor Raimundo Abreu é o único morador da Serrinha que possui o CCIR.

A história da ocupação da Serrinha torna-se acessível pela memória oral, expressada pelos moradores locais através das entrevistas. Conforme relatado pelo Senhor Raimundo Abreu, No início da década de 1950 o pai dele, Francisco Abreu, trazia o rebanho bovino para se alimentar das pastagens na Serrinha, por que o verão (período seco no Ceará) logo acaba com a vegetação no sertão além da dificuldade de encontrar água.

A Serrinha manteve-se como local de melhores condições para a criação de gado durante o verão. Só em 1978, foi construída a primeira casa, onde até hoje moram o Senhor Raimundo Abreu e sua esposa Laurita Pereira, que não tiveram filhos.

⁵ Georreferenciar um imóvel é definir a sua forma, dimensão e localização, através de métodos de levantamento topográfico. O Incra, em atendimento ao que preconiza a Lei 10.267/01, exige que este georreferenciamento seja executado de acordo com a sua Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, que impõe a obrigatoriedade de descrever seus limites, características e confrontações através de memorial descritivo executado por profissional habilitado - com a emissão da devida Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), por parte do CREA - contendo as coordenadas dos vértices definidores dos limites dos imóveis rurais, georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, com a precisão posicional de 50 cm sendo atingida na determinação de cada um deles (art. 176, § 4º, da Lei 6.015/75, com redação dada pela Lei 10.267/01). O INCRA só passou a exigir o georreferenciamento no cadastro em 2003. Trecho retirado do site do INCRA. Disponível em: <www.incra.gov.br/o-que-e-georreferenciamento> Acesso em Agosto de 2015.

A segunda casa foi construída em 1980 para abrigar a Senhora Maria Rodrigues e seu esposo, Inácio Marques (*in memoriam*). O casal teve cinco filhos, mas nenhum ficou morando na Serrinha, migraram para as zonas urbanas dos municípios de Pacujá e Reriutaba, a Senhora Maria justifica que eles foram buscar melhores condições para estudar e trabalhar.

A terceira casa foi construída em 1987 para a família de Antônia Rodrigues e Francisco José Silva. Antônia é irmã de Maria Rodrigues e em 1981 veio morar na Serrinha para ajudá-la com a casa e as crianças. Em 1987 ano do casamento de Antônia nasceu a única filha do casal, Jocélia Rodrigues. Atualmente ela mora sozinha com a filha.

A ocupação da Serrinha se deu basicamente para a criação de gado, as três famílias que ocuparam e ocupam a área viram uma opção de pasto e água mais duradouros que na depressão sertaneja. Além da criação do gado, aves e suínos, os moradores locais, vivem de agricultura de subsistência, plantando feijão, milho, urucum e mandioca.

Outro ponto de destaque na história da ocupação da Serrinha foi a construção da casa de farinha, que é um nome dado para o espaço de processamento da mandioca e seus derivados, muito comum nas cidades sertanejas do nordeste. Segundo o Senhor Raimundo Abreu foi construída em 1985 para processar a produção de mandioca da Serrinha e de locais vizinhos. Ele relata:

Pense numa coisa boa que tinha aqui! Era a casa de farinha, era animada de mais, foi construída em oitenta e cinco (1985), era do Seu Nonato, juntava o que a gente tirava aqui dos roçados mais outras mandioca que vinham lá de baixo, por que aqui não dava muito[...] Vinha gente de todo canto pra cá, foi a época melhor, tinha forró a noite inteira e as mulheres faziam muito café e chá pra comer com as tapioca e os bejú. Nunca comi uma farinha como a que era feita lá, mas que pena que acabou. Tudo vai acabando né.[...] durou até 94, é muito difícil hoje quem queira trabalhar com farinhada. (com. verb. ABREU, 2015)

A casa de farinha não funciona atualmente, só há restos de sua estrutura, que está se desfazendo pela ação do tempo e dos agentes naturais, como chuva, sol e vento, mas está presente na memória dos moradores locais e da região que frequentaram o espaço.

Na Serrinha não há energia elétrica nem abastecimento de água, as três famílias utilizam uma pequena nascente, água subterrânea que emerge para a superfície, que é represada na propriedade do Senhor Raimundo. Além das pessoas, a água também é utilizada para a criação do gado e o cultivo de algumas plantas, principalmente as de fins medicinais e frutíferas.

A casa do Senhor Raimundo faz parte do imaginário local e dos pesquisadores que estiveram na Serrinha, como ambiente acolhedor e necessário de visitar para conseguir chegar às cavernas com a orientação ou até companhia dele.

A Serrinha apresenta uma ocupação humana aparentemente recente, mas existem vestígios de que há muitas lacunas para serem preenchidas através de olhares científicos para as pistas que se encontram no local.

2.3– A produção Científica sobre a Serrinha

Segundo relatos dos moradores locais (com. Verb. ABREU, 2015; RODRIGUES A, 2015; RODRIGUES M, 2015), as visitas à Serrinha por parte da população de Pacujá, Reriutaba e Graça ficaram frequentes a partir da década de 1990, quando as cavernas, conhecidas localmente como furnas, passaram a ser usadas para acampamentos e a prática popularizou-se nesses três municípios, sobretudo em Pacujá.

A partir desse hábito de visita, no ano de 2001 Antônio Alancardé Leopoldino, um morador de Pacujá, que na época era graduando em Pedagogia viu um potencial de pesquisa para além das cavernas, a Serrinha apresentou vestígios que poderiam ser estudados pela Arqueologia e Paleontologia. Abaixo vemos o relato:

A pesquisa de Pacujá tinha iniciado em 2001, foi iniciada por mim, mais especificamente na parte das cavernas, que tem na comunidade da Serrinha e logo após a visita das cavernas, umas que eu fiz em Março de 2001, eu tive a ideia de iniciar uma pesquisa na parte da Geografia lá dessa área das cavernas, em 2002 eu viajando, explorando aquela área eu descobri algumas marcas em pedras e essas marcas que estavam impressas nas rochas eram icnofósseis, são marcas, vestígios de animais muito antigos, então a partir daí junto a pesquisa da paleontologia eu iniciei também a pesquisa em arqueologia. (com. verb. LEOPOLDINO, 2012)

Quando Antônio Alancardé fala que ele iniciou a pesquisa e fez pesquisa na Serrinha ele está se referindo à pesquisa como coleta de informações com os moradores e coleta de materiais que ele julgou ter valor arqueológico ou paleontológico.

A curiosidade e a vontade de adquirir conhecimento acerca dos achados da Serrinha fizeram Antônio Alancardé iniciar a busca por profissionais que dessem conta do material encontrado. Como se tratavam de materiais rochosos os primeiros contatos foram realizados com geólogos que trabalhavam na cidade de Sobral (polo econômico e acadêmico da região norte do Ceará).

O primeiro geólogo que visitou a área foi Celso Lira Ximenes, que fez uma visita sem fins acadêmicos para conhecer as cavernas, mas já apontou possibilidade das marcas nas rochas serem icnofósseis.

O início das atividades acadêmicas na Serrinha foram marcadas pelo contato com a Professora Dra. Maria Somália Sales Viana, da Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA, que é especialista em paleontologia e tem laboratório de paleontologia no Museu Dom José⁶, ambos com sede em Sobral. O contato foi feito por Antônio Alancardé, como relata a professora:

Quem primeiro me falou da serrinha foi o Alan... Alancardé... [...]. Então o Alan na época ele colecionava objetos de arqueologia, ele me procurou no Museu Dom José com alguns artefatos e eu expliquei para ele a diferença de Arqueologia e Paleontologia, e não saberia muito falar a respeito daquilo, então ele tirou da bolsa umas fotografias dizendo: Professora eu acho que são inscrições rupestres, me mostrou os traços na rocha, né, e bom eu disse: Realmente isso não é arqueologia, não são inscrições rupestres e aí eu pedi pra ver, e então fui com ele lá. Ele já tinha levado outro Geólogo lá, outro paleontólogo que era o Celso Ximenes e quando eu falei ele lembrou que realmente o professor Celso já tinha dito que poderiam ser icnofósseis. Então eu fui lá e vi, ele me mostrou em princípio a serrinha pra gente, foi o primeiro lugar que ele me levou. Então lá na serrinha a gente identificou essas formas, eu fiquei maravilhada, é um local com muitas pistas, é uma área muito extensa com uma biodiversidade impressionante, então a partir desse dia a gente começou ir todo semestre eu levava os alunos e a gente começou a se familiarizar e a ver melhor as formas, então essas formas começaram a fazer parte de projetos de pesquisa. (com. verb. VIANA, 2012)

Esse contato além de iniciar a atividade acadêmica na Serrinha propiciou o início da divulgação da Serrinha em nível estadual. A partir das visitas e primeiros estudos paleontológicos na área, houve diversas reportagens sobre a Serrinha, chegando a ser capa do jornal de maior circulação no estado do Ceará. (ver anexo).

Apesar de a atividade acadêmica ter iniciado na Serrinha a mais de dez anos, o material produzido sobre a área ainda não dá conta das possibilidades que a área apresenta. Ainda são poucos os estudos e não estão acessíveis com facilidade para os moradores de Pacujá ou mesmo para pesquisadores.

Para a dissertação realizamos o levantamento das publicações que já foram produzidas sobre a Serrinha ou algum elemento da área. Os dados foram obtidos nas bibliotecas da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e plataforma Lattes do CNPQ.

⁶ O Museu Dom José é considerado o 5º do Brasil em arte sacra e arte decorativa, composto por um acervo com mais de 30.000 peças, distribuídas em 16 variadas coleções, nas quais se destacam: imaginária, porcelana, cristais, numismática, paleontologia, arqueologia, armaria, mobiliário, ourivesaria, iconografia, indumentária, acessórios e adereços. O imponente sobrado de estilo luso-brasileiro foi construído em 1844, pelo major João Pedro Bandeira de Melo e é considerado como o mais expressivo patrimônio cultural de Sobral. (UNIFOR, 2015)

Ano	Autor(es)	Título	Área do conhecimento	Tipo de publicação	Meio de acesso
2004	VIANA, M. S.S e LEOPOLDINO, A.A	Descoberta dos fósseis mais antigos do Ceará: Icnofósseis de Pacujá (Formação Tianguá, Ordoviciano-Siluriano da Bacia do Parnaíba)	Geologia/ Paleontologia	Artigo	Físico
2005	XIMENES, C.L	Cavernas areníticas de Pacujá	Geologia/ Espeleologia	Artigo	Físico
2005	VIANA, M. S. S.; AGOSTINHO, Sonia ; LIMA FILHO, M. F. ; LEOPOLDINO, A. A. ; CUNHA, L. L. T. ; ROCHA, L. A. S	Considerações icnofaciológicas sobre a Formação Tianguá, Siluriano da Bacia do Parnaíba.	Geologia/ Paleontologia	Artigo	Físico

2009	CHAVES, A. P. P. e VIANA, M. S. S.	Novo icnogênero encontrado na localidade de Serrinha, Município de Pacujá, Estado do Ceará	Geologia/ Paleontologia	Artigo	Físico
2010	VIANA, M. S. S.; OLIVEIRA, P. V. ; SOUSA, M. J. G. ; BARROSO, F. R. G. ; VASCONCELOS, V. A. ; MELO, R. M. ; LIMA, T. A. ; OLIVEIRA, G. C. ; CHAVES, A. P.	Ocorrências icnofossilíferas do grupo serra grande (Siluriano da bacia do Parnaíba)	Geologia/ Paleontologia	Artigo	Físico e digital
2010	PONTE FILHO, F.A.M ; SALES, M. M. ; LIMA, G. S. ; MATA, M.F ; ANDRADE, I. M. ; SOUZA, E.B	Composição florística do sítio Serrinha, Pacujá, Ceará, Brasil	Biologia/ Botânica	Artigo	Físico e digital
2011	BRANDÃO, E.K.S ; MARREIRA, E. M. ; SOUZA, E.	Rubiaceae da Serrinha, Pacujá, Ceará, Brasil	Biologia/ Botânica	Artigo	Físico

2013	SILVA. A.B.	Achados da Serrinha: Gênese e trajetória do Museu de Pacujá	História	Monografia	Físico
2015	SANTOS, A. S.; SILVA, M. F. S. ; NASCIMENTO, M. G. P. ; MELO, L. M. B. ; ANDRADE, I. M.	Commelinaceae da Serrinha, Pacujá, Ceará – Brasil	Biologia/ Botânica	Artigo	Digital

A partir dos dados da tabela vemos que além do número pequeno de trabalhos, eles se concentram em paleontologia e botânica, e foram realizados por apenas duas universidades, Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA e Universidade Federal do Piauí – UFPI.

O único estudo de espeleologia é um resumo dos aspectos sobre 4 das 8 cavernas encontradas na Serrinha e o único estudo na área de ciências humanas é sobre a história do Museu de Pacujá.

A Serrinha apresenta potencial de pesquisa ainda pouco explorado, muitos elementos da biodiversidade, geodiversidade e da cultura local ainda estão para se descobrir e conhecer, neste sentido, buscaremos no tópico seguinte indicar as possibilidades de pesquisa pensando na importância da preservação destes elementos.

2.4 – Entendendo o contexto: O município de Pacujá

O município de Pacujá possui cerca de 6000 habitantes (IBGE, 2010), está localizado a 309 km de Fortaleza, na microrregião Noroeste do Ceará. Historicamente esse território está ligado a uma Fazenda de nome Belmonte, que não existe atualmente, mas era localizada onde hoje se encontra a Igreja Matriz e seu entorno.

Segundo o IBGE a formação administrativa inicia em quando é criado o Distrito com a denominação de Pacujá, pela lei nº 2054, de 24-11-1883, subordinado ao município de Ibiapina. Pelo decreto nº 65, de 27-06-1892, foi transferido do município de Ibiapina para o de Sobral. Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, passou a ser denominado de distrito de Pacujá pertencente ao município de Sobral, assim permanecendo até 1933. O decreto nº 1271, de 29-05-1934 o transferiu do município de Sobral para o de São Sebastião. Em divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, o município de São Benedito abarcou o município de São Sebastião, que foi extinto, conseqüentemente, englobando o distrito de Pacujá sob a antiga denominação. Elevado à categoria de município de mesmo nome, pela lei estadual nº 3692, de 17-07-1957, desmembrando-se de São Benedito. Entretanto, a sede urbana do município só foi instalada em 22-09-1957.

A História econômica do município é pautada no cultivo da agricultura de subsistência e baseada principalmente na pecuária e culturas de milho e feijão, além de outras atividades de menor abrangência como o artesanato de palha de Carnaúba e Couro. Segundo o IBGE (2010) o fluxo comercial gira em torno de estabelecimentos comerciais de pequeno e médio porte, onde as principais fontes de renda são os

empregos públicos (representando 10% da população) e beneficiários da Previdência Social.

O município apresenta climas variando entre o Tropical Quente Semiárido, nas partes mais baixas, até Tropical Quente sub-umido, nas partes mais altas (onde está localizada a Serrinha). O relevo onde está sede do município é caracterizado como depressão sertaneja que é um tipo de relevo rebaixado e aplanado que domina a paisagem interiorana cearense (AB SÁBER, 1969), com altitude média de 150 metros.

Apesar da importância econômica pequena para o estado do Ceará, esse município possui um potencial patrimonial ainda pouco divulgado. Foram achados alguns elementos da geodiversidade, como a primeira ocorrência de fósseis da Fauna de Ediacara no Nordeste do Brasil, com idades estimadas de pelo menos 560 Milhões de anos (BARROSO, 2012); dois tipos de arenitos e formação de cavernas e cachoeira. Além dos aspectos da geodiversidade, destacam-se também os achados arqueológicos de objetos em pedra polida, lascada e cerâmica ainda sem datação e estudos.

2.5 - A Serrinha e o Museu de Pacujá

O museu de Pacujá foi uma instituição que partiu da iniciativa particular de Antônio Alancardé Leopoldino, que coletava material que ele julgava ter valor arqueológico no município de Pacujá, inicialmente na Serrinha e depois em outros locais do município durante os anos de 2001 a 2004. A busca pelos artefatos arqueológicos levou ao encontro de outros materiais, então Alancardé sentiu necessidade de procurar outros profissionais para dar conta do que ele estava encontrando.

Ao mesmo tempo em que foi se deparando com estes vestígios arqueológicos Antonio Alancardé percebeu formas estranhas e diferentes em algumas rochas da Serrinha, em 2002 ele convidou o Geólogo Celso Lira Ximenes a visitar a área que levantou a hipótese daquelas formas serem *icnofósseis*, mas essa informação só se confirmaria em 2003 depois do contato de Antonio Alancardé com a Professora Maria Somália Sales Viana, da Universidade Estadual Vale do Acaraú -UVA. (SILVA, 2013 p.22)

A partir de um ideal pessoal, ele foi à busca de parcerias para ajudá-lo e dar suporte para concretizar as suas ideias para o acervo que ele possuía, somados com as pesquisas iniciadas em 2003, pela professora Somália Viana e equipe do Laboratório de Paleontologia da UVA.

No início do ano 2003, com a residência já bastante ocupada com objetos

coletados no município, Alancardé viu que o espaço não era o ideal e já não tinha mais lugar para novas aquisições, somando isso a vontade de compartilhar os achados com o público, ele pensou na criação do Museu de Pacujá. A partir disso

começou a procurar parcerias, inicialmente com amigos e depois com a Associação Amigos de Pacujá.

Um dos envolvidos no processo e com papel substancial para a concretização do Museu de Pacujá foi o Raimundo de Moura Oliveira, que no período era graduado em Filosofia e professor da rede estadual de ensino. Entrou como curioso e admirador da Arqueologia e ajudou Alancardé na busca pelas peças e posteriormente no processo de consolidação do Museu de Pacujá.

[...] A gente começou a fazer um trabalho de conscientização com as comunidades, sobretudo nos locais de maior ocorrência e a comunidade disponibilizava o material para que a gente pudesse levar para um local que ele pudesse ser preservado, então diante dessa situação chegou um momento que na casa do professor Alan já não tinha como a gente guardar esse material, até por que a gente sabe que esses materiais arqueológicos são patrimônio da humanidade, não são bens particulares e a gente não tinha esse direito, nem temos de guardar esse material como se fossem um bem pessoal, aí veio a ideia de criar o Museu. (com. verb. OLIVEIRA, 2013)

Neste cenário entra em cena a Associação Amigos de Pacujá foi uma instituição de caráter comunitário que existia desde 1997, criada com a finalidade de apoiar projetos de democratização da informação e acesso à cultura. Alancardé, que em 2003 era o presidente da associação, articulou e mobilizou os membros da associação para a criação do Museu de Pacujá.

O primeiro Passo foi a criação do Comitê Municipal de Preservação da Serrinha dentro da Associação, que conseguiu gerar um laudo de visita técnica de um analista ambiental do Parque Nacional de Ubajara.

A vistoria ocorreu em 17 de Junho de 2003 e laudo ficou pronto em 26 de junho de 2003, onde é observado o potencial espeleológico (exploração de cavernas) da Serrinha e solicitados uma análise de um setor que trata exclusivamente de cavernas e é ligado ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Foi sugerido ao município a criação de uma “Unidade de Conservação Municipal” visando garantir a preservação do patrimônio espeleológico, bem como a flora e a fauna da região, levando ao técnico sugerir que a região se enquadraria no caso como um Monumento Natural Municipal e desenvolver um

trabalho de educação ambiental junto às Escolas e comunidades locais, alertando para a necessidade de preservação das cavernas e da biodiversidade da área⁷

Embora recomendada desde 2003, a Unidade de Conservação Municipal nunca foi criada. Alancardé relata:

Nós enquanto associação, buscamos a prefeitura para dar início no projeto da criação da unidade de conservação, mas nenhum vereador e nem o prefeito demonstraram comprometimento com a causa, fizemos algumas reuniões, sempre ficava a promessa, mas nada se concretizou, faltou interesse público, talvez eles achassem que o apoio à criação do Museu já era suficiente. (com. verb. LEOPOLDINO, 2013)

A partir das pesquisas da paleontologia, relatórios e visitas técnicas tornou-se mais viável a concretização do Museu, então Antônio Alancardé iniciou buscas por um espaço que pudesse abarcar o acervo e que apresentasse características que não se distanciasse estruturalmente das casas da região.

Através de contato e com moradores de Pacujá Antônio Alancardé vislumbrou uma casa típica de fazenda no bairro Alto do Cravatá, então ele entrou em contato com a proprietária, a Senhora Marlene Alves, e conseguiu que ela cedesse a casa para a montagem do Museu, que não estava ocupada há alguns anos. (SILVA, 2013).



FIGURA 7 – Museu de Pacujá, vista externa. (Acervo do Museu)

⁷ As informações estão contidas num documento intitulado “Laudo Técnico de vistoria na localidade de Serrinha –Pacujá” realizada pelo Chefe do Parque Nacional de Ubajara: Antonio Emanuel Barreto Alves de Sousa em 26 de junho de 2003. Acervo do Museu de Pacujá

Antonio Alancardé, naquele momento sem experiência na área de Museologia foi montando o Museu intuitivamente. A exposição das peças representava aquilo que ele imagina a respeito do contexto das mesmas. A disposição das peças tentava representar o contexto ambiental, no sentido de que estariam dispostas as peças em consonância com informações representadas por dioramas. (SILVA, 2003)

Na parte de Paleontologia houve assessoria realizada pela Professora Maria Somália Viana, que em entrevista nos relata:

O que é importante é a história de como mostrar a ideia do diorama, como montar as informações, no geral o Alan transformou aquilo numa identidade pacujaense (risos) ficou um pouco diferente daquilo que eu imaginava, das informações que eu dei pra ele, mas ficou com o jeito do Alan e com o jeito de Pacujá. (com. verb. VIANA, 2012)

Como o Museu não teve um prédio planejado, o acervo foi adaptado aos ambientes da casa, evidenciando o tamanho do acervo de cada área de acordo com o tamanho das salas.



FIGURA 8 – Planta baixa da casa e organização do Museu (SILVA, 2013, p. 32)

A primeira sala foi nomeada Sala de Arqueologia Dra. Niéde Guidon, em homenagem a Arqueóloga que descobriu diversos sítios arqueológicos no Piauí, inclusive restos do que seriam os habitantes humanos mais antigos do continente americano. Na sala ficaram expostos machados, batedores, peças de cerâmica que podem ser urnas funerárias, diversidade de almofarizes, além da montagem de lanças

e outros objetos da cultura Neolítica, completando com um diorama que representava um homem primitivo de forma genérica.

A segunda sala era a Sala de Paleontologia Dra. Somália Viana, em homenagem a Pesquisadora e Professora que contribuiu significativamente para as pesquisas paleontológicas no município de Pacujá. Reproduzindo como seria Pacujá a cerca de 450 milhões de anos atrás, quando a região era mar, o que se comprova pelos fósseis marinhos encontrados na Serrinha, com exemplares da Serrinha e outros doados pela professora Somália de outros locais do Ceará, além de um diorama que representava o ambiente do período Ordoviciano da escala do tempo geológico.

A terceira sala era a de Geologia, representando a formação geológica da região quando ocorreu uma brecha vulcânica, com duas réplicas de vulcões que simulavam atividade e um diorama com vulcões em erupção. Além de variedades de rochas encontradas no Município de Pacujá e de outros municípios brasileiros.

A quarta e última sala de visitação era a Sala de “antiguidades”, que numa vertente etnográfica exibia objetos antigos, a maioria doados por moradores do município e ajudavam a contar a história de Pacujá, como a primeira televisão do município, telefone, máquina de costura, estribos, serrotes, peças sacras, entre outras. Além das salas de exposição o Museu de Pacujá possuía ainda outros dois ambientes: a sala de Administração, onde ficou a secretaria da instituição, além de manter a cozinha da casa como local para preparo e consumo de alimentos.

Após a montagem o Museu de Pacujá só passou a funcionar a partir de um acordo entre a Prefeitura Municipal e Antônio Alacardé, que foi deslocado de seu cargo de auxiliar administrativo para ser diretor do Museu, além disso, a prefeitura cedeu um profissional de serviços gerais para auxiliar nas demandas possíveis. (com. verb. LEOPOLDINO, 2012)

O Museu de Pacujá foi inaugurado em 24 de Março de 2005, funcionando nos turnos manhã e tarde, Além de Antônio Alacardé e Raimundo de Moura Oliveira, oito jovens pacujaenses trabalharam de maneira voluntária para que o museu funcionasse. A justificativa do Museu de Pacujá baseava-se na preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Natural da região que se desfaz e se extingue através das ações humanas, podendo levar ao desconhecimento de partes importantes da História local. O Museu de Pacujá se propõe a pesquisar e preservar as riquezas históricas e naturais, buscando o apoio de outras entidades, empresas privadas, órgãos governamentais ou qualquer cidadão que quisesse ser parceiro. (SILVA, 2013)

Além de receber visitas o Museu de Pacujá passou a ter um importante papel social, com atividades realizadas em sua maioria atendendo as comunidades que

estavam em sua volta que abrangiam o bairro Alto do Cravatá e bairro Barro Branco, atividades que foram inclusas nas atividades cotidianas do Museu.

Durante os dois primeiros anos de funcionamento o Museu de Pacujá, com o pouco recurso investido pela prefeitura foi se mantendo com suporte de um projeto de Educação de jovens e adultos do Serviço Social da Indústria (SESI), que ocorria no período noturno e atendia os jovens e adultos dos bairros próximos.

A partir de 2008, período em que houve mudança de gestão municipal, o Museu perdeu a ajuda dada pela prefeitura, que na época justificava estar numa situação financeira difícil, mas resolveria a situação até o fim do ano de 2009, além disso, na época o Diretor teve que se mudar para Sobral por motivos pessoais.

Antônio Alancardé esteve na direção do Museu de Pacujá durante o período de 2005 ao início de 2009, e a partir daí o Museu de Pacujá passou a ficar sem direção e sem funcionamento contínuo entre 2009 e 2011. Em fevereiro de 2011 e a prefeitura se responsabilizou pelo espaço e despesas que ainda eram geradas e mandava periodicamente funcionários para limpeza. O Museu de Pacujá só abria para visitas mediante contato com a prefeitura. Em dezembro de 2012 a proprietária da casa onde funcionava o Museu de Pacujá pediu a casa para reforma e informou que não poderia mais cedê-la, então a prefeitura retirou todo o acervo e guardou em um depósito da antiga banda de música da cidade (SILVA 2013) onde está até os dias atuais, apenas com uma exposição de fósseis, montada pela professora Somália Viana. Não funciona como museu, não tem atividades regulares. O acesso à exposição e ao acervo ocorre com contato com antecedência com as secretarias de educação ou de cultura do Município de Pacujá.

A história do Museu de Pacujá reflete nuances da relação da população com o patrimônio e mais nitidamente das administrações que passaram pelo município e tiveram oportunidade de explorar os potenciais tanto da Serrinha quanto do museu, mas não buscaram este caminho.

A observação dessas relações entre os vários atores envolvidos na Serrinha com o patrimônio, ou possíveis elementos que podem vir a ser reconhecidos como patrimônio, será mais aprofundada nesta pesquisa através de análises que serão discutidas em tópicos seguintes.

2.6 – O potencial patrimonial da Serrinha

Não temos o objetivo de catalogar a diversidade de elementos naturais e culturais da Serrinha, mas indicar o potencial de alguns elementos que são encontrados na Serrinha, baseando-se em visitas nos locais, entrevistas com os

moradores da Serrinha, além de considerar a produção já realizada na área para criar referências para os olhares científicos.

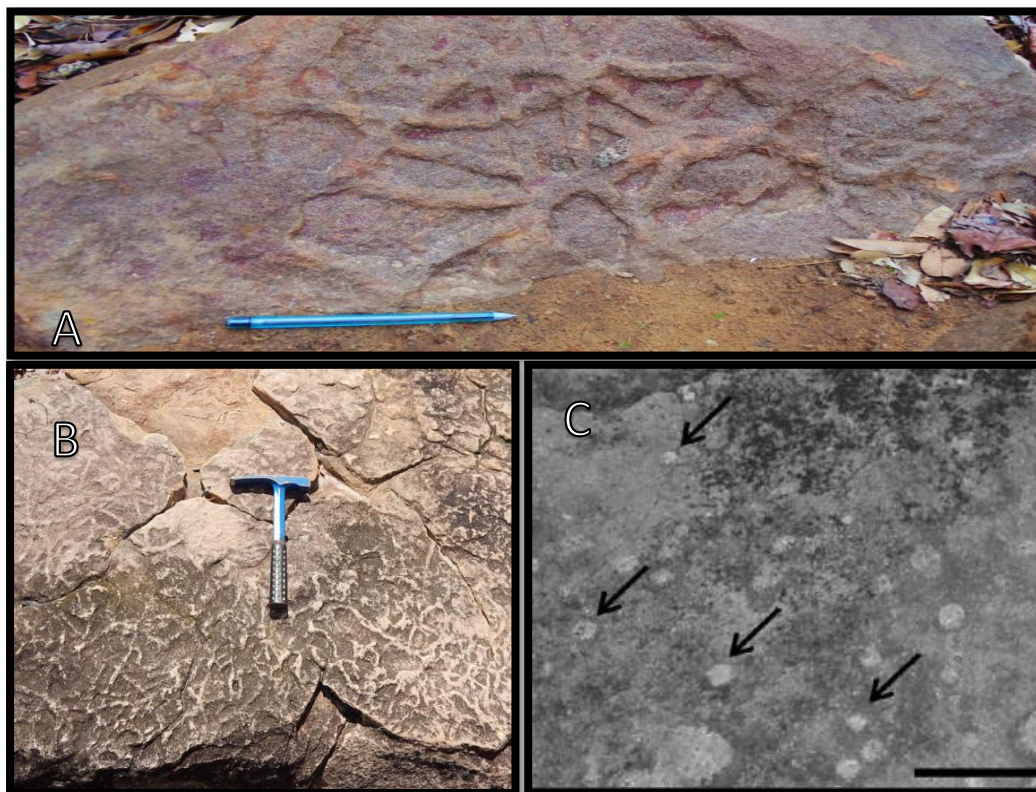
2.6.1 – Elementos da geodiversidade

A geodiversidade da Serrinha possui uma produção acadêmica com estudos de paleontologia e espeleologia há mais de uma década. São as duas áreas que estão com estudos mais avançados, mas existem outros elementos da geodiversidade que ainda não possuem nenhum estudo, a seguir listaremos os elementos da geodiversidade, seguindo a ordem da trilha de subida da parte baixa até a parte mais alta da Serrinha.

2.6.2 - Fósseis

A Serrinha possui lajeados de arenitos esbranquiçados do Grupo Serra Grande, Siluriano da Bacia do Parnaíba. Esse complexo geomorfológico é a representação de relíquias da borda da bacia.

Um icnofóssil é o resultado da atividade de um organismo, que pode vir a ser preservado em um sedimento, rocha ou corpo fóssil (FERNANDES & CARVALHO, 2007. p.8). Na serrinha são encontrados diversos icnogêneros espalhados por mais de dois quilômetros de trilha. A seguir vemos alguns exemplos encontrados:



FIGURAS 9: A e B: Icnogênero *Planolites Nicholson*. C: Icnogênero *Skolitos Haldeman*, o traço na foto mede 3cm. (VIANA *et al*, 2010)

2.6.3 - Cachoeira

Após a subida da parte mais íngreme da trilha da Serrinha o caminho fica bifurcado, a Norte um pouco mais de subida até as cavernas que estão nos pontos mais altos e a Sul uma área conhecida pelos moradores locais como Tucanos, onde existe uma cachoeira chamada cachoeira dos tucanos, com uma queda d'água de aproximadamente 30 metros(Figura 10). O fluxo d'água que forma a cachoeira mantém-se apenas quando o período chuvoso é intenso e costuma ficar totalmente seca na maior parte do ano. Não há estudo sobre a qualidade da água e não há monitoramento ou medidas de conservação e segurança do local e dos frequentadores.



FIGURA 10 - Fotografia da Cachoeira dos Tucanos em dia chuvoso. (Acervo do autor)

2.3.4 - Monumentos Rochosos

Após a parte mais íngreme da trilha, em direção Norte, estão localizadas formações rochosas que os moradores locais associaram a figuras animais pela forma

que a rocha ou aglomeração de rochas apresenta (Figuras 11 a 13). Estes monumentos não estão catalogados nem georreferenciados por algum órgão/Instituição.



FIGURA 10 - Fotografia da Pedra do Gorila. (Acervo de Antonio Alancardé)

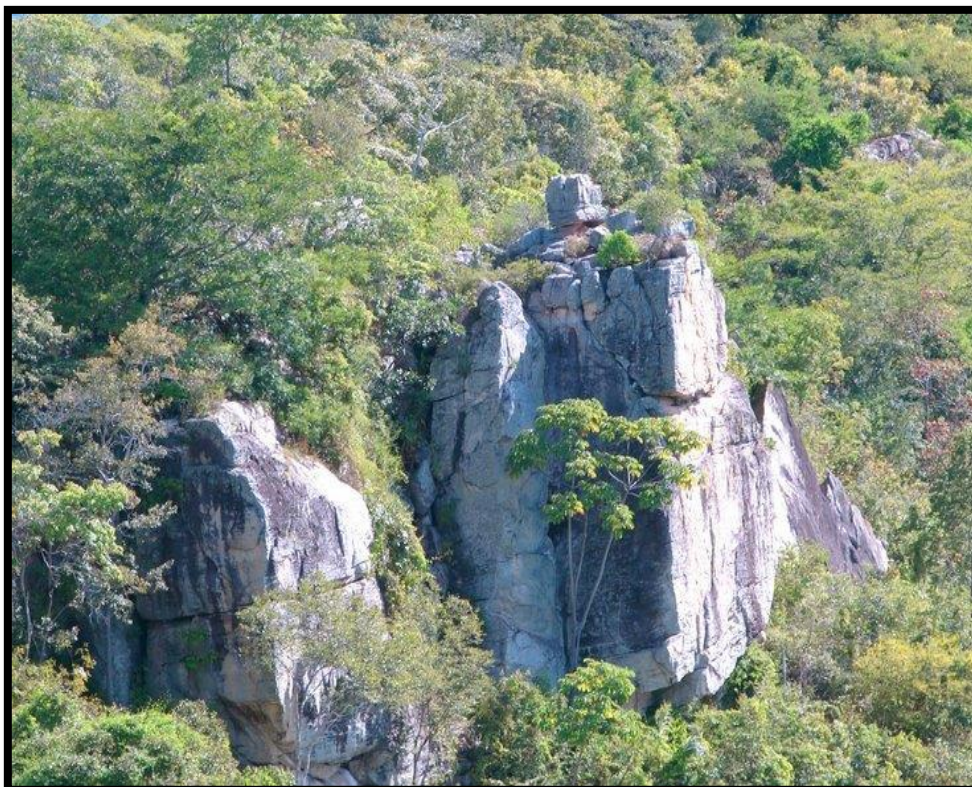


FIGURA 11 - Fotografia da Pedra do salto do veado. (Acervo de Antonio Alancardé)



FIGURA 13 - Fotografia da Pedra do jacaré. (Acervo de Antonio Alancardé)

2.6.5 – Nascente

Percorrendo a trilha em direção às cavernas, chegando na propriedade do Senhor Raimundo encontra-se uma nascente, chamada localmente de olho d'água.

O conceito de nascente não é bem uniforme na literatura especializada. Não apenas na Geografia, mas em todas as ciências, cada pesquisador utiliza a definição mais conveniente para seu estudo, criando diversas ideias do que venha a ser uma nascente. Por isso, é comum ocorrer enganos e desentendimentos na comparação dos resultados de diferentes trabalhos. (FELIPPE & MAGALHÃES, 2002)

Diante das diferentes conceituações que o termo apresenta escolhemos a do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), que é vigente em todo o país. Para o CONAMA uma nascente é o local onde aflora naturalmente, mesmo que de forma intermitente, a água subterrânea (BRASIL, 2002)

Esta água subterrânea que aflora na serrinha atualmente encontra-se represada (Figura 14), mas em área de livre acesso, sendo a única fonte de água para as três famílias que moram na Serrinha e seus cultivos de plantas, bovinos e suínos. Além da população local, os visitantes e pesquisadores comumente usam a nascente para refrescarem-se depois da subida da trilha. Não há estudo da qualidade da água ou catalogação da nascente. (com. verb. ABREU, 2014).



FIGURA 14 - Fotografia da nascente. (Acervo do Autor)

2.6.6 - Cavernas

O atrativo mais procurado pela população na área da Serrinha são as cavernas, chamadas localmente de furnas ou grutas, são as últimas paradas da trilha, localizadas a altitudes que ultrapassam os 500 metros acima do nível do mar. O potencial espeleológico da área já foi descrito pelo geólogo Celso Ximenes, segundo ele:

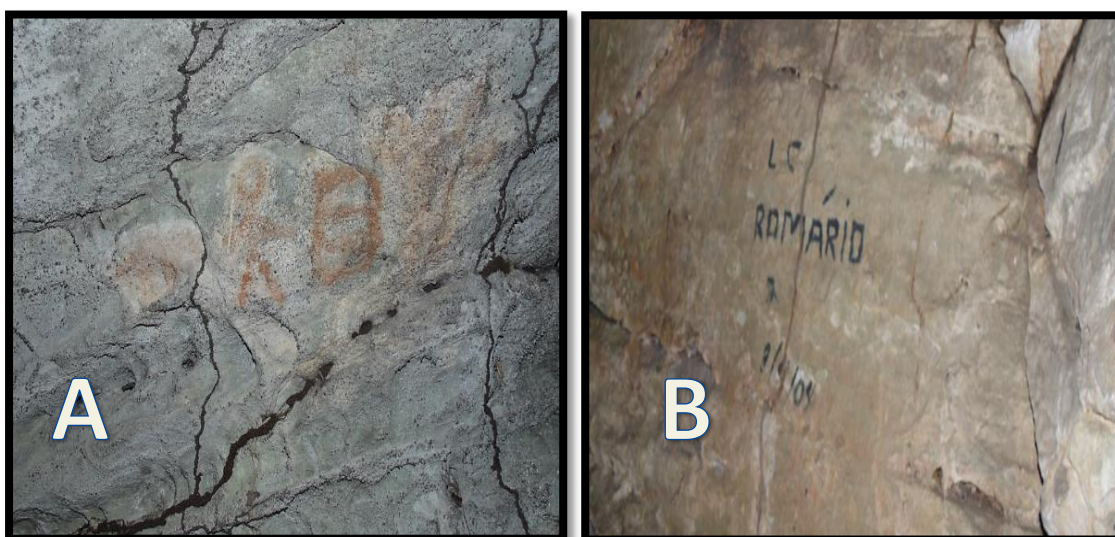
As primeiras explorações revelaram que a principal importância das cavidades da Serrinha é de natureza ecológica, pois são abrigos para espécies de anfíbios, répteis, aves e pequenos mamíferos, principalmente morcegos, além de muitas espécies de invertebrados. Foram constatadas oito cavidades, formadas em rochas areníticas, encravadas na localidade da Serrinha,. (XIMENES, 2005)

Uma das cavernas, chamada localmente de furna do limão é bastante utilizada para acampamentos, mas não há um uso consciente com a integridade da biodiversidade que depende da caverna para existir, em nossas visitas podemos ver lixo orgânico e inorgânico deixado pelos visitantes além da depredação e pichação em algumas cavernas (Figura 16).

As oito cavernas estão catalogadas na Sociedade Brasileira de Espeleologia, mas não há ações constantes de vistoria e preservação por parte da instituição ou de algum órgão público (Figura 17)



FIGURA 15 – Foto panorâmica da Caverna do Limão. (Acervo do autor)



FIGURAS 16 – Interferência humana recente imitando pintura rupestre (A) e pichações (B). (Acervo do autor)

CE	Gruta da Fogueira	CNC-CE_40	PACUJÁ	Serrote Serrinha
CE	Gruta das Jias	CNC-CE_41	PACUJÁ	Serrote Serrinha
CE	Gruta do Desfiladeiro I	CNC-CE_39	PACUJÁ	Serrote Serrinha
CE	Gruta do Desfiladeiro II	CNC-CE_38	PACUJÁ	Serrote Serrinha
CE	Gruta do Limão	CNC-CE_36	PACUJÁ	Serrote Serrinha
CE	Gruta do Pontal	CNC-CE_37	PACUJÁ	Sem informação
CE	Gruta dos Cipós	CNC-CE_34	PACUJÁ	Serrote Serrinha
CE	Gruta dos Morcegos	CNC-CE_35	PACUJÁ	Serrote Serrinha

FIGURA 17 – Lista de cavernas cadastradas no Cadastro Nacional de Cavernas (Base de dados da Sociedade Brasileira de Espeleologia)

2.7 – Considerações sobre os elementos encontrados na Serrinha

2.7.1 – Elementos da Geodiversidade

Os elementos da geodiversidade da Serrinha mostrados dão um panorama de como a área é rica neste aspecto e necessita de muitas pesquisas que explorem o potencial oferecido.

Além de olhares científicos, verificamos a falta de órgãos públicos, em qualquer esfera administrativa, que atuem na preservação da área.

Com base nas visitas de campo, utilizando aparelho de Sistema Global de Posicionamento (GPS) e o Google Maps, montamos um mapa para dar noção da distribuição dos elementos da geodiversidade da Serrinha.

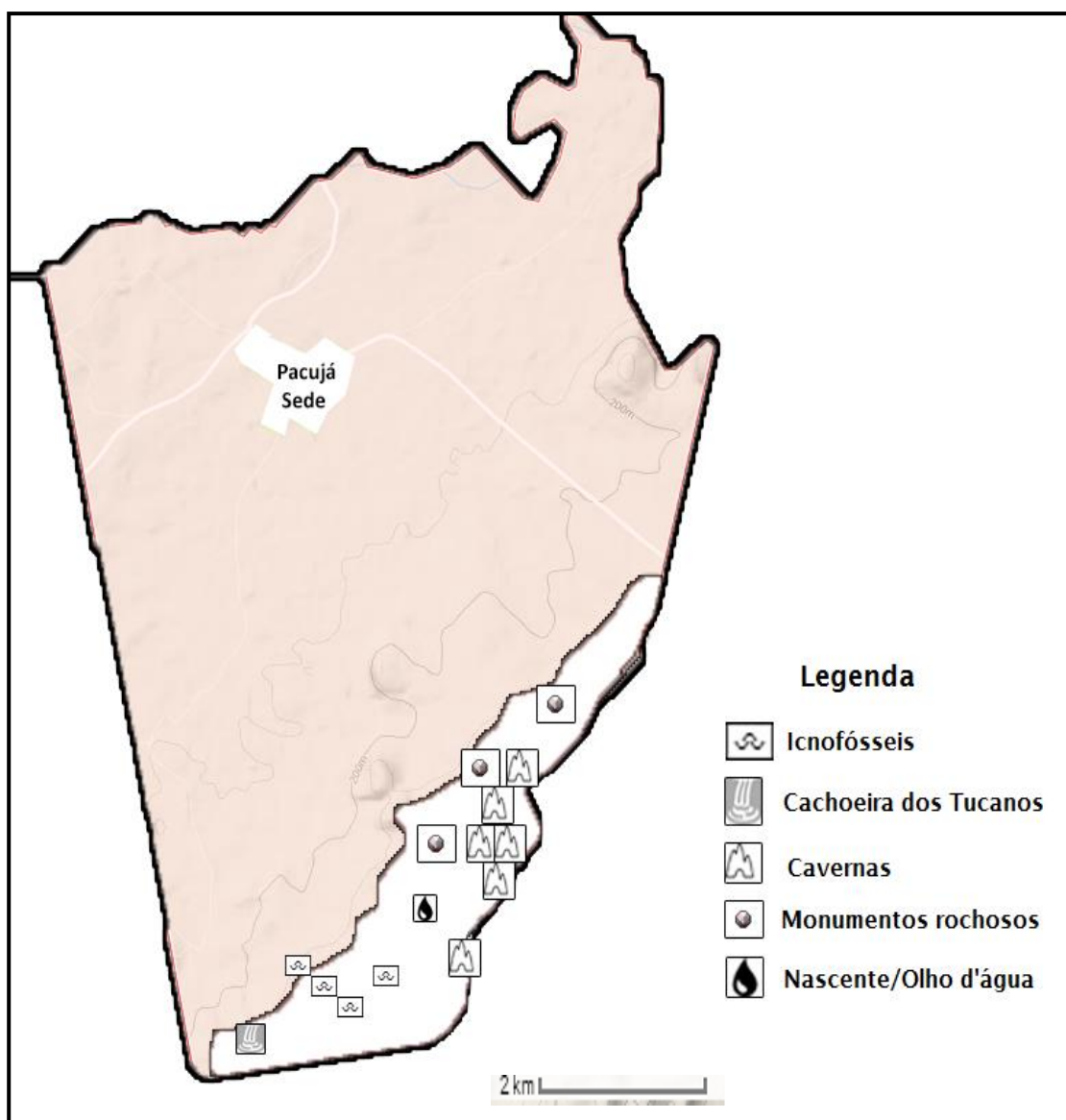


FIGURA 18 – Mapa com a distribuição espacial dos elementos da geodiversidade apresentados (Google Maps, adaptado)

2.7.2 – Elementos da biodiversidade.

As informações sobre a biodiversidade da Serrinha até o período do levantamento de fontes para esta dissertação estão relacionadas apenas a estudos florísticos realizados pelo herbário da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA e Laboratório de botânica da Universidade Federal do Piauí - UFPI, onde há a catalogação de algumas espécies que ocorrem na Serrinha.

Os potenciais de estudos da biodiversidade já foram descritos por Ximenes (2007):

O ecossistema local lembra campos rupestres de altitude, comuns nas regiões Sudeste e Centro-Oeste do Brasil. A vegetação é diferenciada da Caatinga. Estudos botânicos e de fauna podem revelar espécies vegetais e animais importantes ou até novas.

Fatos que já foram comprovados na parte de botânica pelos estudos do Herbário da UVA.

A vegetação é constituída de Caatinga com transição para o Cerrado. A altitude varia de 180 a 480 m, com temperaturas variando de 26° a 28°C. O estado de conservação da vegetação e a ausência de estudos florísticos nessa área motivaram a realização de pesquisas. [...] Com os dados obtidos nesse estudo, pode-se constatar que as Rubiaceae coletadas são representativas da variação das condições ecológicas ao longo do gradiente de altitude e expressam o contato das floras da Caatinga e do Cerrado, consistindo numa importante área para estudos florísticos. (BRANDÃO et al, 2011)

Os estudos florísticos são os únicos que contribuem para o conhecimento da biodiversidade da serrinha, ficando as demais expressões da biodiversidade sem informação e catalogação.

Ressaltamos a importância de mais estudos sobre a biodiversidade da Serrinha, até um olhar leigo percebe a diversidade de animais e plantas e existentes na área. A soma das condições climáticas e da geodiversidade criam um ambiente diferenciado, gerando uma biodiversidade também diferenciada.

A soma das condições climáticas e da geodiversidade criam um ambiente diferenciado, gerando uma biodiversidade também diferenciada.

A Serrinha, eu comparo como se fosse o Planeta Terra no sistema solar. A Serrinha está num ponto muito equilibrado ambientalmente, geologicamente e esse equilíbrio é uma faixa de terra muito pequena, só são mil hectares, mas aí por estar em uma área tão pequena e ter uma diversidade tão grande de tudo eu comparei ao nosso planeta dentro do sistema solar, [...] mas na Serrinha existiam coisas que não existem em nenhum outro lugar na mesma região. (com. verb. LEOPOLDINO, 2012)

Nas nossas visitas à Serrinha pudemos observar grande variedade de animais e plantas, principalmente aves (Figura 19), reptéis (Figura 20), insetos, e muitas plantas (Figuras 21 e 22), principalmente xerófilas (xerófilos são organismo com grande adaptação a falta de água e umidade) características do bioma Caatinga (Figura 21).

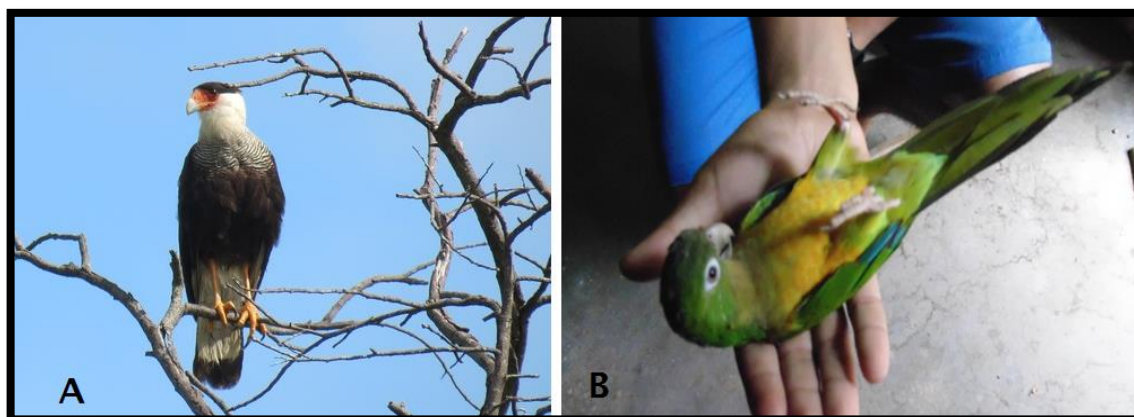


FIGURA 19 – Aves fotografadas na Serrinha. A - *Caracara plancus*. Nome Local: Gavião. B - *Eupsittula cactorum*. Nome local Periquito. A fotografia foi feita na casa do Senhor Raimundo Abreu, que possui um periquito domesticado. (Acervo do autor)



FIGURA 20 – Lagartos fotografados nas visitas à Serrinha. A - Não conseguimos obter o nome científico. Nome Local: Calanguinho. B – *Ameiva ameiva*. Nome local: Calango verde. C - *Tupinambis merianae*. Nome local: Tejo. (Acervo do autor)



FIGURA 21 – Exemplo de plantas xerófilas características do Bioma Caatinga: A – *Opuntia cochenillifera*. Nome local: Palma; B- *Bromelia laciniosa*, Nome local: Macambira. C - *Cereus jamacaru*, Nome local: Mandacarú. (Acervo do Autor)

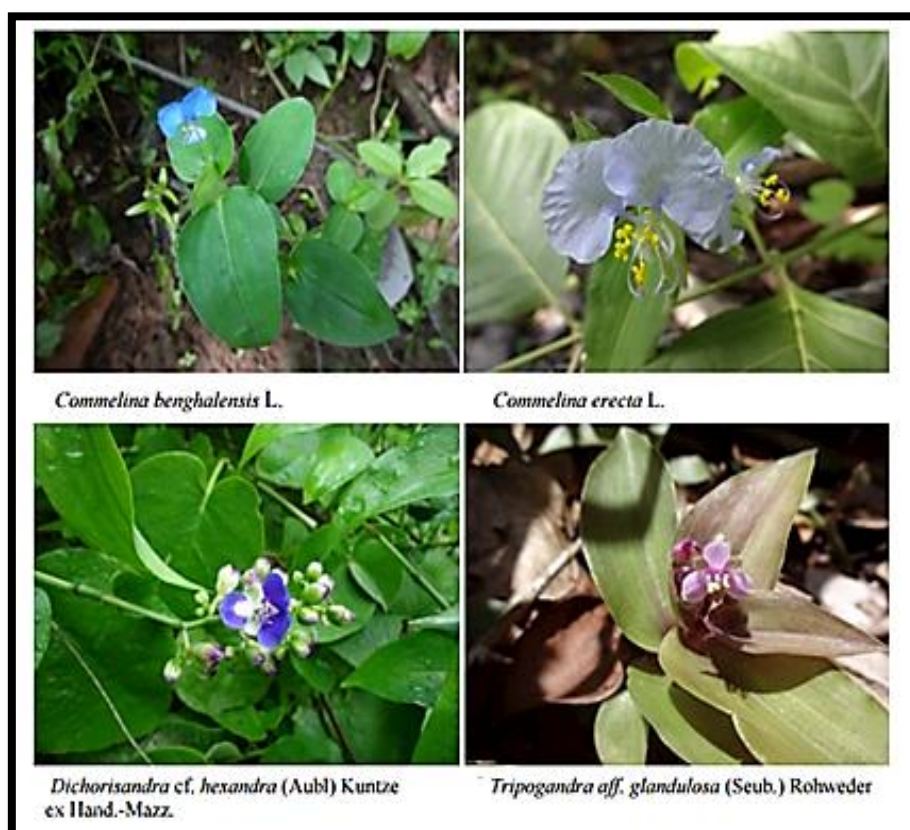


FIGURA 22 – Exemplos de flores da família Commelinaceae da Serrinha.
(SANTOS et al, 2015)

Além dos exemplos descritos acima vale ressaltar o grande número de morcegos existentes na Serrinha que utilizam as cavernas como habitat, além de um pequeno mamífero roedor, chamado localmente de Preá (com. verb ABREU, 2015).

2.7.3 – Elementos Culturais.

Apesar da baixa densidade demográfica a Serrinha apresenta elementos culturais próprios, frutos da interação de seus moradores e demais frequentadores da área que se apropriam do espaço e criam hábitos diferentes, valoram de maneira diferente e mantém relações diferentes com a geodiversidade e biodiversidade locais.

2.7.4 – Casa de Farinha

Iniciando pela visão dos moradores da Serrinha podemos destacar a casa de farinha (Figura 23), que mesmo desativada, faz parte da memória de todas as três famílias que residem na Serrinha, todas lembram com saudosismo o funcionamento dela e fazem referencia como um lugar de memória representativo do modo de vida local, pautado na agricultura de subsistência e no consumo quase exclusivo de alimentos cultivados na Serrinha.



FIGURAS 23– Fotografias da Casa de Farinha da Serrinha, que se encontra desativada.

Atualmente, a casa de farinha está bastante deteriorada. Segundo o Senhor Raimundo Abreu, após o fim das atividades, na década de 90, o proprietário não fez nenhum reparo, deixando a construção exposta à ação do tempo e agentes naturais de deterioração.

2.7.5 - A “Casa do Seu Raimundo”

O Senhor Raimundo Abreu é a referência regional da Serrinha, tanto que é conhecido popularmente como Raimundo Serrinha. A casa dele e da esposa, Laurita, situa-se na parte final da trilha, cerca de 400 metros das cavernas. Ponto onde o visitante normalmente refresca-se na nascente e é convidado pelo Senhor Raimundo para entrar, tomar café e dependendo do horário, convidado para o almoço ou jantar.

Todos os pesquisadores que frequentam ou frequentaram a Serrinha com regularidade que foram entrevistados citam a casa do Senhor Raimundo como parada obrigatória, pois o casal Raimundo e Laurita é sinônimo de hospitalidade, generosidade e boas conversas, além de ser o ponto de informação para não se perder pela trilha.



FIGURA 26 – Fotografias casa do Senhor Raimundo. (Acervo do Autor)

2.7.6 - Arqueologia

Foram encontrados dois objetos líticos próximos de uma caverna na Serrinha: um batedor e um objeto esférico (com. verb. LEOPOLDINO, 2012), mas não há pesquisa feita por arqueólogo ou projetos de pesquisa arqueológica de órgão/universidade na Serrinha. Os objetos foram coletados por Alancardé Leopoldino em 2001 (na época estudante de Pedagogia) e encontram-se atualmente no acervo do Museu de Pacujá.



FIGURA 25 – 1: Batedor e 2 : Objeto esférico encontrados na Serrinha. (Acervo do Museu de Pacujá)

2.8– Os múltiplos olhares para a Serrinha.

A Serrinha, como território e lugar de memória apresenta uma rede de relações distintas. Os olhares lançados, dotados de especificidades produzem interpretações diferentes que refletem nas maneiras diferentes que as pessoas que mantêm contato com a Serrinha.

Para tentar entender essa teia de relações que envolvem a Serrinha é necessário se atentar a quatro perfis com os quais nos deparamos na pesquisa, são eles:

- Morador da Serrinha: As três famílias que habitam na Serrinha.
- Morador de Pacujá: Pessoas que frequentam a Serrinha, principalmente para lazer, procedentes do Município de Pacujá.
- Pesquisador: Profissionais que já desenvolveram alguma pesquisa na Serrinha, a maioria não é do Município de Pacujá.
- Agentes políticos: Representantes da administração pública municipal.

Cada um desses perfis apresentam relações específicas com a Serrinha, sendo possível traçar os quatro tipos de relações mais comuns. No esquema abaixo traçamos a teia de relações, destacando o elo principal de cada esfera, baseando – se na produção já existente sobre a Serrinha.

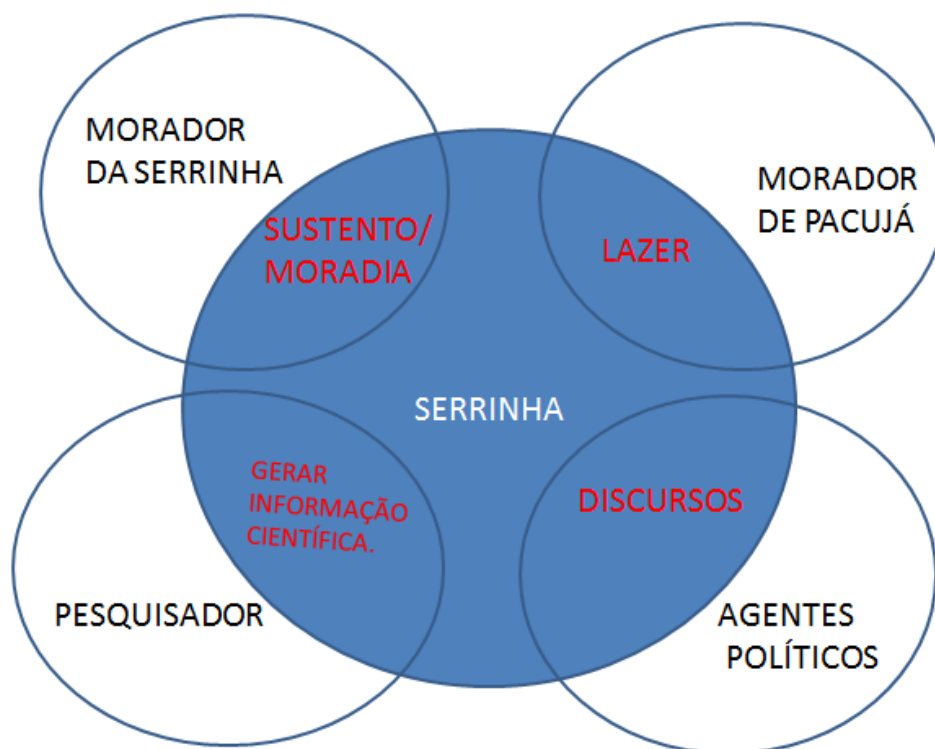


FIGURA 26 – Esquema das relações dos olhares para a Serrinha.

Através das metodologias aplicadas nesta pesquisa (entrevistas, questionários, levantamento bibliográfico e visitas de campo) podemos obter mais informações destas relações e os diferentes olhares em tensão para a Serrinha.

Levando em consideração o tempo de pesquisa de Dissertação e as metodologias foram adotadas de acordo com a possibilidade e adequação para cada um dos perfis levantados.

2.8.1 - O morador da Serrinha.

Atualmente residem três famílias na Serrinha. Foi entrevistada uma pessoa representante de cada família utilizando o modo de entrevista aberta.

As três famílias vivem da agricultura de subsistência, além da atividade agrícola o Senhor Raimundo Abreu e a Senhora Laurita, tem renda extra pela criação de gado, e as Senhoras Maria Rodrigues e Antônia Rodrigues recebem aposentadoria

rural. A Senhora Laurita possui o ensino fundamental incompleto e os outros moradores são analfabetos.

A relação com a Serrinha está ligada principalmente à memória de vida e o uso da terra para o sustento e moradia.

Todo mundo pergunta por que eu continuo aqui no meio do mato, sem energia, sem água encanada, mas minha história tá toda aqui né. Tudo o que eu tenho hoje, mesmo sendo pouco eu batalhei e construí tudo aqui na Serrinha. (com. verb. ABREU, 2015).

A relação dos moradores com os pesquisadores conforme os relatos de ambas as partes sempre foram aprazíveis, no começo das visitas houve estranhamento, mas conforme as visitas de pesquisadores aumentaram eles passaram a ver as visitas como algo rotineiro e importante.

Quando o Alan (Antônio Alancardé) começou a vir pra cá procurando essas pedras eu achava muito estranho, parecia coisa de doido. As furnas (cavernas) tudo bem, mas essas pedras eu não entendo ainda. Depois que a Somália veio e passou a trazer alunos de Sobral, de Fortaleza, passou a vir mais gente ver essas pedras, a Somália já explicou pra mim e sei da importância para os estudos, mas eu não entendo muito bem não. (com. verb. RODRIGUES, 2015)

Percebemos a dificuldade que os moradores da Serrinha têm para assimilar os conhecimentos principalmente paleontológicos e arqueológicos, são informações que não fazem parte da formação nem do cotidiano deles, mas apesar da pouca familiaridade eles se mostram sensíveis e sempre dispostos a ajudar, cedendo a casa como um abrigo à sombra, oferecendo água e café para todos que chegam a suas casas e até sendo guia na trilha até as cavernas.

Em relação à visualização e valoração da Serrinha e de seus elementos como patrimônio percebemos que a associação feita à palavra patrimônio direciona-se ao sentido de posse, levando à declaração de que patrimônio é a casa, os animais e a terra como propriedade. Em relação à criação de medidas de conservação na Serrinha percebemos que os moradores são conscientes do valor científico que a Serrinha possui e neste sentido reconhecem o valor coletivo de acesso e proteção da Serrinha.

Pra mim patrimônio é minha casa, aliás, o patrimônio que eu tenho é minha casa, o terreno que ela está e minhas criações (animais). [...] Aqui deve ser protegido mesmo, as riquezas que tem aqui são de todo mundo (com. verb. RODRIGUES, 2015)

Patrimônio pra mim é um terreno, uma casa. A Serrinha é importante né, se não fosse, as pessoas não iam vir pra cá, as pessoas que pesquisam. [...] Eu acho que é pra preservar sim, principalmente as furnas e os fósseis, por que é um bem de todos né. (com. verb. ABREU, 2015)

2.8.2 - O pesquisador.

Baseando-se no levantamento da produção acadêmica sobre a Serrinha, podemos afirmar que a pesquisa na Serrinha se concentra em duas áreas: Nas geociências, com destaque para a paleontologia, e na biologia, com destaque para a botânica. Cabe destacar que o perfil do pesquisador da Serrinha é de profissionais e estudantes que são de fora da região de Pacujá.

As pesquisas já realizadas baseiam-se principalmente em visitas de campo, com observação *in situ* dos espécimes, que são fotografados, alguns medidos e analisados posteriormente resultando na confecção de artigos e outros trabalhos científicos.

Diante da impossibilidade de entrevistar todos os pesquisadores selecionamos dois que possuem o maior número de publicações/trabalhos realizados na Serrinha, além de serem bastante citados pelos moradores da Serrinha como visitantes ativos. São eles os professores Elnatam Bezerra e Maria Somália Sales Viana, ambos da Universidade Estadual Vale do Acaraú.

Os dois professores destacam em suas entrevistas a diversidade e o potencial patrimonial da Serrinha, reconhecendo que os estudos desenvolvidos ainda representam um número pequeno diante das possibilidades que a Serrinha apresenta.

A professora Somália Viana além de ter ajudado na criação do Museu de Pacujá, é personagem ativa na proteção de outros afloramentos fósseis que ocorrem no Município de Pacujá.

Os pesquisadores reconhecem o papel primordial de aproximação com a população da Serrinha e do Município de Pacujá. Acreditam que a adesão da população facilita o trabalho do pesquisador e da preservação de tantos “bens que são patrimônios de Pacujá”.

Os moradores da Serrinha fazem o lugar ainda melhor, são pessoas tão simples, mas com uma receptividade magnífica, todas as vezes que fui lá sentei e tomei café com o “Seu” Raimundo e a Dona Laurita. [...] Não adianta o pesquisador querer a preservação do patrimônio sozinho, a população tem que estar sensibilizada ou pelo menos sensível às ações que devem ser tomadas neste sentido. (com. verb. VIANA, 2012)

Desde a primeira vez que eu fui na Serrinha eu fiquei impressionado com a diversidade que a área apresenta, então me interessei em trazer os alunos para fazer estudos botânicos lá, que ainda são poucos, por que o material que se encontra na Serrinha tem bem mais a oferecer [...] Infelizmente eu não pude dar o retorno que a comunidade da Serrinha e de Pacujá merecem [...] A Universidade não tem força sozinha ela precisa que os habitantes pelo menos queiram proteger esses bens que são patrimônios de Pacujá (com. verb. BEZERRA, 2015)

2.8.3 - Os agentes políticos

Nesta categoria consideramos como agentes políticos os representantes da administração pública municipal, justificando que não encontramos ações de representantes dos governos estadual ou federal na Serrinha.

Solicitamos à prefeitura uma entrevista com a Prefeita do Município de Pacujá, Senhora Maria Lucivane de Souza, mas foram adiadas três vezes e indicado então o vice-prefeito Alex Melo para ser porta voz da prefeitura. Além dele também foi entrevistado o Secretário de desenvolvimento rural e meio ambiente José Oliveira.

Alex Melo possui graduação em administração e já tem no currículo 16 anos na administração municipal, divididos entre o cargo de vereador e vice-prefeito. Na entrevista ele demonstrou bastante interesse na busca de projetos de conservação para a Serrinha, e justificou que a prefeitura sabe e reconhece o valor da Serrinha como um patrimônio local, mas que não tem recursos para custear sozinha a execução e manutenção de projetos e ações neste sentido.

Eu não sou um frequentador assíduo da Serrinha, mas sei da importância que a Serrinha tem para o nosso município, é um patrimônio de todos os pacujaenses que merece um respaldo maior sim da administração pública, não só municipal, mas nas outras esferas [...] Infelizmente um município pequeno como o nosso que depende quase exclusivamente do fundo de participação dos municípios para pagar todas as despesas fica complicado se comprometer sozinho para garantir o funcionamento de projetos de preservação da área. (com. verb. MELO, 2015)

O Secretário de desenvolvimento Rural e Meio ambiente José Oliveira possui graduação em saneamento ambiental e está há quase quatro anos na secretaria, ele reconhece a importância da Serrinha como um espaço único e que merece o cuidado e proteção não só da prefeitura, mas dos órgãos estaduais e federais que atuam na proteção do meio ambiente. Ele justifica a ausência de ações da secretaria se baseando no pouco recurso que a secretaria recebe e que o valor quase em totalidade é destinado para as ações do desenvolvimento rural, sentindo a necessidade do desmembramento da secretaria em duas para que haja recursos e pessoal próprio para cuidar das questões ambientais no município.

Como representante da Secretaria de Meio ambiente do município eu gostaria de destacar a importância que a Serrinha tem para o nosso município, um potencial que não é explorado, mas não é por falta de vontade, a própria estrutura administrativa é um empecilho para isso, os recursos repassados são destinados para os programas e projetos do desenvolvimento rural, pode até parecer falta de interesse, mas com o pouco que sobra para a pauta do meio ambiente só dá para fazer as ações aqui mesmo na sede do município. [...] Eu sonho ainda ver a criação de um Parque na Serrinha, seja ele de qualquer nível governamental e creio que é um desejo de muitos pacujaenses. (com. verb. OLIVEIRA, 2015)

Percebemos que a relação da administração municipal com a Serrinha é pautada em discursos de justificativa orçamentária para a ausência de políticas de acesso e preservação por parte da prefeitura na Serrinha. Em outro ponto de vista observamos que apesar da aparente visualização da Serrinha como um patrimônio de Pacujá a administração parece estar alheia até mesmo á divulgação e o acesso ás informações sobre a Serrinha. O único local onde havia painel com fotos e informações sobre a Serrinha, na Secretaria de Ação Social, foi ocupado por outras demandas desde a posse da administração atual e não foi substituído ou relocado posteriormente. Em nenhum local da administração municipal é possível encontrar atualmente referências e informações sobre a Serrinha.

2.8.4 – O morador de Pacujá

Pacujá possui uma população de cerca de 6 mil habitantes (IBGE, 2010) e para obter as informações sobre os olhares da população do município foi utilizada a metodologia de questionário por amostra. (ver o modelo em anexos)

Utilizamos o modelo de pesquisa social proposta por Gil (2008) onde é conceituada como o processo que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social.

Realidade social é entendida aqui em sentido bastante amplo, envolvendo todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais. Assim, o conceito de pesquisa aqui adotado aplica-se às investigações realizadas no âmbito das mais diversas ciências sociais, incluindo Sociologia, Antropologia, Ciência Política, Psicologia, Economia etc. (GIL, 2008, p.26)

Dentro do modelo de pesquisa social o que mais se adequou a nossa proposta foi a **amostragem por intencionalidade**, caracterizada como um tipo de amostragem não probabilística e que consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base nas informações disponíveis, possa ser considerado representativo de toda a população.

Os questionários foram aplicados em um número de pessoas determinado pela formula para cálculo de amostras para populações finitas, quando a população não supera 100.000 elementos, que é o caso de Pacujá, que no último censo (IBGE, 2010) registrou 5.986 habitantes. Obedecendo a seguinte fórmula:

$$n = \frac{\sigma^2 p \cdot q \cdot N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 p \cdot q}$$

Onde:

n = Tamanho da amostra

a² = Nível de confiança escolhido, expresso em número de desvios-padrão

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica

q = Percentagem complementar

N = Tamanho da população

e² = Erro máximo permitido

A percentagem com qual o fenômeno se verifica no caso desta pesquisa é relacionada a uma estimativa percentual de pessoas que já estiveram na serrinha trabalhamos com o percentual de 22%.O erro permitido foi de 4% e um nível de confiança de 95% que representa 2 desvios. Assim obtivemos o seguinte resultado:

$$n = \frac{2^2 \times 22 \times 78 \times 5896}{4^2(5986-1) + 2^2 \times 22 \times 78} = \frac{41.087.904}{102.624} = \mathbf{400,37}$$

Foi arredondado o número para 400 aplicações de questionários. Assim o número total de entrevistados representa **6,68%** do total da população do Município segundo o último censo (IBGE, 2010).

Os questionários foram aplicados em duas escolas, nas secretarias de educação e ação social, em estabelecimentos comerciais e em residências, urbanas e rurais do Município de Pacujá.

É importante destacar que no caso da aplicação nas escolas o questionário foi preenchido mediante explicação para cada turma de alunos o motivo da pesquisa e instruções de como deveria ser corretamente preenchido, nos outros casos o entrevistado preencheu com acompanhamento individual do entrevistador.

Os dados dos questionários foram inseridos em base de dados no programa Microsoft Excel 2010 ® gerando tabelas e posteriormente gráficos com os resultados de cada questão.

Parte 1 – Identificação dos entrevistados

A primeira parte do questionário visa a identificação do entrevistado, uma caracterização pessoal, idade, nível de escolaridade, situação de moradia e os meios de acesso à informação.

A idade mínima foi estabelecida em 12 anos de idade, período esse em que no grau escolar o aluno está em média no 6º ano do ensino fundamental e já entrou em contato com disciplinas que se aproximam dos temas apresentados na pesquisa, além disso seria mais prudente para a pesquisa alcançar um público que possivelmente teve contato com o Museu de Pacujá

O grupo entrevistado apresentou equilíbrio entre os gêneros, onde os homens representaram 47% e as mulheres 53% da população (Figura 27), predominando a faixa etária de 16 a 35 anos (Figura 28). Esse resultado não ficou muito afastado da proporção encontrada no censo de 2010 do IBGE quanto ao gênero e á faixa etária mais populosa no último censo.

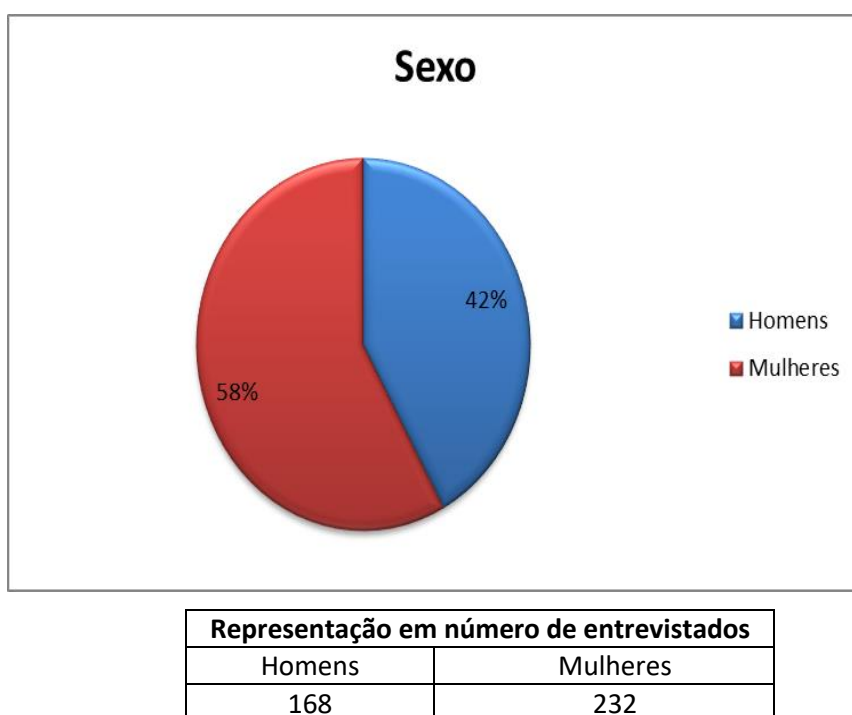
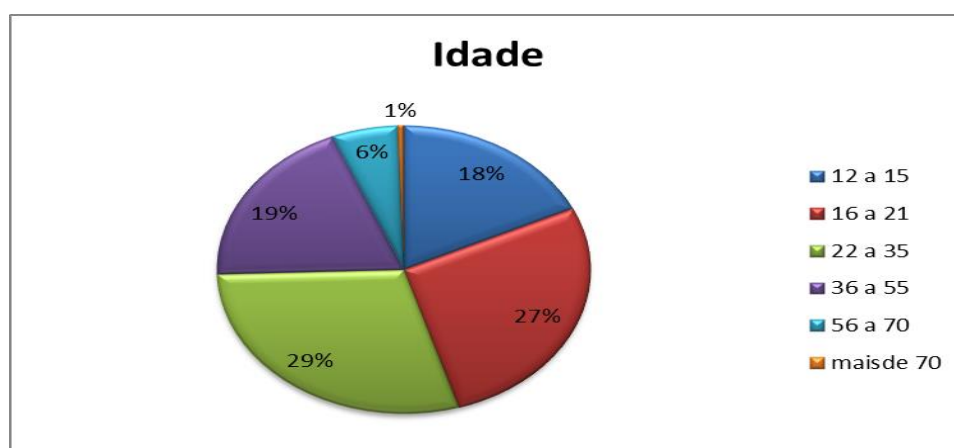


Figura 27 - Gráfico com a representação por divisão de sexos entre os entrevistados.



Representação em número de entrevistados					
12 a 15	16 a 21	22 a 35	36 a 55	56 a 70	Mais de 70
72	109	117	77	23	2

Figura 28 - Gráfico com a representação de entrevistados por faixa etária.

O nível de escolaridade principal foi Ensino Médio Incompleto (42%) e Completo (19%), ficando distante da realidade do censo de 2010 (Figura 29). Isso pode ser justificado pelos locais de aplicação dos questionários onde a maioria foi alunos do Ensino médio, além disso, o relativo alto número de pessoas graduadas e pós-graduadas representam em geral os professores das escolas e funcionários públicos.

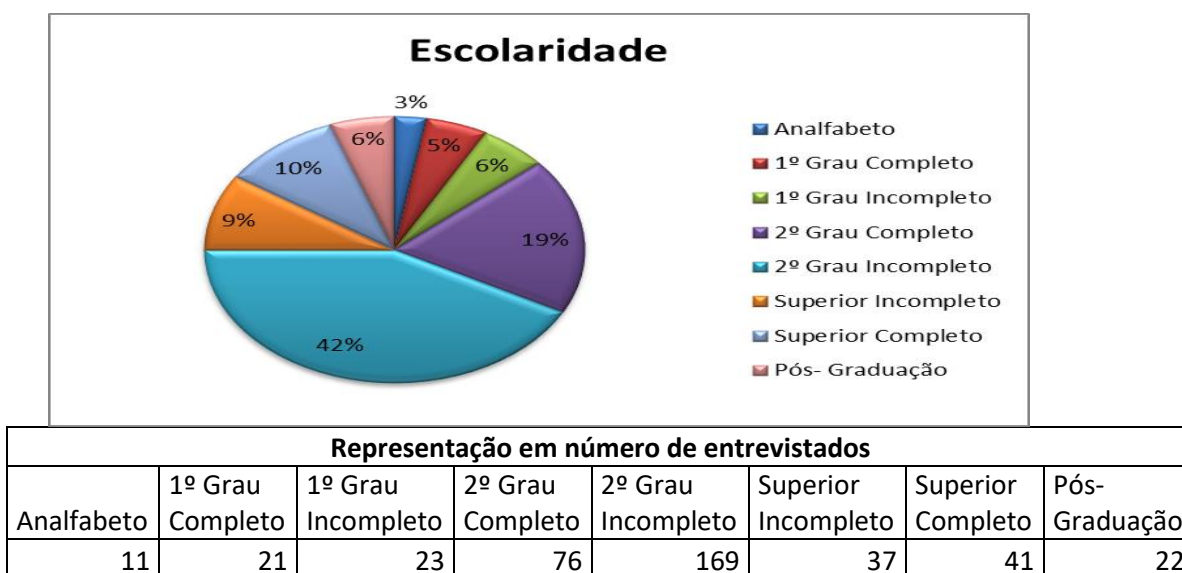
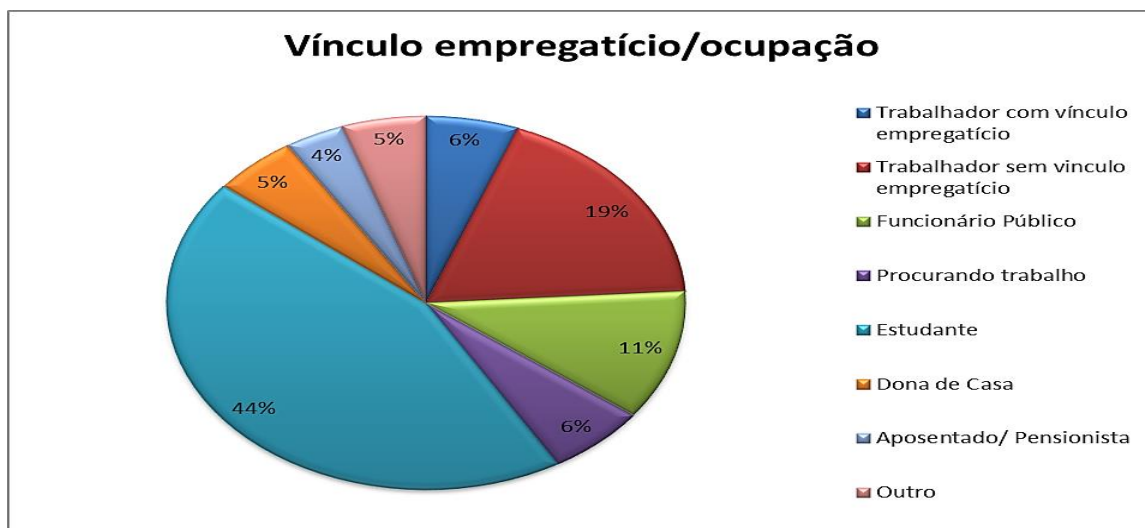


Figura 29 - Gráfico com a representação de entrevistados por faixa de escolaridade

Os dados de vínculo empregatício e ocupação também sofreram influência dos locais de aplicação dos questionários, apresentando maior proporção para estudantes (Figura 30). Vale destacar que o Município de Pacujá é um dos municípios brasileiros com maior taxa de emprego público por habitante, percentual que beira os 10% (IPECE, 2015), mostrando certo nível dependência econômica da população em relação aos empregos públicos. Outro fato notável que também apareceu nos questionários são os empregos sem carteira assinada, característica do mercado de trabalho baseado em empregos informais.



Representação em número de entrevistados							
Trabalhador com vínculo empregatício	Trabalhador sem vínculo empregatício	Funcionário Público	Procurando trabalho	Estudante	Dona de Casa	Aposentado/ Pensionista	Outro
23	73	45	25	177	21	15	21

Figura 30 - Gráfico com a representação do vínculo empregatício/ocupação dos entrevistados.

Em relação ao local onde os entrevistados fixam residência, os níveis variaram cerca de 10% em relação ao censo de 2010, justificado pelo maior número de aplicações na zona urbana do município.



Representação em número de entrevistados	
Zona Rural	Zona Urbana
104	296

Figura 31 - Gráfico com a representação da distribuição de entrevistados pelo local onde fixam residência.

No questionário foi perguntado o tempo que o entrevistado reside no Município, esse dado dá mais segurança de que o entrevistado conhece a região e tem mais possibilidades de conhecer a Serrinha. Foi observado que mais de 90% dos entrevistados sempre moraram ou moram há mais de 10 anos no município (Figura 32)..

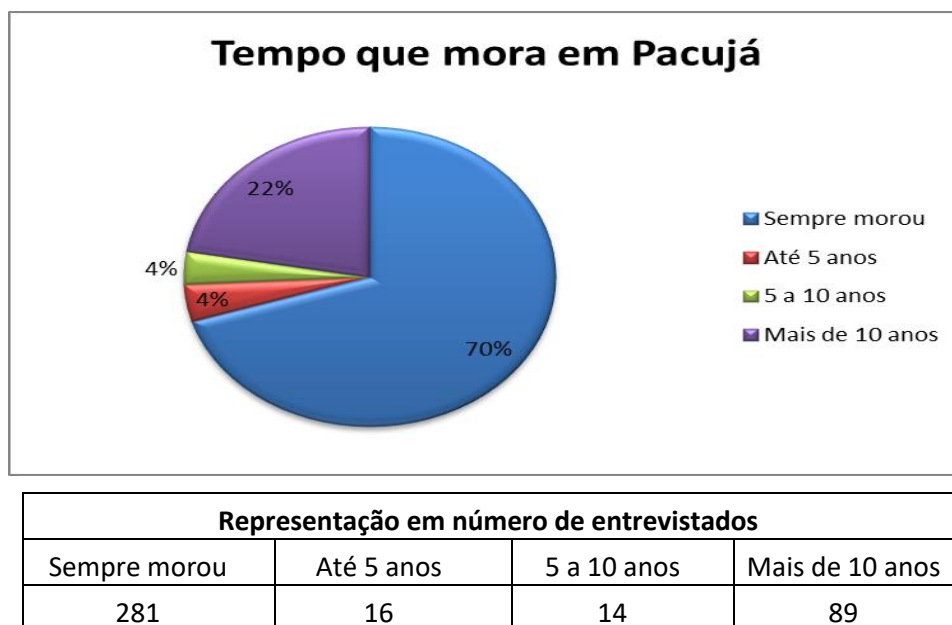
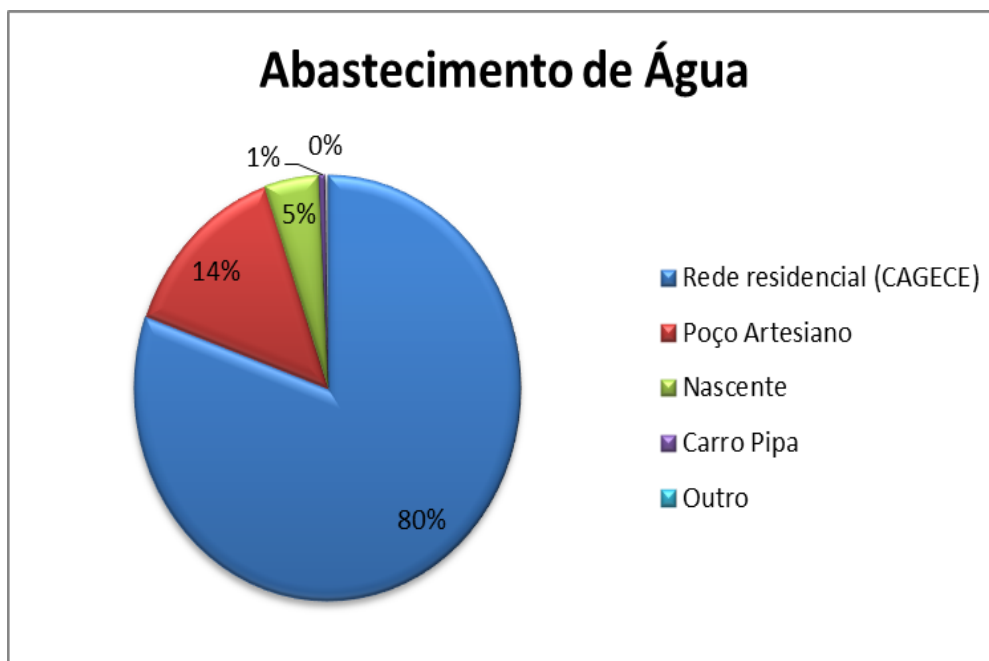


Figura 32 - Gráfico com a representação do tempo em que os entrevistados moram no Município de Pacujá.

Uma das carências da região é o acesso a água. Os dados obtidos foram de 80% dos entrevistados possui abastecimento de rede pública (Figura 33), índices muito próximos aos da população total do censo de 2010, onde rede residencial cobre 77% dos domicílios e os poços artesianos 10%, outros 13 %.



Representação em número de entrevistados				
Rede residencial	Poço Artesiano	Nascente	Carro Pipa	Outro
322	57	18	2	1

Figura 33 - Gráfico com a representação do tempo em que os entrevistados moram no Município de Pacujá.

Em relação aos locais de acesso à informação por parte dos entrevistados observamos a característica de cidade do interior, onde a oralidade ainda tem muita importância e faz parte do cotidiano popular, outro dado que ressaltamos é o uso da internet que aparece como segundo maior local de acesso à informação, influenciado pela faixa etária jovem que foi alcançada e também pela facilidade do acesso à internet pelos *smartphones*.

Locais de Acesso à informação

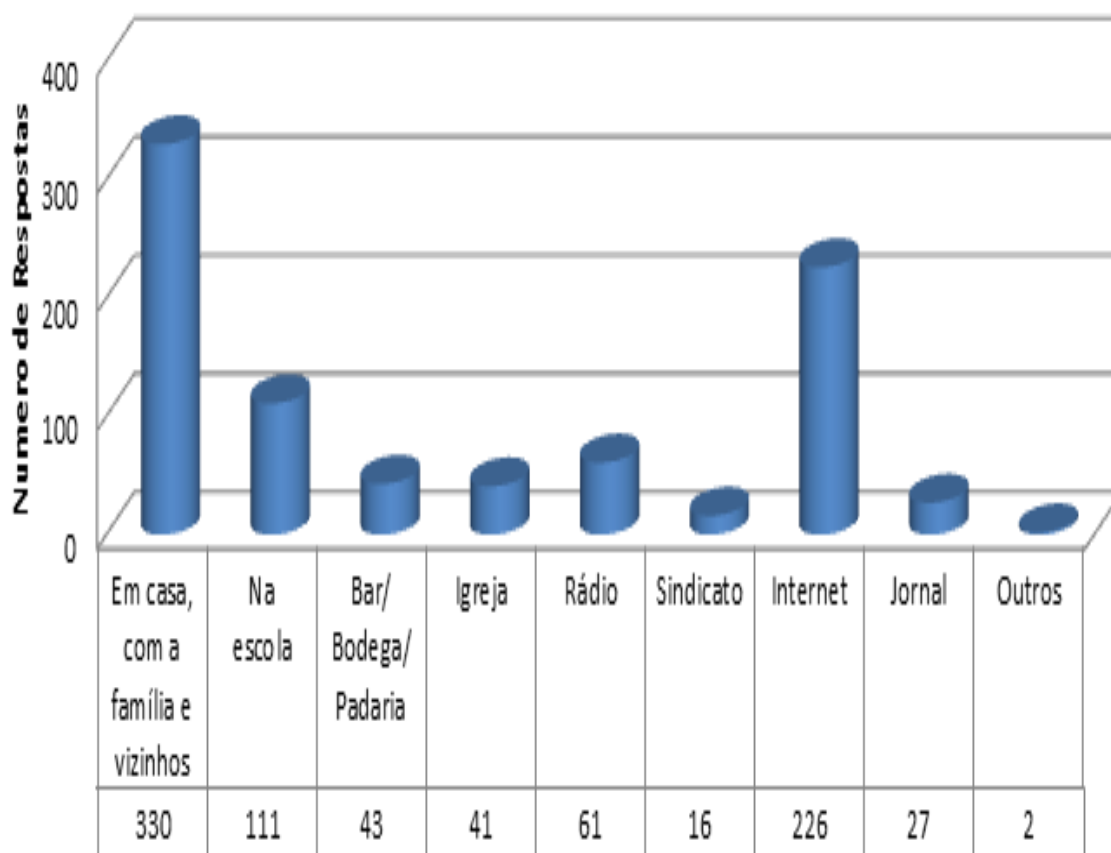


Figura 34 - Gráfico com a representação dos locais onde os entrevistados se informam.

Parte 2 – Museu e Patrimônio

A segunda parte do questionário é focada na obtenção de informações dos olhares para o patrimônio como conceito e materialidade, informações acerca da visitação de museus e dos tipos de museus visitados, além das possíveis relações que o entrevistado tem com a Serrinha.

Iniciamos com a questão referente ao hábito de visita em museus, obtendo um resultado equilibrado. Percebemos durante a aplicação que houve reflexo do não funcionamento do Museu de Pacujá principalmente na resposta dos estudantes que atualmente estão no ensino médio e não conheceram o Museu quando este estava em funcionamento. O museu mais próximo está a aproximadamente 50 km do Município.



Representação em número de entrevistados	
Sim	Não
236	164

Figura 35 - Gráfico com a representação de visitas dos entrevistados em Museus.

O número de Museus visitados também reflete a falta de Museus na região de Pacujá, mais da metade dos entrevistados afirmaram ter visitado apenas um Museu (Figura 36).



Representação em número de entrevistados			
1	2 a 5	6 a 10	Mais de 10
126	103	6	1

Figura 36 - Gráfico com a representação do número de museus visitados pelos entrevistados.

A tipologia de museu mais visitada assinalada foi a de Museu de Ciências (186 entrevistados) (Figura 37), dando indícios que o Museu mais visitado pelos entrevistados foi o Museu de Pacujá. Entretanto, este museu provocou muitas dúvidas no preenchimento dos questionários. Alguns entrevistados achavam que era um museu histórico, outros um “museu municipal”, mas o foco do Museu de Pacujá era a Arqueologia e ramos das Geociências.

O segundo museu mais visitado, conforme observação, e que gerou dúvidas no ato do preenchimento do questionário, foi o Museu Dom José, em Sobral, um museu histórico.

Outro dado relevante é a falta de costume de visitar museus virtuais mesmo com o alto número do uso da Internet como meio de acesso à informação (Figuras 34 e 37).

Tipos de Museus visitados

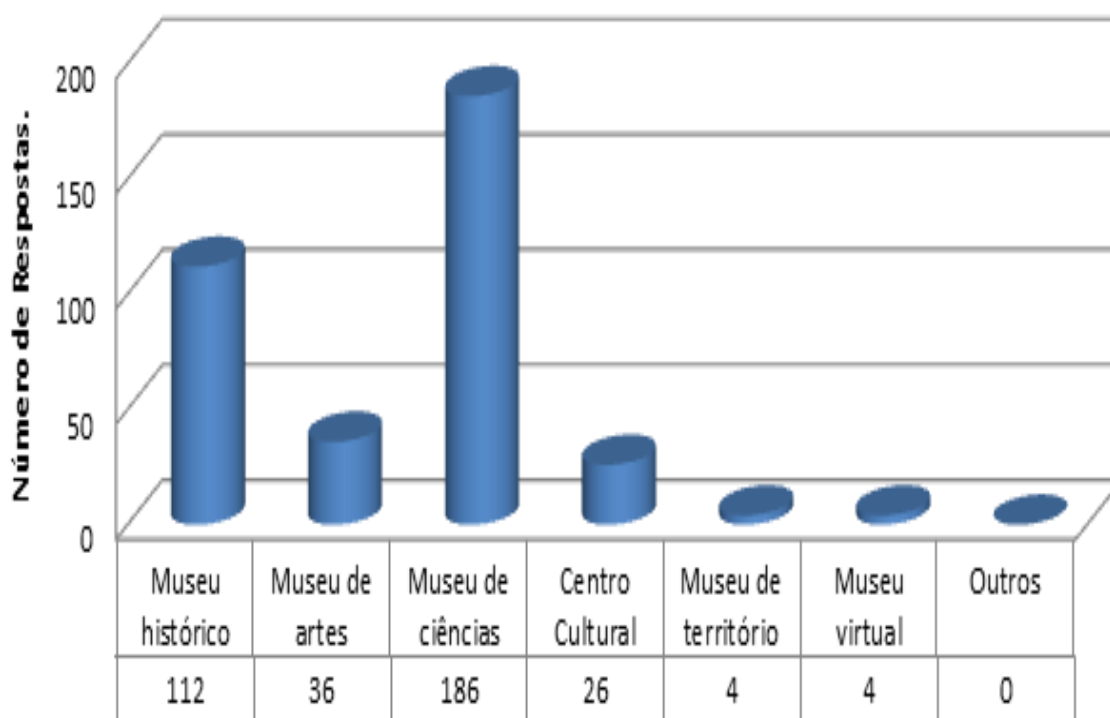


Figura 37 - Gráfico com a representação dos tipos de Museus visitados pelos entrevistados.

A questão seguinte veio confirmar que o museu mais visitado pelos entrevistados foi o Museu de Pacujá, ressaltando a importância do museu para o município (Figura 38).



Representação em número de entrevistados	
Sim	Não
186	50

Figura 38 - Gráfico com a representação do número de entrevistados que visitaram o Museu de Pacujá.

Muitos entrevistados comentaram que não tinham parâmetros para avaliar o Museu de Pacujá, pois foi o único que tinham visitado com afirmações de que "era o que a gente tinha, então era bom". O museu de Pacujá, que funcionava em uma casa onde não houve mudanças estruturais para sua organização, foi lembrado durante o preenchimento do questionário como uma instituição que faz falta para o município (Figura 39).



Representação em número de entrevistados			
Bom	Ruim	Regular	Ótimo
111	8	42	25

Figura 39 - Gráfico com a representação da impressão dos entrevistados sobre o Museu de Pacujá.

Para obter dados sobre a relação dos entrevistados com o Patrimônio como conceito tentamos aproximar os sentidos em uma linguagem mais acessível diante da diversidade de perfis dos entrevistados.

Observamos que o sentido de patrimônio como “algo importante para todos” foi o mais assinalado, estando presente em 47% do total de questionários, demonstrando associação do patrimônio com o sentido coletivo (Figura 40). Outras nuances observadas em 43% do total de questionários foram atribuição de patrimônio como “algo com valor para ciência e história”, demonstrando uma associação clássica (no sentido do erudito, do que se aprende). O mesmo percentual de 43% do total de questionários atribuiu patrimônio a “herança/ dinheiro/ terreno”, revelando a atribuição de patrimônio ao sentido material e de transmissão de bens materiais com valor monetário (Figura 40).

A associação de patrimônio como “algo da natureza” só esteve presente em 12,5% dos questionários, dando indícios do valor e importância dados pelos entrevistados em relação ao potencial de patrimônios naturais encontrado na Serrinha e em outros locais do Município de Pacujá.

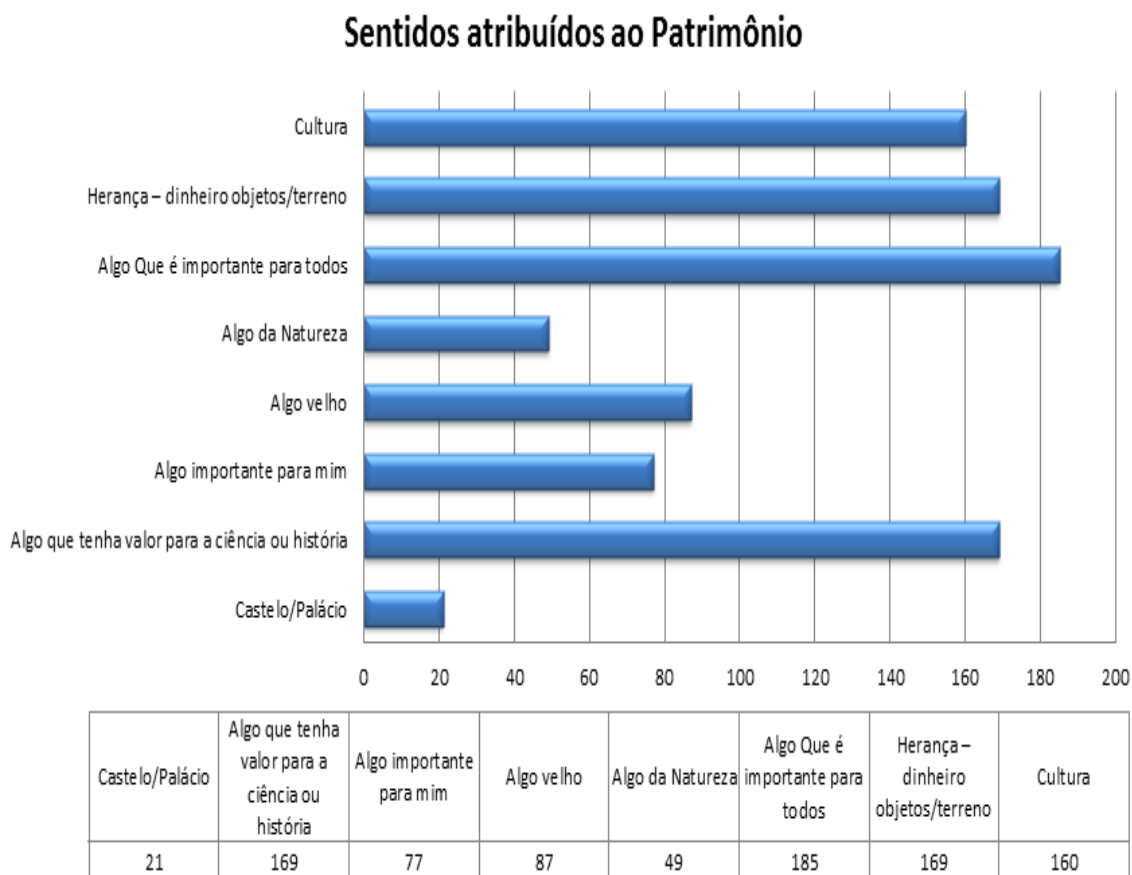


Figura 40 - Gráfico com a representação dos sentidos atribuídos a patrimônio pelos entrevistados.

Outra forma de compreender a percepção de patrimônio pelos entrevistados foi utilizando palavras que eles assinalaram como patrimônio. Observamos que a visão do patrimônio como algo material ficou bem definida, com destaque para a palavra “casa”, presente em 64,75% das respostas e “um prédio antigo” em 58%. “pintura de arte” foi a terceira mais associada, estando em 52% das respostas, fazendo alusão ao sentido do senso comum em atribuir as produções das belas artes como patrimônio (Figura 41).

Em relação a palavras que podem ser atribuídas ao patrimônio imaterial observamos que 36% associaram o patrimônio com “algo sagrado”, mas ligamos este fato a importância da religião na realidade dos pesquisados, onde a religiosidade ainda está arraigada nos hábitos diários. O baixo número de reconhecimento da comida tradicional “baião-de-dois” e da “lenda do menino vaqueiro”, que são elementos extremamente cotidianos e representativos da cultura local nos leva a observar a dificuldade da população em perceber estes elementos como representantes do patrimônio imaterial.

Outro ponto de destaque é a maior associação que a palavra “rocha” teve com patrimônio em relação as palavra “plantas” e “animais”, fugindo do senso comum.



Figura 41- Gráfico com a representação das palavras associadas como patrimônio.

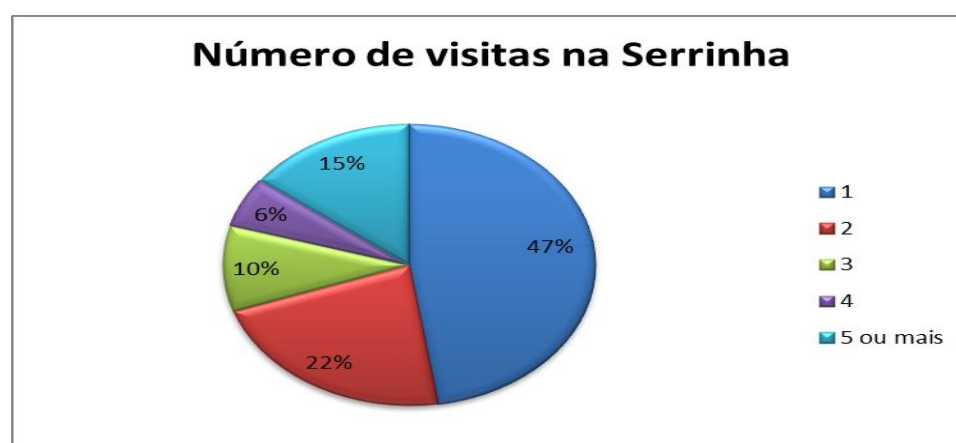
Direcionando para o assunto mais afim com a pesquisa, havia questões sobre a relação dos entrevistados com a Serrinha. No primeiro tópico temos a porcentagem de entrevistados que já visitaram a pesquisa, o número obtido chegou próximo do estipulado na fórmula do cálculo para populações finitas referente à aplicação do questionário, 22%, no resultado obtivemos 30% (Figura 42)



Representação em número de entrevistados	
Sim	Não
122	278

Figura 42 - Gráfico com a representação da quantidade de entrevistados que já visitaram a Serrinha.

Observamos que o perfil do visitante da Serrinha é em sua maioria de pessoas que foram apenas uma vez, representados por quase metade das que já estiveram na Serrinha. Ficamos surpresos com o número de pessoas que já foram mais de 5 vezes representando 15% do total (Figura 43).



Representação em número de entrevistados				
1	2	3	4	5 ou mais
58	27	12	7	18

Figura 4 - Gráfico com a representação do número de visitas na Serrinha realizadas pelos entrevistados.

Para os entrevistados que já estiveram na Serrinha foram questionados os elementos que eles destacam como mais importantes na Serrinha. O elemento mais citado foi “cavernas”, demonstrando que a atividade mais praticada pelas pessoas que vão à Serrinha é a visita às cavernas. O segundo mais citado foi a nascente, destacando a importância da água em um local quase desabitado, quente e seco. O terceiro mais citado foi a casa do Senhor Raimundo, sendo mais destacada que fósseis. Observamos a importância que a casa do Senhor Raimundo tem para os visitantes. Esse lugar, além de ser um ponto de apoio, para muitos entrevistados é a hospitalidade dele e da esposa que fica na lembrança. O quarto item mais citado foram os fósseis. Entretanto, alguns entrevistados revelaram não saber que há fósseis na Serrinha (Figura 44).

A casa de farinha, a paisagem e as plantas foram assinaladas no mesmo nível. A casa de farinha mesmo desativada ainda está viva na memória dos visitantes. As plantas também chamam atenção dos visitantes, como já explanado, muitas só são encontradas na Serrinha. Os animais são de difícil visualização, os mais comuns são os pássaros, morcegos e lagartos.

Citado na categoria outros tivemos a cachoeira, o baixo índice pode ser ligado ao fato da cachoeira passar a maior parte do ano seca.

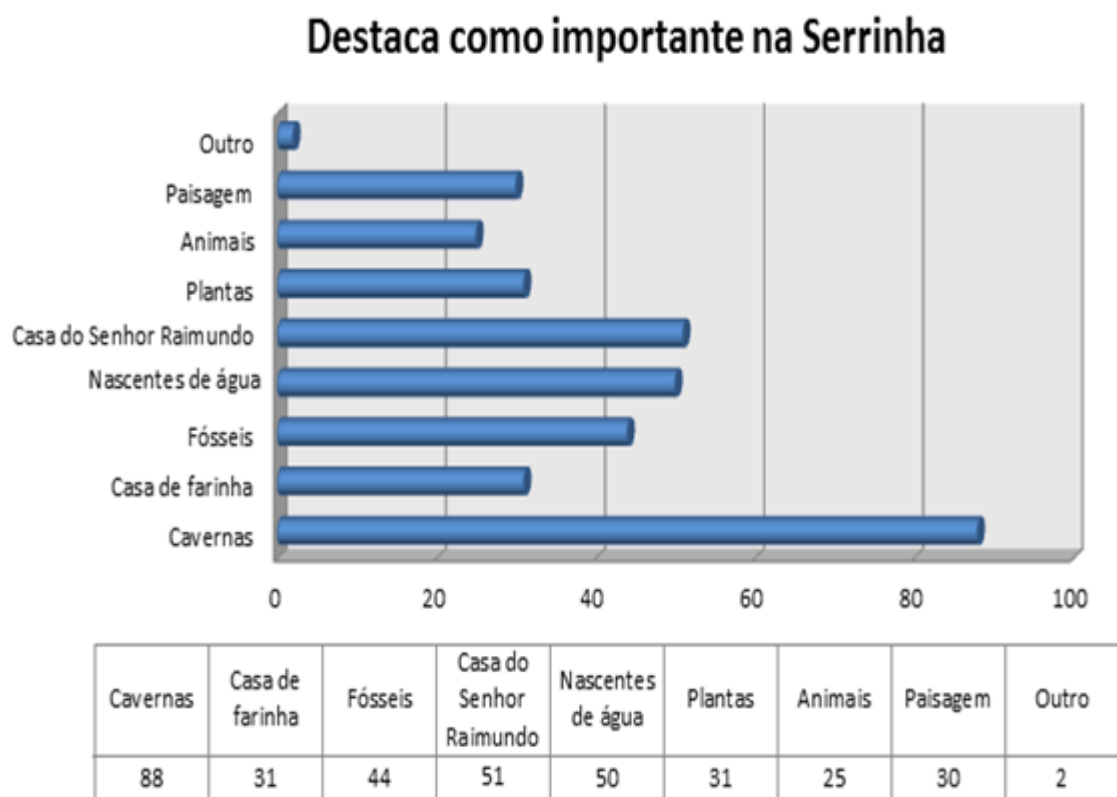
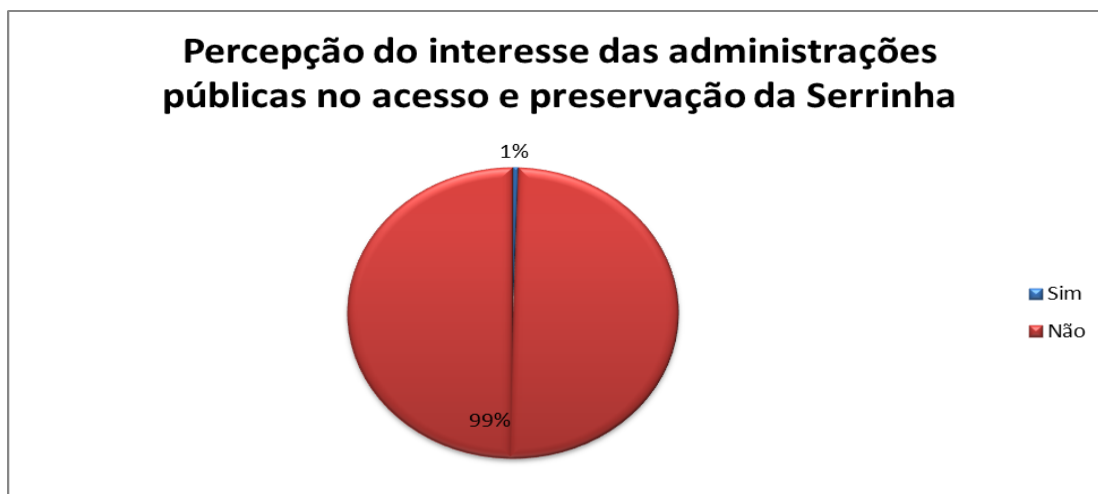


Figura 44 - Gráfico com a representação dos elementos mais importantes para os entrevistados que já visitaram da Serrinha.

Os entrevistados responderam se percebiam interesse e políticas públicas em todos os níveis administrativos em relação ao acesso e preservação da Serrinha. Apenas dois entrevistados responderam que a prefeitura municipal tem interesse, demonstrando que a imensa maioria não acha que há interesse público nesse aspecto.(Figura 45)



Representação em número de entrevistados	
Sim	Não
2	398

Figura 45 - Gráfico com a representação da percepção dos entrevistados em relação a políticas públicas de acesso e preservação na Serrinha.

Observando os valores patrimoniais que os entrevistados atribuem à Serrinha, mesmo os que nunca foram lá identificam na Serrinha algo de valor. A maioria a vê como um espaço de lazer (compare Figuras 42 e 46). Dentro desta concepção está a prática de acampamento e a caminhada pela trilha. O reconhecimento do valor paleontológico foi o segundo mais percebido e o valor arqueológico, o quarto. Podemos associar isso à influência da divulgação em jornal sobre os fósseis da Serrinha, além da visibilidade dada para a Arqueologia e Paleontologia no Museu de Pacujá.

O valor histórico atribuído não vem do caráter científico da história como ciência, está próximo do sentido de senso comum, onde há a associação de qualquer elemento “antigo” a algo histórico.

Um pequeno número de entrevistados visualiza valor econômico na Serrinha e ainda há outro pequeno grupo que não percebe nenhum valor.

Valores atribuídos à Serrinha

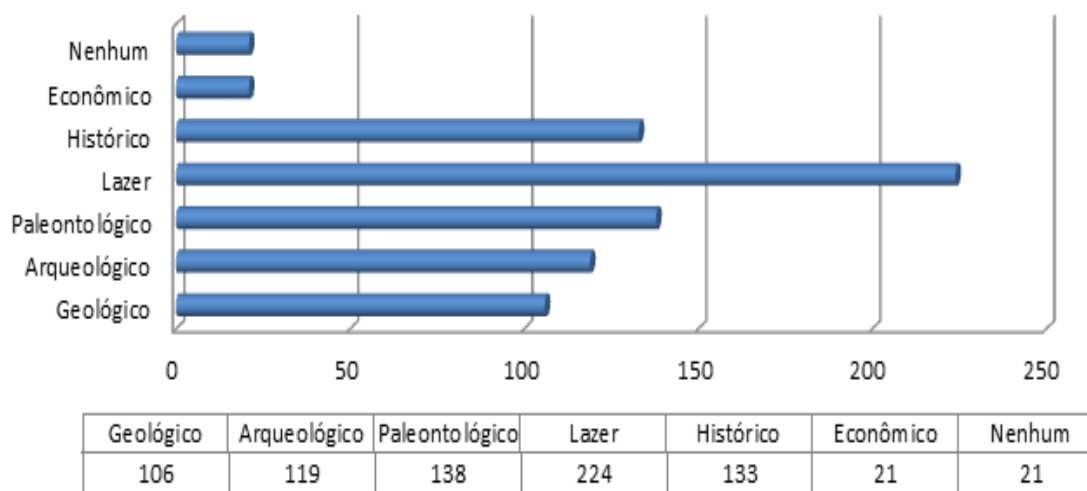


Figura 46 - Gráfico com a representação dos valores atribuídos à Serrinha pelos entrevistados.

Os entrevistados mostraram que caminhadas e trilhas na Serrinha seriam um bom meio de divulgação. É importante ressaltar que o número de registros reflete o interesse da maioria dos entrevistados de conhecer a Serrinha (Figuras 42 e 47).

A maior parte dos entrevistando também assinalou palestras como um instrumento de divulgação, refletindo a necessidade que a população tem em se aproximar da produção sobre a área, já ficou observado que há pouco ou nenhum retorno à população das pesquisas já realizadas.

O acesso a Serrinha que até atualmente é feito por estrada de terra foi também visto como um fator importante para a divulgação da área. Cartazes e programas de rádio completam as opções assinaladas.

Deixamos um espaço na opção outro para o entrevistado sugerir além das opções disponíveis, e o que eles escreveram foi divulgação na internet e criação de um parque na serrinha.

O que pode melhorar a divulgação da Serrinha?

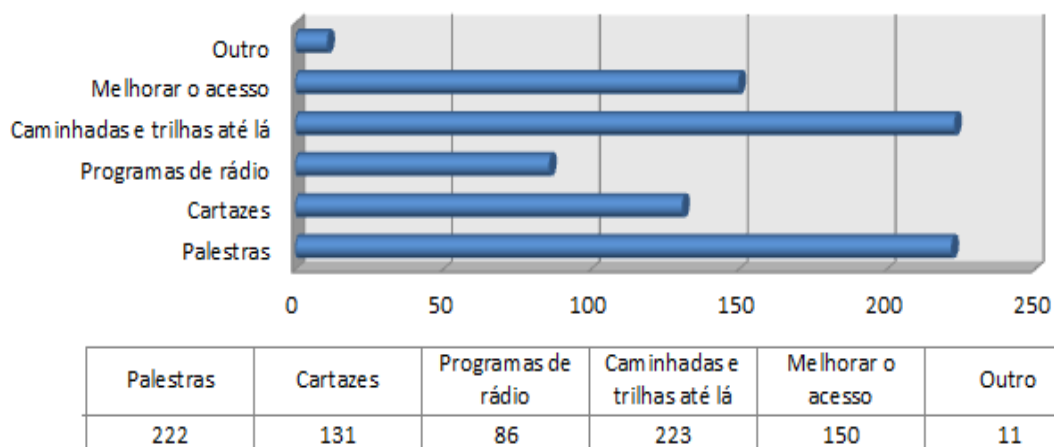


Figura 52 - Gráfico com a representação da opinião dos entrevistados acerca de opções para divulgação da Serrinha.

2.5.5 - Os “não ditos” do questionário.

A aplicação de questionário não revela apenas aqueles dados expostos nas opções assinaladas pelos entrevistados, mas também outra série de informações que surgem das percepções e inquietações expressas pelos entrevistados antes, durante e depois da aplicação.

O questionário por si só, gera tensões e curiosidade acerca dos motivos da pesquisa. Uma série de dúvidas é lançada em relação ao entrevistador e a pesquisa, isso se acentua mais se considerarmos que em municípios com número pequeno de população, está no senso comum que “todo mundo se conhece”. Foram comuns perguntas como: Por quê você me escolheu? Pra que vai servir essa pesquisa? Vai fazer com quantas pessoas? Você trabalha no IBGE? Neste sentido buscamos responder todas as dúvidas dos entrevistados e deixar o mais esclarecido possível as finalidades do questionário, ressaltando a importância de cada entrevistado para a pesquisa.

Na aplicação com professores e funcionários públicos das secretarias municipais de educação e ação social houve ainda mais dúvidas e até desconfiança em relação à aplicação dos questionários, alguns professores e funcionários perguntaram se tinha alguma ligação com a prefeitura ou se poderiam ser afetados de algum modo pela participação na pesquisa. Do mesmo modo explicamos de maneira clara os objetivos para deixá-los confortáveis para o preenchimento do questionário.

De maneira geral percebemos boa vontade e interesse dos entrevistados em participar da pesquisa. Em relação ao preenchimento do questionário houve preocupação de ter certo e errado em algumas questões, então deixávamos explícito

para o entrevistado que o questionário não estava pautado na premissa de perguntas em busca de respostas corretas, mas da captação das opiniões e olhares sobre os elementos discutidos.

Foi comum entre os entrevistados o comentário sobre a necessidade de preservação da Serrinha e a falta de ações da prefeitura municipal neste sentido. Como constatado no resultado do questionário a maior parte dos entrevistados nunca esteve na Serrinha e muitos entrevistados relataram que não foram por falta de oportunidade, já que para ir necessita de um mínimo conhecimento da trilha.

Fugindo da exatidão estatística os “não ditos” revelam olhares que não devem ser ignorados, mas somados aos dados obtidos, no sentido de ampliar o horizonte de interpretações.

2.8.5 - Apropriação do Território:

Podemos pensar a apropriação do Território da Serrinha em três eixos:

- A apropriação que os moradores fazem (as três famílias que vivem lá);
- A apropriação que os pesquisadores fazem e

A apropriação que os visitantes e moradores da região de Pacujá fazem. Aqui podemos incluir a esfera política, normalmente, componentes dessa população. Na apropriação dos moradores da Serrinha, há uma relação cotidiana e constante, há dependência e uso dos recursos da natureza para a sobrevivência, as memórias estão fortemente ligadas com as vivências da agricultura e pecuária.

Os moradores que vivem na Serrinha possuem uma própria definição da dimensão espacial local, eles não entendem todo o complexo geomorfológico em unidade como Serrinha, fazem divisões baseadas na vivência, pela tradição oral, mantém uma relação de sustento, de dependência do que a terra produz para a manutenção da vida, valoram a Serrinha pela instância afetiva, pela memória construída em cada experiência de vida única.

Na apropriação pelos pesquisadores há a relação científica de observação e estudos, não há hábito de acampamento, a visita ocorre durante o período diurno. Há contato com os moradores locais, mais especificamente para auxiliar na trilha até às cavernas.

Diante do apresentado em relação à Serrinha e os olhares lançados pelos grupos pesquisados realizamos algumas reflexões sobre a distinção destes olhares e as formas múltiplas que estes apresentam.

Acerca dos pesquisadores, observamos que a visita à Serrinha já vem com objetivos estabelecidos, prevalecendo o olhar crítico e o método científico, onde a

Serrinha e seus elementos físicos e simbólicos são objetos de análise. Alguns pesquisadores mantêm uma relação próxima e até íntima com os moradores da Serrinha, outros só fazem a visita de campo sem conhecer a face social local. Os próprios pesquisadores reconhecem que o retorno que as pesquisas podem oferecer a população de Pacujá e aos moradores da Serrinha é falho.

As informações obtidas através da amostragem acerca dos moradores de Pacujá revelam uma pluralidade de olhares e relações. Muitos moradores de Pacujá mantêm a concepção do território da Serrinha igual ou próxima da usada pelos moradores da Serrinha, em especial os que têm o hábito de visita frequente, outros

visualizam como complexo geomorfológico. Alguns valoram como patrimônio de Pacujá e outros como uma apenas uma área de deleite.

Em geral as visitas dos moradores de Pacujá tem por objetivo o lazer. A grande maioria apresenta memórias ligadas à prática da caminhada na trilha e visita nas cavernas, outro grupo do hábito de acampar nas cavernas.

Na apropriação pelos visitantes e moradores da região de Pacujá, destacamos a utilização das cavernas para acampamento (Figura 48), a apropriação de uma caverna como oratório e a utilização da nascente para batismo (Figura 49).



FIGURA 48 – Acampamento na Caverna do Limão. (Acervo de Wagner Brito)



FIGURA 49 – Cerimônia de Batismo Católico na Nascente da Serrinha. (Acervo de Maria Souza)

O contato com os moradores locais vai do pedido de auxílio para chegar às cavernas até assíduos frequentadores da casa do Senhor Raimundo. Criando diferentes perfis de visitantes e diferentes apropriações.

A valoração ocorre de maneira plural, alguns reconhecem os valores científicos, representados principalmente pelos achados paleontológicos e arqueológicos, outros generalizam estas descobertas como fatos históricos e a maior parte dos entrevistados observa que há pouco ou nenhum retorno da produção científica para o município de Pacujá.

Não é possível pensar a Serrinha de forma homogênea, pois não existe um conceito único de Serrinha utilizado pelas pessoas que mantêm relações com esse complexo geomorfológico

Existem Serrinhas, formas diferentes de valorar, formas diferentes de se relacionar e de enxergar os elementos que compõe a paisagem, o território. Há a Serrinha do cotidiano, da relação íntima com a história de vida. Há a Serrinha da pesquisa, do descobrimento e análise. Há a Serrinha do lazer, das experiências de aventura. Há promessas à Serrinha. Há Serrinha para se descobrir

CAPÍTULO 3

Caminhos para a conservação da Serrinha.

3 - Caminhos para a conservação da Serrinha

Após a apresentação do estudo de caso, buscaremos refletir sobre os potenciais patrimoniais da Serrinha e as ações para sua conservação, nos atentando às demandas que foram demonstradas no capítulo 2, dentro das possibilidades teóricas e institucionais que podem ser aplicadas à realidade da área nos níveis municipal, estadual e federal. Partimos do pressuposto de que seja observada a importância das relações estabelecidas a nível local para que sejam alcançadas as demais estâncias.

3.1 – Serrinha: Patrimônio não institucionalizado.

O reconhecimento de algo como patrimônio está ligado às necessidades e discursos que apreendem elementos considerados portadores de uma memória coletiva. A patrimonialização pode ser interpretada como o “ato que incorpora à dimensão social o discurso da necessidade do estatuto da preservação” (LIMA, 2012, p.34). Isto é, a patrimonialização de um Bem supõe colocá-lo num processo de institucionalização, de proteção, envolvendo instrumentos legais e metodológicos e, também, expressões de poder, acarretados por valorações distintas aos bens culturais e/ou naturais dadas por diferentes grupos sociais (FERREIRA, 2014).

Para pensarmos esse “estatuto de preservação” no caso da serrinha é válido lembrar o sentido da palavra preservação dentro do campo da Museologia, que remete à ideia de coleção, tangendo os processos que vão desde a aquisição até os processos mais incisivos como a restauração. (DESVALLÈS & MAIRESSE, 2013). No caso da Serrinha não estamos lidando com uma coleção, ou objeto de museu, mas sim com um conjunto de bens com potencial de musealização, desse modo necessitando um alargamento no conceito de preservação. Por isso optamos por utilizar o termo conservação em vez de preservação desde o título da dissertação, pois nesse caso o termo conservação, que está contemplado no conjunto de processos da musealização, deve ser acompanhado pelo sentido de conservação usado pelas ciências naturais, extrapolando a visão de um objeto de museu, considerando que as riquezas bióticas e abióticas demonstradas fazem parte de um ambiente único, em que o ecossistema necessita de equilíbrio para funcionar. Pensamos que para haver um processo de musealização efetivo na área é necessário primordialmente pensar sua conservação.

Nos estudos de Ecologia vemos a preferência pelo termo conservação ao invés de preservação quando estamos tratando de áreas naturais. Historicamente essa discussão sofreu grande influência nos Estados Unidos, por volta do final do século XIX, onde surgiram as correntes de pensamento conhecidas como conservacionismo e preservacionismo (ECKHOLM, 1982). O preservacionismo vê a conservação da

natureza da forma como essa é em seu estado natural, vê no humano um de degradante para o meio ambiente. Esta corrente de pensamento tem em suas convicções, aponta para que a natureza seja mantida sem nenhuma interferência humana.

O Preservacionismo aborda a proteção da natureza independentemente de seu valor econômico e/ou utilitário, apontando o homem como o causador da quebra deste “equilíbrio”. De caráter explicitamente protetor, propõe a criação de santuários, intocáveis, sem sofrer interferências relativas aos avanços do progresso e sua conseqüente degradação. Em outras palavras, “tocar”, “explorar”, “consumir” e, muitas vezes até “pesquisar”, torna-se, então, uma atitude que fere tais princípios. De posição considerada mais radical, este movimento foi responsável pela criação de parques nacionais, como o Parque Nacional de Yellowstone, em 1872, nos Estados Unidos. (SILVA *apud* ARAGUAIA, 2011, p 15)

Por sua vez o movimento conservacionista lança sobre a natureza uma sugestão para uso racional e consciente de matéria-prima e bens naturais, com o auxílio e manejo criterioso pelos seres humanos.

Podendo ser identificado como o meio-termo entre o preservacionismo e o desenvolvimentismo, o pensamento conservacionista caracteriza a maioria dos movimentos ambientalistas, e é alicerce de políticas de desenvolvimento sustentável, que são aquelas que buscam um modelo de desenvolvimento que garanta a qualidade de vida hoje, mas que não destrua os recursos necessários às gerações futuras. Redução do uso de matérias-primas, uso de energias renováveis, redução do crescimento populacional, combate à fome, mudanças nos padrões de consumo, equidade social, respeito à biodiversidade e inclusão de políticas ambientais no processo de tomada de decisões econômicas são alguns de seus princípios. Inclusive, este propõe que se destinem áreas de preservação, por exemplo, em ecossistemas frágeis, com um grande número de espécies endêmicas e/ou em extinção, dentre outros. (SILVA *apud* ARAGUAIA, 2011, p 16)

Desse modo é claro ao longo do desenvolvimento dessa pesquisa que o termo conservação se adequa ao estudo de caso exposto, pois como já mostrado até o momento, existe uma complexidade de relações sociais junto aos interesses acerca da proteção do(s) ambiente(s) existente(s) na Serrinha.

Através dos múltiplos olhares lançados pelos atores sociais envolvidos na pesquisa, vistos no segundo capítulo, podemos atribuir à Serrinha valores patrimoniais potenciais, que demonstram a relevância da área para esses atores, porém, somente os valores identificados não garantem ações de conservação na área. Desse modo, vemos que a institucionalização da Serrinha ainda não faz parte da realidade sociopolítica de Pacujá.

Considerando os grupos sociais alcançados nessa pesquisa, observamos que o discurso de conservação está presente em todos eles. No caso dos moradores da Serrinha, é necessário ressaltar que esse discurso não foi concebido pelos mesmos. Eles, primeiramente, tiveram contato com pesquisadores, que lhes passaram informações e explicações sobre elementos de seu cotidiano (especialmente elementos da geodiversidade e biodiversidade), fazendo-os adquirir novos significados. Isso fica explícito nas falas dos moradores quanto à percepção das cavernas e dos fósseis como algo importante e merecedores de preservação. Entretanto, outro elemento do cotidiano muito próximo a eles, como por exemplo, a nascente de água, é vista como recurso para a sobrevivência e não como algo que necessite de preservação. Para esses moradores, há dificuldade de apropriar-se da Serrinha enquanto patrimônio, em caráter integral. Além disso, não está presente no discurso deles a percepção de que os mesmos fazem parte da Serrinha valorada como patrimônio.

O discurso de conservação também foi percebido na consulta aos moradores da cidade de Pacujá. Embora, não possamos atribuir esse discurso à totalidade da população da cidade, os dados obtidos nos questionários e o contato direto com os moradores mostram a existência de preocupação por ações efetivas para a conservação Serrinha.

Na bibliografia levantada e nas entrevistas realizadas com os pesquisadores é constante a atenção dada para a biodiversidade e geodiversidade, criando discursos de reconhecimento do potencial do(s) patrimônio(s) da Serrinha e apontando a necessidade de conservação desses elementos e da área.

Nas entrevistas com representantes da esfera política ficou evidente a ciência da prefeitura quanto à necessidade de ações de proteção da Serrinha, demonstrando ser a única base de relação entre essa esfera e a Serrinha.

Apesar da constância dos discursos de todos os atores envolvidos sobre a necessidade de medidas de proteção para Serrinha, até a escrita da dissertação, não havia nenhum movimento da esfera política nessa direção. Isso enfraquece o processo de patrimonialização da Serrinha, na medida em que falta algo que possa garantir as medidas de conservação, assim há necessidade das ações de proteção da Serrinha ganharem contornos mais nítidos, de serem estabelecidas para além das ideias e neste sentido enxergamos o horizonte da institucionalização.

Institucionalizar significa dar ou adquirir caráter de instituição; tornar (-se) institucional; oficializar (-se); arraigar (-se), estabelecer (-se). (FERREIRA, 1999, p.341) Desse modo pensamos que a Serrinha pode ganhar caráter oficial e tomar

forma institucional, podendo partir dos vários modelos de áreas protegidas e também dos modelos conceituais de museus já discutidos no capítulo I.

A justificativa para a institucionalização da Serrinha ultrapassa as opiniões locais. As evidências científicas apresentadas foram legitimadas por pesquisadores que atuam em outras áreas do Estado do Ceará e até mesmo do Brasil. Ressaltamos, todavia, que a população do município de Pacujá é primordial para que esses processos ocorram, pois a valoração, a teia de relações e apropriações provém em sua grande maioria desse grupo de pessoas.

A partir da análise das informações levantadas no Capítulo II acerca da Serrinha buscaremos sugerir quais propostas estão mais próximas da realidade da Serrinha e mais se adequam às necessidades encontradas

3.2 – A experiência do Museu de Pacujá foi uma forma de institucionalizar o Patrimônio da Serrinha?

Antes de adentrar nas possibilidades de institucionalização e conservação, partimos da experiência que o Museu de Pacujá teve em relação à Serrinha, observando quais contribuições existem para pensarmos a Serrinha como patrimônio.

O Museu de Pacujá não foi uma instituição que nasceu a partir de um planejamento prévio e específico, tanto na questão de espaço quando nas prerrogativas da Museologia, pois os envolvidos diretamente no processo, como declara Antônio Alancardé, não possuíam nenhuma formação na área de museologia, baseando-se apenas em exemplos e utilizando a criatividade para adequar as peças para aquilo que eles acreditavam ser o “novo museu” (SILVA, 2013, p.18)

Vislumbrando o Museu como uma instituição e a Musealização como um processo de institucionalização, podemos pensar na aplicação desta diante da realidade de Pacujá. Marília Cury (1999, p. 50) parte do pressuposto de que “musealização é valorização de objetos”, e que esta se dá em diferentes momentos de um processo que tem início com a seleção de um objeto para integrar uma coleção, etapa em que ocorreria uma “ação consciente de preservação”. No caso de Pacujá os contornos dessa ação consciente não são nítidos, como já demonstrado no capítulo anterior os critérios e os processos que construíram o acervo do Museu de Pacujá não tiveram planejamento ou se adequaram as condições da Musealização.

O Museu de Pacujá foi portador dos objetos representativos de elementos da geodiversidade e da arqueologia da Serrinha e pensando no processo de musealização mais a fundo. Observamos que a aquisição foi feita sem o rigor documental necessário, muitas peças, principalmente as de arqueologia, chegaram sem nenhuma informação de procedência, afetando diretamente a documentação que

ficou carente de informações básicas. A pesquisa só estava vinculada aos icnofósseis, deixando todo o resto do acervo carente desse processo. A conservação das peças estava prejudicada pela falta de profissionais capacitados para atuar com as tipologias de materiais encontradas no acervo, além disso, a casa onde o museu funcionava não possuía estrutura para armazenagem, reserva técnica ou outros ambientes para a realização de procedimentos necessários à conservação. A comunicação no sentido expositivo existiu adaptada às condições do pouco recurso financeiro disponível, já no sentido ligado à pesquisa sobre as coleções não houve confecção de catálogos, estudo de coleção ou outras publicações em que o Museu de Pacujá olhasse para si. Desse modo sem uma musealização efetiva somada aos demais problemas apresentados no segundo capítulo, fica evidente a fragilidade da experiência que foi o Museu de Pacujá como instituição.

Embora tenha sido uma iniciativa particular de montar uma coleção com peças arqueológicas e paleontológicas da Serrinha e de outros locais do município, o Museu de Pacujá foi o responsável por iniciar a divulgação da Serrinha em nível municipal, e foi além, atraindo visitantes e pesquisadores de muitos outros locais do país. Mesmo que o processo de musealização não tenha ocorrido em totalidade, foi um passo inicial que permitiu a população do Município de Pacujá o contato com um patrimônio selecionado.

O Museu de Pacujá ao tornar-se porta-voz do discurso da preservação da memória da Serrinha, expressa através dos achados arqueológicos e paleontológicos elucidou o que foi elencado como patrimônio, dando novos contornos, agregando valores e olhares para objetos que passaram a ser reconhecidos como constituintes do patrimônio local. Consideramos então o Museu de Pacujá como um esboço de um processo de institucionalização do Patrimônio Serrinha e ressaltamos a importância que ele teve para a história e memória do município de Pacujá.

3.3 - A Dimensão Patrimonial da Serrinha

Para se falar na institucionalização e proteção de algo é essencial que pensemos nos motivos que nos levam valorar tal coisa. A razão óbvia que fundamenta a conservação de qualquer lugar é naturalmente, seu valor patrimonial.

No caso da Serrinha, a consulta aos grupos que estão em tensão com a área revelaram múltiplas formas de valoração, permitindo a visualização dos potenciais que dão caráter patrimonial à Serrinha. Conforme as informações já destacadas no segundo capítulo, podemos destacar os seguintes valores e potenciais:

3.3.1 - O potencial científico

Os elementos da biodiversidade, da geodiversidade e da cultura local apresentam ainda muitas lacunas para serem preenchidas, porém os estudos nas áreas de paleontologia e botânica já apontam a importância geológica e biológica da área.

Os icnofósseis da Serrinha tornaram-se conhecidos como os mais antigos registros fósseis do Ceará, os afloramentos estão espalhados por mais de dois quilômetros, apresentando pelo menos quatro icnogêneros diferentes (VIANA *et al.* 2010).

Na área de Botânica já foram identificadas doze espécies da família *Rubiaceae* (BRANDÃO *et al.* 2010) e seis espécies da família *Commelinaceae*, (SANTOS *et al.* 2015). Os estudos apontam que podem ocorrer outras espécies.

O potencial científico da Serrinha não está apenas nas constatações que as pesquisas já chegaram, mas sim na abertura e oportunidade que elas abrem para novas pesquisas.

3.3.2 - O potencial turístico

As características de apropriação do território da Serrinha dão um indicativo para a possibilidade de desenvolvimento de atividades turísticas, como observamos no capítulo II é comum à prática de acampamento e caminhada pela trilha da Serrinha por moradores de Pacujá e municípios vizinhos.

Além dessas atividades já existentes, há possibilidades de integrar os potenciais da biodiversidade, da geodiversidade e dos elementos culturais, criando oportunidades para o turismo:

1 – **Científico**: a partir dos estudos já realizados com atenção aos fósseis.

2 – **Ecológico**: relacionado ao bioma Caatinga com sua biodiversidade encontrada, principalmente no que diz respeito à observação de aves, répteis e mamíferos somados a expressividade da flora.

3 – **Geoturismo**: levando em consideração as várias formas de expressão da geodiversidade, como os monumentos rochosos, a cachoeira, a nascente de água, fósseis, exploração de todo o complexo de cavernas disponíveis.

4 - **Histórico-cultural**: contando a história da ocupação e o modo de vida da comunidade local.

3.3.3 - Potencial educativo

A Serrinha pode representar para o Município de Pacujá uma oportunidade de explorar a área como ferramenta para o desenvolvimento de atividades de educação patrimonial e ambiental, sobretudo, a partir da instalação de ações preservacionistas

que visem à conservação da Serrinha. Nas escolas visitadas durante a pesquisa contatamos que não há temáticas ou ações educativas associadas à área.

Todos os níveis educacionais podem ser alcançados a partir de estruturas que deem suporte às atividades possíveis de ser desenvolvidas, como caminhadas, observação da biodiversidade e suas ramificações, aulas de campo a partir da geodiversidade local, enfim oportunidades para diversas áreas do conhecimento.

Diante das informações expostas e do percurso dessa pesquisa fica evidente que há valoração e reconhecimento dos potenciais patrimoniais da Serrinha e que as medidas que visem a institucionalização/proteção/conservação estão em consonância com o pensamento coletivo de quase a totalidade da população, dos gestores e dos pesquisadores ouvidos nessa pesquisa.

3.4 – As “pedras no caminho”: Empecilhos para o acesso e conservação da Serrinha

As visitas realizadas na Serrinha junto aos resultados obtidos nos questionários aplicados nos permitem pensar sobre dois principais problemas encontrados em relação ao acesso e preservação da Serrinha, que são: o acesso à trilha da Serrinha e a questão das propriedades privadas existentes no território.

Como relatado no Capítulo II, para chegar à Serrinha partindo da área urbana do Município de Pacujá percorrem-se nove quilômetros em estrada de terra, no caminho todo o terreno é muito irregular, não há estrutura para a passagem de veículos de grande porte como ônibus, não é comum nem mesmo o uso de carro para chegar até a Serrinha. O meio de transporte mais utilizado devido à dificuldade de acesso é a motocicleta.

Com a chegada do período chuvoso na região a situação piora, não há estrutura de drenagem no caminho, que é composto basicamente por areia e em alguns trechos calçamento com rochas, criando obstáculos que variam de bolsões de lama até a falta de aderência entre o pneu e as rochas que ficam escorregadias com a água, podendo causar graves acidentes.

Desse modo observamos a necessidade da melhoria do acesso à Serrinha, muitos entrevistados disseram nunca ter ido à Serrinha pela dificuldade de acesso, então não faz sentido o reconhecimento de um patrimônio e sua preservação se não há acesso garantido e seguro até ele. Vale ressaltar que o acesso facilitado, sem ações de fiscalização da área pode causar muitos problemas.

O outro ponto polêmico e que pode gerar problemas para os modos de conservação é a incerteza da posse da terra na Serrinha. Vimos que dos moradores da Serrinha o único que possui documentação comprobatória da posse de terra é o

Senhor Raimundo Abreu, mas ele mesmo relata que existem outras propriedades particulares na Serrinha, de pessoas que não moram lá: “Tem vários terrenos aqui que tem dono sim, os nomes dos donos eu não sei, mas as cercas não estão aí atoa, não é? eu também não sei se eles têm os documentos” (com. verb. ABREU, 2015). Desta forma a possível demarcação do território que poderá ser institucionalizada corre o risco de encontrar questões referentes à posse das terras na Serrinha.

Procuramos a prefeitura, através das Secretarias de desenvolvimento rural e meio ambiente que afirmaram não ter este tipo de controle. O outro órgão consultado foi o Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária – INCRA sede Ceará, onde obtivemos a resposta de que não havia dados de posse de terra cadastrado no órgão além do Senhor Raimundo Abreu, mesmo com essas informações não descartamos a possibilidade de haver registro em outros locais de possíveis proprietários de terra na Serrinha.

3.5 – A Conservação da Serrinha:

As demandas que surgiram durante a pesquisa, referentes aos olhares que se mostraram sensíveis à conservação da Serrinha somadas aos resultados obtidos nos permitem pensar em estratégias que possam colaborar para ações que se direcionem à conservação da área da Serrinha e de seus componentes aqui apresentados.

3.5.1 A criação de uma Área de Proteção Ambiental na Serrinha

Além dos elementos da biodiversidade, geodiversidade e da cultura mostrados, é necessário lembrar-se do bioma em que o território da Serrinha está inserido quando pensamos nas estratégias para a preservação.

A Caatinga é o único bioma que pode ser considerado totalmente brasileiro, ocupando predominantemente a Região Nordeste, com algumas áreas no Estado de Minas Gerais. A vegetação da Caatinga não apresenta a exuberância verde das florestas tropicais úmidas e o aspecto seco das fisionomias dominadas por cactos e arbustos sugere uma baixa diversificação da fauna e flora. Para desvendar sua riqueza, é necessário um olhar mais atento, mais aberto. Assim ela revela sua grande biodiversidade, sua relevância biológica e sua beleza peculiar. (LEAL et al, 2003, p.9).

Contrastando com a relevância biológica da Caatinga, o bioma pode ser considerado um dos mais ameaçados do Brasil, pois grande parte de sua superfície já foi bastante modificada pela utilização e ocupação humana e ainda muitos estados são carentes de medidas mais efetivas de conservação da diversidade, como a criação de unidades de conservação de proteção integral. (LEAL et al, p.10).

A Serrinha pode ser visualizada como um típico exemplo da situação em que a Caatinga se encontra, com enormes potenciais para estudos científicos, mas sem ações efetivas que deem conta das demandas de estudo e preservação.

O estudo e a conservação da diversidade biológica da Caatinga é um dos maiores desafios da ciência brasileira. Há vários motivos para isto. Primeiro, a Caatinga é a única grande região natural brasileira cujos limites estão inteiramente restritos ao território nacional. Segundo, a Caatinga é proporcionalmente a menos estudada entre as regiões naturais brasileiras, com grande parte do esforço científico estando concentrado em alguns poucos pontos em torno das principais cidades da região. Terceiro, a Caatinga é a região natural brasileira menos protegida, pois as unidades de conservação cobrem menos de 2% do seu território. Quarto, a Caatinga continua passando por um extenso processo de alteração e deterioração ambiental provocado pelo uso insustentável dos seus recursos naturais, o que está levando à rápida perda de espécies únicas, à eliminação de processos ecológicos chave e à formação de extensos núcleos de desertificação em vários setores da região. (Leal et al p. 13)

Uma pesquisa realizada pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA identificou e descreveu as áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga pautada em níveis de importância biológica, e como podemos observar na Figura 50 , a área da Serrinha área 5, chamada Planalto da Ibiapaba do Norte/Jaburuna.

Na área 5 estão localizados os municípios de Tianguá, Frecheirinha, Ubajara, Mucambo, Ibiapina, São Benedito, Graça, Carnaubal, Guaraciaba do Norte, Croata, Reriutaba, Ipu, Ipueiras, Ararendá, Coreaú, Pires Ferreira, **Pacujá**, zona de litígio CE-PI, Pedro II, Piracuruca, Cariré.

O estudo detectou que a área Planalto da Ibiapaba do Norte/Jaburuna possui importância biológica extrema, justificada pela expressividade encontrada na flora, aves, mamíferos, reptéis e anfíbios, sendo assim prioritária para a conservação da Caatinga e recomendada que proteção integral para a área.

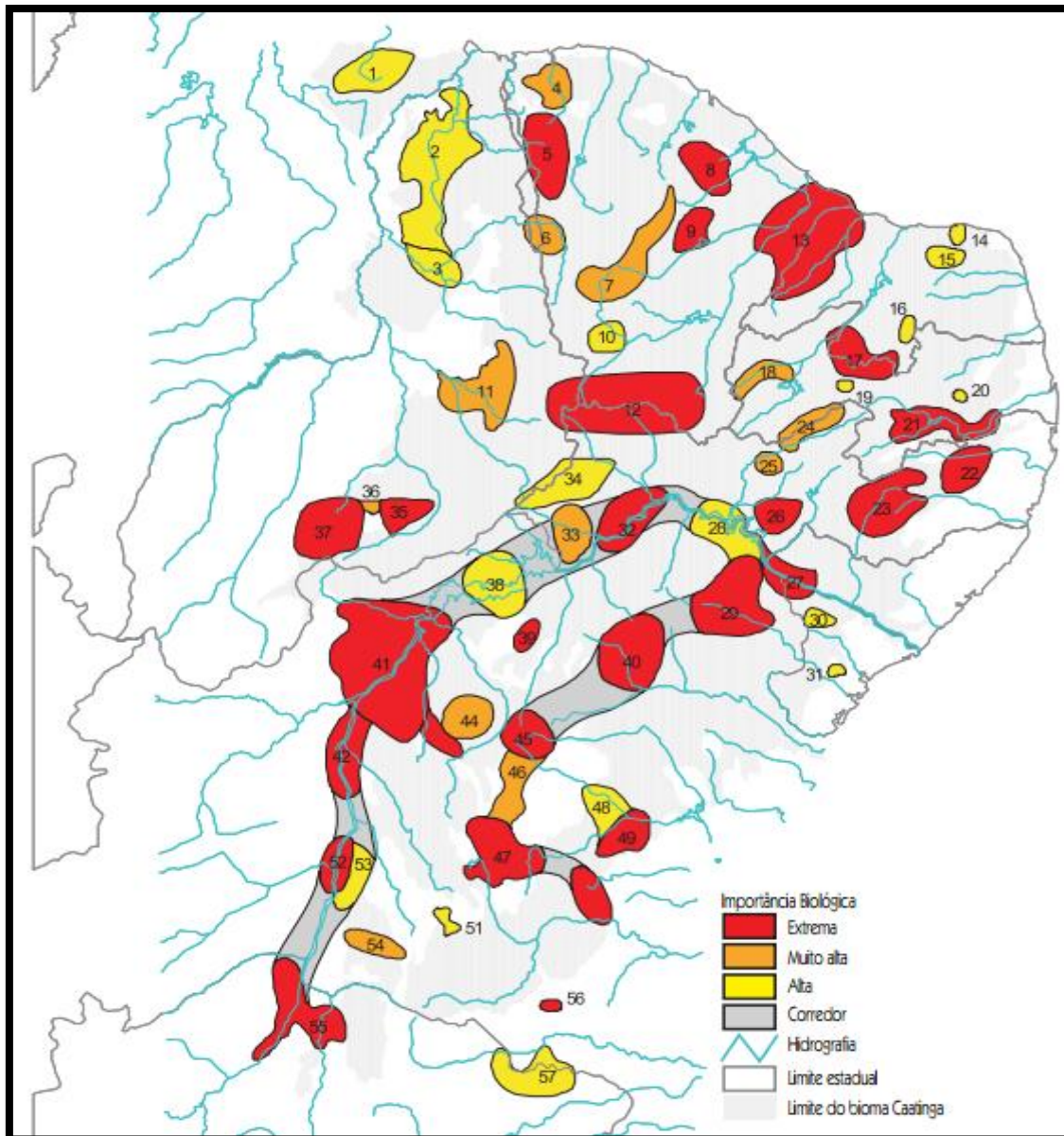


Figura 50 - Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga.

(SILVA et al, 2004, p. 351)

Retomando as informações sobre as Unidades de Conservação no Brasil, já explanadas no Capítulo I, vemos que o SNUC divide as Unidades de Conservação em dois grupos.

As Unidades de Conservação de Proteção Integral não permitem moradia humana, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais - em atividades como pesquisa científica e turismo ecológico, por exemplo. As Unidades de Conservação de Uso Sustentável admitem a presença de moradores. Elas têm como objetivo compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável dos recursos naturais.

Dentro dos tipos de unidades do grupo sustentável o que mais se aproxima da realidade da Serrinha é a Área de Proteção Ambiental (APA), na definição temos:

A Área de Proteção Ambiental é uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, 2000)

A Serrinha possui grau de ocupação humana, é dotada de atributos abióticos (elementos da geodiversidade apresentados), bióticos (elementos da biodiversidade apresentados e outros a serem descobertos), estéticos (paisagem diferenciada de toda a região), culturais (elementos materiais e simbólicos das relações sociais) e de acordo com as entrevistas e questionários representam valores e apropriações importantes para os moradores da Serrinha e de Pacujá.

A criação de uma APA na Serrinha poderá também assegurar contra possíveis avanços da área urbana de um distrito do Município de Reriutaba, chamado Campo lindo, que fica bem próximo à área da Serrinha (figura 51), barrando construções e explorações inadequadas para uma área a importância biológica já demonstrada.



Figura 51 – Área da Serrinha em relação à Pacujá e Campo Lindo. (Google Earth, adaptado)

Desse modo percebemos que a criação da Área de Proteção Ambiental na Serrinha além de ser um modo efetivo de preservar e institucionalizar a área e seus componentes pode ter papel significativo na conservação da Caatinga.

3.6 - Caminhos para um patrimônio Integral: A musealização aplicada à Serrinha

As informações levantadas sobre a Serrinha no que diz respeito às configurações e potencialidades naturais e culturais junto aos aspectos de valoração e percepções das esferas sociais envolvidas, nos direcionam a uma forma de pensamento holística. Com uma visão que considera o todo, pensar a Serrinha como patrimônio é pensar um Museu de território suas potencialidades.

Esclarecemos no texto que tratamos a Serrinha considerando todos os elementos que fazem parte do complexo geomorfológico, não apenas no sentido físico, ligado as expressões da geodiversidade e biodiversidade, mas considerando também os moradores e suas relações socioculturais.

A musealização aqui será pensada em processo, na soma de ações que podem ajudar a pensar a conservação da Serrinha e conseqüentemente atribuir um perfil institucional.

Antes de adentrar na Musealização relembremos que o conceito de Museu Integral remete ao de "patrimônio integral" influenciado sobre uma percepção holística do meio ambiente como apresenta Davalon:

O meio ambiente sobre o qual nos questionamos hoje não é mais (apenas?) o dos homens para o homem, mas o das coisas tácitas, antes colocadas como entorno de nossas representações ordinárias, tudo o que não interessava a ninguém". Esta relação singular com o meio ambiente, onde "as coisas da natureza serão o patrimônio, vai oferecer (...) uma forma original de socialização"(DAVALON *et al.*, 1992, p. 21 apud SCHEINER, 2012)

Scheiner (2012) pensando nos valores fundamentais da Mesa de Santiago relembra que a ideia de Museu Integral já havia sido anunciada pelo menos duas décadas antes de Santiago, na definição evolutiva de ecomuseu proposta por Hugues de Varine, a autora ainda lembra que apesar de haver mitos sobre a criação do termo ecomuseu na Mesa de Santiago e de outros fatos importantes para a Museologia como a criação da Nova Museologia, o que marca Santiago é reflexão de que os museus tradicionais também devem e ser integrais.

Devemos, entretanto, reconhecer que os ecomuseus "foram precoces em reconhecer a importância da herança intangível, da linguagem, das crenças e do relacionamento humano, e em identificar as diferenças que existem entre lugares e suas comunidades" (Song, 2005, p. 37-42), buscando, de modo mais direto, as relações entre prática museológica e práticas sociais. Falemos, então, de influências mútuas: os ideais e as práticas dos ecomuseus incorporaram as metodologias existentes no universo museológico, e ajudaram a desenvolver métodos de ação mais sintonizados com as necessidades de grupos específicos. (SCHEINER, 2012)

O Ecomuseu assim como áreas de proteção ambiental/parques naturais/geoparques e sítios arqueológicos/paleontológicos musealizados fazem parte do modelo conceitual Museu de Território, onde o processo de musealização ocorre *in situ*, ou seja, as referências musealizadas não são separadas do contexto, todo o ambiente/território é musealizado.

Vemos que a Serrinha se encaixa dentro de mais de um dos perfis de Museu de Território citados acima, seu potencial de se tornar uma Área de Proteção Ambiental, ter sítios paleontológicos já identificados, possibilidades de pesquisa para sítio arqueológico, expressividade da geodiversidade que pode levar a criação de um geoparque e somado esses fatores está a população com hábitos e memórias ligadas a ocupação do território.

Vale ressaltar que essas alternativas não excluem umas as outras e podem se complementar. O Museu de Território pode existir, por exemplo, em uma APA que tenha em seu território sítio(s) arqueológico(s).

Tomando por base os questionários aplicados vemos a importância dada pelos visitantes da Serrinha para os moradores locais, a casa do “Seu Raimundo” foi o segundo item colocado como mais importante na Serrinha, atrás apenas das cavernas, as entrevistas realizadas com os pesquisadores reforçam essa tese.

Diante da importância dada à presença e aos hábitos desenvolvidos pelos moradores a proposta de ecomuseu na Serrinha nos parece estar adequada a realidade de valorização.

Um dos desenvolvedores do conceito, Henri Rivière, define ecomuseu como:

Um ecomuseu é um instrumento que um poder e uma população concebem, fabricam e exploram juntos. Este poder, com os especialistas, os recursos que ele fornece. Esta população, segundo suas aspirações, seus saberes, suas faculdades de escolha. Um espelho no qual esta população se olha para se reconhecer, no qual ela procura uma explicação para o território ao qual ela está unida, junto àquela população que a precedeu, na descontinuidade ou na continuidade das gerações. Um espelho que esta população tem às suas ordens para melhor se conhecer, com respeito ao seu trabalho, seus comportamentos, sua intimidade. Uma expressão do homem e da natureza. (RIVIÈRE, 1980, p. 443-445).⁸

Acreditamos que a característica local da valorização da tradição oral somada às características dos moradores da Serrinha são outro ponto positivo para a concepção de um ecomuseu, reforçando essa ideia Hugues de Varine (1993, p. 11), nos fala que o ecomuseu “começa com as pessoas e não com os objetos”.

⁸ Tradução de Felipe Carvalho. Trecho retirado do site do Ecomuseu de Santa Cruz. O que é um ecomuseu. Disponível em < http://www.ecomuseusantacruz.com.br/sobre/o_que_e > Acesso em Fevereiro de 2016

No entanto, ao pensarmos no enquadramento teórico do modelo de Ecomuseu para a Serrinha, caímos no arcabouço de uma das premissas que sustentam esse modelo, o caráter participativo da autogestão. Apesar de a comunidade estar integrada ao território, é notório que a mesma não tem condições de gerir a área. São apenas três famílias, mantendo seus afazeres diários, domésticos, de agricultura e pecuária. Mesmo com a demonstração de saber a importância do território em que vivem, suas vidas convergem para uma relação baseada essencialmente na apropriação da área como moradia e sustento.

O complexo geomorfológico Serrinha chega a ter mais de sete quilômetros de extensão, onde estão distribuídos os bens e seus potenciais descritos no capítulo II. Esses elementos não estão concentrados em uma área pequena, mas em toda a extensão do complexo, assim, dentro dos modelos possíveis, vislumbramos uma maior compatibilidade da Serrinha com um Museu a céu aberto, onde esses elementos passíveis de musealização, podem em conjunto integrar o Museu.

Dentro da opção pelo modelo conceitual Museu de Território, abordaremos o processo de musealização e como este pode acontecer aplicado à realidade da Serrinha. A musealização aqui é entendida como processo científico que tem por finalidade a preservação.

Pensamos que a parceria para a criação do Museu pode ser bastante proveitosa se for criada em instância municipal e se houver um diálogo entre os moradores de Pacujá, moradores da Serrinha, Prefeitura Municipal de Pacujá e pesquisadores.

A musealização de um território consiste num processo em que o sítio natural e ou cultural não recebe apenas proteção, visando simplesmente medidas de conservação, mas passa a ser um objeto museológico, que compreende as etapas de musealização, ultrapassando a lógica de um bem material catalogado como uma peça expositiva. Desse modo, pensamos essas etapas em relação ao que conseguimos captar durante a pesquisa em relação aos elementos musealizáveis.

Seleção

Como não estamos tratando de peças móveis e sim de um território onde a maior parte dos elementos é fixo, o processo é a seleção das referências a serem musealizadas. A musealização abrange todo o território de forma simbólica, pois o que será de fato preservado tem que ser selecionado. A seleção deverá ser feita com o acordo e diálogo entre os envolvidos, com atenção à demanda dos moradores da serrinha e visitantes.

No caso da Serrinha já há muitos elementos que podem ser selecionados pelos valores representativos, pelos próprios moradores, pelos moradores de Pacujá, pela administração pública local e pelos pesquisadores. São eles: A casa de farinha, A cachoeira, as cavernas, os afloramentos fósseis, a nascente, os monumentos rochosos.

Documentação

Para Loureiro (2008, p. 26) A documentação no âmbito museológico inicia-se a partir de uma integração de todas as áreas do conhecimento ali presentes. A análise, base essencial de qualquer partido documentário, requer subsídios permanentes das várias áreas do conhecimento. Neste sentido a documentação de um território que apresenta uma diversidade de elementos considerável há essencialidade para a integração dos múltiplos olhares científicos, como vimos já existem alguns estudos na Serrinha, mas poucos em relação ao total de elementos que apresentamos no território.

A elaboração da documentação da Serrinha obrigatoriamente deve ter museólogo, geógrafo, geólogo, historiador, paleontólogo, arqueólogo, biólogo, espeleólogo e outros especialistas que possam aplicar suas metodologias específicas para construir uma base robusta de informações que assegurem os dados da diversidade encontrada.

Gestão

A gestão é a atividade atribuída às ações que garantam o funcionamento do Museu. A gestão do museu de território vai depender de sua criação, afiliações e finalidades.

A gestão museológica, ou administração de museus, é definida, atualmente, como a ação de conduzir as tarefas administrativas do museu ou, de forma mais geral, o conjunto de atividades que não estão diretamente ligadas às especificidades do museu (preservação, pesquisa e comunicação). museológica compreende essencialmente as tarefas ligadas aos aspectos financeiros (contabilidade, controle de gestão, finanças) e jurídicos do museu, à segurança e manutenção da instituição, à organização da equipe de profissionais do museu, ao marketing, mas também aos processos estratégicos e de planejamento gerais das atividades do museu.(DESVALLÉS & MAIRESSE, 2013 p.13)

Considerando a possibilidade da criação de uma APA na Serrinha, enxergamos uma coexistência entre a gestão desta e a do Museu. O planejamento é um ponto central na gestão, e nesse caso, envolve pessoas que usam a área para muitas

atividades, sendo necessários diálogos formais que geram acordos entre os interesses da sociedade local e a gestão do Museu e ou da APA.

Estabelecer normas de uso e ocupação do solo e fazê-las cumprir, em áreas urbanas, envolve uma série de medidas e procedimentos aos quais a população em geral já está, em parte, acostumada. Porém, sempre gera descontentamento e tentativa de negociação por parte do proprietário quando estas medidas não estão de acordo com as suas necessidades ou com a destinação pretendida para a área. Da mesma forma, estabelecer normas de uso e ocupação do solo em áreas de proteção ambiental, na maioria das vezes, áreas não consideradas urbanas e portanto não submetidas à legislação urbana, é tarefa difícil. Isto porque existe a mentalidade de que todos têm o direito de uso dos recursos naturais, indefinidamente, sem nenhuma restrição. Na tentativa de conquistar esta nova mentalidade, ou seja, aquela de admitir que a área de sua propriedade (CORTE, 1997,p.67)

Analisando o processo de gestão em áreas protegidas Cortê (1997) afirma que a gestão ambiental exercida de forma autoritária e impositiva mostrou-se ineficiente, conseguindo alcançar poucos objetivos estabelecidos. Ainda de acordo com a pesquisadora, as gestões com mais êxito são baseadas no modelo de parceria ou co-gestão, que se caracteriza como uma descentralização das atividades de gerenciamento por apenas um órgão, tendo comumente a participação de prefeituras, universidades e concessionária de serviços públicos.

No percurso da pesquisa notamos um interesse mútuo em relação aos pesquisadores, principalmente da Universidade Estadual Vale do Acaraú e da Prefeitura de Pacujá em relação a possibilidades de ações de preservação da área, vislumbramos nesse contato um início do que pode ser a gestão na institucionalização da Serrinha.

Conservação

Com a diversidade de patrimônios é necessário aplicação de variadas conservações. A conservação está cada vez se tornando mais científica, analítica e minimalista, requerendo conhecimentos específicos para suas aplicações. A conservação de Museus de território não é feita como em objetos e coleções, mas a partir da busca pela integridade do conjunto de elementos que estão presentes.

Conservar a Serrinha como Museu de território relaciona-se principalmente a manutenção da integridade ambiental e da proteção dos elementos da geodiversidade e biodiversidade, neste caso seria ideal que a proteção não fosse apenas de ordem museológica e em nível municipal, mas sim em comunhão com os órgãos de proteção ao meio ambiente, em níveis estadual e federal.

Pesquisa

Como já demonstrado durante o texto a Serrinha possui um vasto potencial para pesquisa, e sendo um museu aumentam as possibilidades de haver um olhar para si e chances de explorar as lacunas existentes.

No museu, a pesquisa constitui o conjunto de atividades intelectuais e de trabalhos que têm como objeto a descoberta, a invenção e o progresso de conhecimentos novos ligados às coleções das quais ele se encarrega ou às suas atividades. (DESVALLÈS & MAIRESSE, 2013, p.77)

Ao abrir as oportunidades de pesquisa na Serrinha, essa etapa da musealização servirá também para integrar ações que podem envolver as Universidades e escolas que desejarem realizar pesquisas na área.

Comunicação

A exposição e a divulgação de pesquisas em catálogos, revistas, etc. são os dois principais pontos da comunicação ligada ao processo de musealização. A Serrinha com possibilidades de ser museu de território dá a oportunidade de serem comunicados elementos que podem se transformar em ferramentas pedagógicas tanto para o Museu quanto para professores, estudantes e visitantes em geral.

É uma oportunidade de extrapolar os limites locais e chegar a públicos mais distantes, de levar as contribuições já existentes e as contribuições potenciais para fora do Museu. A comunicação em uma área natural protegida também representa um apoio à conservação, pois o conhecimento aplicado às exposições, totens, placas e sinalizações são instrumentos da comunicação que tornam os olhares mais sensíveis aos cuidados e importância daquele(s) patrimônio(s) presente.

3.7 - Considerações

Como mencionado ao longo da apresentação, uma das intenções dessa pesquisa baseia-se na análise das evidências múltiplas que encontramos no contato com as bibliografias, fontes e entrevistas, para apontar os caminhos possíveis para a conservação da Serrinha.

A importância biológica e da geodiversidade, são elementos que já possuem um número considerável de pesquisas e podem ser usados como pontos chave na justificativa das medidas de proteção na Serrinha, contribuindo diretamente para a conservação do bioma Caatinga.

Somando os dados obtidos através das metodologias de entrevistas juntamente com a bibliografia sobre a área, reforçamos que a falta do caráter institucional exclui muitas possibilidades do aproveitamento dos potenciais da

Serrinha. Dessa forma, a patrimonialização, que pode se dar de maneiras plurais, é vislumbrada a partir da realidade local em consonância com os modelos de área natural protegida (APA) e dos modelos conceituais de museus (Museu a céu aberto). Pensamos que a convergência dessas formas de institucionalização pode melhorar e até alargar as relações existentes entre a população do município de Pacujá e a Serrinha, diante dos potenciais e possibilidades já apresentados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar Patrimônio e Museu a partir da conservação da natureza implica no reconhecimento do caráter essencial da nossa relação com o Planeta. Fazemos parte de um organismo vivo, com sistemas interdependentes, plurais, em constante adaptação e mutação. Antes de ser Patrimônio, a Natureza é a energia que gera a diversidade abiótica e biótica, regente de todos os elementos necessários à vida.

O cunho plural da Natureza exige olhares múltiplos, pois essa também se dá em processos específicos, gerando as singularidades que se estendem por vários domínios. Assim, os olhares do campo da Museologia e do Patrimônio para a Natureza devem estar abertos às contribuições dos diferentes campos do conhecimento. No caso dessa pesquisa usamos da transdisciplinaridade para desenvolver os argumentos que sustentam a relação Homem – Natureza.

O estudo de caso desenvolvido a partir do segundo capítulo procurou abordar as potencialidades de um território, enxergando a proteção ambiental e a musealização como processos compatíveis e aplicáveis na realidade selecionada para o objeto de análise, que foi a Serrinha, localidade do Município de Pacujá, estado do Ceará.

Levando em consideração o aporte bibliográfico, de fontes e documental levantado para a pesquisa, concluímos que os trabalhos que enveredam na temática ainda são poucos, tendo as Ciências Sociais uma maior Contribuição em relação às Ciências Naturais.

Partimos da hipótese de que Serrinha tem vários eixos de valores patrimoniais, que são: Geológico, Espeleológico, Paleontológico, Arqueológico, Ambiental, Biológico, Histórico e Cultural. Para verificar essa ideia nos apoiamos na bibliografia existente sobre a área e nas metodologias de contato com a população e com os pesquisadores, que foram as entrevista e questionários, **concluindo que esses valores estão presentes nos discursos dos grupos sociais envolvidos que se relacionam com a área**. Esses valores não são expressos ou reconhecidos de forma homogênea por esses grupos, pois eles se relacionam de formas diferentes com a Serrinha. Ao decorrer da pesquisa, principalmente após a realização das entrevistas e aplicação de questionários, nos deparamos com quatro perfis de apropriação da Serrinha, então decidimos elencá-los:

- Morador da Serrinha: As três famílias que habitam na Serrinha.
- Morador de Pacujá: Pessoas que frequentam a Serrinha, principalmente para lazer, procedentes do Município de Pacujá.
- Pesquisador: Profissionais que já desenvolveram alguma pesquisa na

Serrinha, a maioria não é do Município de Pacujá.

- Agentes políticos: Representantes da administração pública municipal.

Desse modo, pudemos identificar os múltiplos valores e as relações específicas que cada grupo mantém. O olhar dos pesquisadores é aquele de quem valorou e sabe a importância daquele local para a(s) ciência(s).

Para a população local da Serrinha, a referência daquele espaço não são os fósseis ou outros elementos ligados às pesquisas, mas sim, a memória afetiva com o local, como foi observada na relação com a Casa de farinha.

O grupo morador de Pacujá se apresenta como o mais diverso, alguns mantêm características de valoração e apropriação próxima às percebidas nos moradores da Serrinha, outros sabem e valoram a partir dos elementos científicos, mas a maioria atribui a Serrinha valor de lazer e deleite, em relação à caminhada na trilha e acampamento nas cavernas.

A esfera política compreende a importância científica e ambiental da Serrinha, mas não investe diretamente os recursos públicos, justificando a falta de ações pela pouca verba que o município recebe. É o grupo menos atuante na Serrinha.

Após o contato com as formas que a Serrinha é apropriada, valorada, vivenciada e interpretada, observamos que prevalece uma multiplicidade, não é possível pensá-la de forma homogênea, pois não existe entre os grupos analisados uma concepção base, usada por todos.

A análise de usos e discursos dos grupos nos mostrou diferentes demandas e interesses para com o território. O desafio então foi encontrar possibilidades que abrangessem as potencialidades da área, os anseios dos grupos e as relações já existentes rumo à preservação da Serrinha.

Considerando as proporções espaciais, os bens da geodiversidade, da biodiversidade e da cultura, pensamos que será eficiente para a Serrinha a criação de uma Área de Proteção Ambiental – APA, pois como discutido, essa categoria de unidade de conservação, proposta pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, contempla todos os requisitos presentes na Serrinha. Essa criação da APA seria um movimento conjunto dos grupos envolvidos, mas sendo prudente, a nosso ver, que o poder público, representado pela prefeitura Municipal de Pacujá, inicie esse movimento, justificado pelo maior alcance administrativo de suas ações. Lembrando que a gestão da APA pode ser compartilhada com as universidades que já desenvolveram trabalhos na Serrinha e também abrindo para outras instituições que tiverem interesse, ressaltando inclusive a necessidade demonstrada pelo estudo da EMBRAPA, de áreas de conservação do Bioma Caatinga.

Após esse passo rumo à institucionalização da Serrinha, destacamos o potencial de Museu a céu aberto apresentado na área. Esse poderá suprir a carência desse tipo de instituição na região de Pacujá, pois ficou claro que a população se interessa e tem apreço pelos museus, relatado pela falta que o extinto Museu de Pacujá faz.

Observamos que já existe uma semente de institucionalização plantada pelo Museu de Pacujá quando esteve em funcionamento regularmente, e este pode ser integrado nas múltiplas possibilidades enxergadas em relação à institucionalização e preservação/conservação da Serrinha.

A convergência e ou coexistência da APA e do Museu no caso da Serrinha, nos remete a pensar sobre o Patrimônio e Museu Integral, pois poderá haver a inserção do indivíduo ao seu meio ambiente, oportunizando relações mais estreitas com a pluralidade de formas da natureza que são encontradas naquele território. A visão holista do Museu Integral pode gerar práticas pedagógicas em todos os níveis educacionais. A integração de conhecimentos científicos e populares está nesse seio, contribuindo para a formação de pessoas mais críticas e conscientes sobre as relações com a natureza.

A musealização se mostra como um processo que pode dar novos significados e novas oportunidades para a Serrinha, principalmente na exploração dos seus potenciais científicos e na ampliação da dimensão social que pode ser abrangida, sendo representando um instrumento de desenvolvimento para o município de Pacujá.

Sob o olhar do patrimônio integral e do Museu integral, esse futuro museu dialogará com os muitos e fragmentados patrimônios que existem ali e interagem entre si e, além de integrar o patrimônio natural e cultural, será ainda mais rico e complexo se enxergar a população ao entorno, suas histórias e relações com aquele local. Essa população também deve ser considerada como agente ativo na preservação do(s) Patrimônio(s).

A pesquisa nos leva a refletir sobre a importância do museólogo como profissional mediador diante dos desafios encontrados no campo do Patrimônio, e enxergamos neste papel a oportunidade de ser um agente de comunhão dos saberes em prol do desenvolvimento social integrado ao meio ambiente.

O caso da Serrinha nos ajuda a refletir sobre maneiras que possibilitem a integração da população com o patrimônio e da população entre si, se empenhando para que um grupo de pessoas se torne uma comunidade que tem identidade com o seu território, não apenas por questões utilitárias, mas também, por perceberem e valorizarem patrimônio de forma integral.

Temos a intenção de que essa pesquisa contribua com a Museologia em

caráter interdisciplinar. Acreditamos que essa característica própria da Museologia de se apropriar dos diversos campos do conhecimento através dos inesgotáveis campos de existência do museu, em sua pluralidade de modelos, dá um perfil mediador e aproximador do humano com o real.

Ao finalizar a pesquisa, acreditamos que conseguimos alcançar os objetivos inicialmente propostos e confirmamos as hipóteses formuladas, pensando neste trabalho como um legado para a população pacujaense, no sentido de contribuir para o desenvolvimento de ações que levem à apropriação consciente das riquezas singulares mostradas ao longo da dissertação.

REFERÊNCIAS

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS:

ABREU, Raimundo. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Pacujá-CE. Janeiro de 2015. Correção de gramática e vícios de linguagem. A entrevista encontra-se sob posse da autor. 25 min. Não publicada.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos no Brasil**. São Paulo: Inst. Geogr. USP, Geomorfologia, n. 15.1969b

BARROSO, Francisco Rony Gomes. **Fauna de Ediacara na Bacia do Jaibaras, Noroeste do Ceará: A primeira ocorrência no nordeste do Brasil**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós Graduação em Geociências, Universidade Federal de Pernambuco. 2012.

KÜHL, Beatriz Mugayar - Notas sobre a Carta de Veneza. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material**, v.18, n.2, p.287-320, 2010

BENSUSAN, N. **Conservação da biodiversidade em áreas protegidas**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRANCO, Samuel Murgel. **Ecossistêmica: uma abordagem integrada dos problemas do Meio Ambiente**. 2. ed. São Paulo: Edgard Blücher Ltda, 1999

BRANDÃO, Ellen Kallyne de Sousa. Rubiaceae da Serrinha, Pacujá, Ceará, Brasil 2º Congresso Nacional de Botânica.. 2011.

BRASIL, Conselho Nacional Do Meio Ambiente-Conama. Resolução Nº 303, 20 de Março De 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL.. Lei 9985/00 que Institui o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza, 2000.

BRASIL – Sistema Nacional de Unidades de Conservação Lei de Criação do SNUC. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000.
<<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso em Dezembro de 2015

BRILHA, José. **Património Geológico e Conservação: A Conservação da Natureza na sua Vertente Geológica**. Braga: Palimage Editores. 2005. Disponível em http://www.dct.uminho.pt/docentes/pdfs/jb_livro.pdf. Acesso em 6 de Maio de 2015.

BUCHALA, Simone Azevedo; OLIVEIRA, Edmilson Moreira de. **O sistema e a linguagem da educação ambiental: uma proposta de análise**. VII EPEA - Encontro Pesquisa em Educação Ambiental Realização: Unesp campus Rio Claro e campus Botucatu, USP Ribeirão Preto e UFSCar. Rio Claro - SP, 07 a 10 de Julho de 2013

CARTA DE ATENAS - CIAM. Generalidades, diagnósticos e conclusões sobre os problemas urbanísticos das principais e grandes cidades do mundo, apurados pelo Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, em Atenas. - Novembro de 1933. Disponível em <

<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf> > Acesso em 24/06/2014

CARTA DE ATENAS.- Sociedade das Nações. Conclusões Gerais e Deliberações da Sociedade das Nações, do Escritório Internacional dos Museus - Outubro de 1931. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>> Acesso em 24/06/2014

CARTA DE BURRA. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, Austrália - 1980. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Burra%201980.pdf>> Acesso em 24/06/2014

CARTA DE FLORENÇA. Conselho Internacional de Monumentos e Sítios- Maio de 1981. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Florenca%201981.pdf>> Acesso em 24/06/2014

CARTA DE FORTALEZA -. Seminário: Patrimônio Imaterial - Estratégias e Formas de Proteção. Novembro DE 1997. Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Fortaleza%201997.pdf>> Acesso em 24/06/2014

CARTA DE MAR DEL PLATA.. Documento do Mercosul sobre Patrimônio Intangível. Junho de 1997. Disponível em < > Acesso em 24/06/2014

CARTA DE VENEZA -. II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, Maio de 1964, . Disponível em <
<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf>> Acesso em 24/06/2014

CARTA INTERNACIONAL PARA A SALVAGUARDA DAS CIDADES HISTÓRICAS – ICOMOS, Washington, 1987. Carta de Washington. Disponível em: <
<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=258>>. Acesso em 04/06/2014.

CARVALHO, Marcos de. **O que é natureza**. São Paulo: Brasiliense. 1991.

CARVALHO, Rosane Maria Rocha de. **As transformações da relação museu e público sob a influência das tecnologias da informação**. In: **IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. (Org.). MUSAS-Revista Brasileira de Museus e Museologia. Rio de Janeiro: IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2006

CHAVES, Arquimendes Pomeu. ; VIANA, M. S. S. . **Novo icnogênero encontrado na localidade de Serrinha, Município de Pacujá, Estado do Ceará (Grupo Serra Grande, Ordoviciano-Siluriano da Bacia do Parnaíba)**.. In: XI Encontro de Iniciação Científica da UVA, 2009, Sobral. Anais do XI Encontro de Iniciação Científica da UVA. Sobral: UVA, 2009

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP/Estação Liberdade, 2001.

CHOULET, Philippe. **Nature et culture**. La Mémoire, Quintette, 1991.

CLAVAL, Paul. **Geografia Cultural**. 3.ed. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CÔRTE, Dione Angélica de Araújo. **Planejamento e gestão de APAs: enfoque institucional. Brasília: Série Meio Ambiente em Debate** (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), 1997. 106 p

CONWAY, Paul. **Preservação no Universo Digital**. Rio de Janeiro, Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos, Arquivo Nacional, 1997

COULANGES, Fustel de. **A Cidade Antiga**. Trad. De Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. **Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus**. Monografia do Curso de Museologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2006

CURY, Marília Xavier. **Museu, filho de Orfeu, e musealização**. In: ENCUENTRO REGIONAL DO ICOFOM-LAM, 8. 1999, Coro, Venezuela. Anais. p. 50-51.

DECLARAÇÃO DE ESTOCOLMO. Assembleia Geral das Nações Unidas- Junho de 1972. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Estocolmo%201972.pdf>> Acesso em 24/06/2014

DECLARAÇÃO DE NAIRÓBI. Assembleia Mundial dos Estados, no Quênia- Maio de 1982. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20de%20Nairobi%201982.pdf>> Acesso em 24/06/2014

DECLARAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS À MEMÓRIA DA TERRA. Texto elaborado a 13 de em Digne-Les-Bains, França. junho de 1991. Disponível em <<http://www.progeo.pt/pdfs/direitos.pdf>> Acesso em 24/06/2014

DESVALÉES, André. **Terminología Museológica**. Proyecto Permanente de Investigación. Rio de Janeiro: ICOFOM/ICOFOM-LAM/Tacnet Cultural, 2000. 1 CD-ROM.

DESVALLEES, André. **“Cent quarante termes muséologiques ou petit glossaire de l'exposition”**, in De Bary M.-O., Tobelem J.-M., Manuel de muséographie, Paris, Séguier – Option culture. 1998

DESVALLEES, André. MAIRESSE, François (Ed.). **Conceitos-chave de Museologia**. Tradução e comentários de Bruno Brulon Soares e Marília Xavier Cury. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus: Pinacoteca do Estado de São Paulo, 2013.

DOCUMENTO REGIONAL DO CONE SUL SOBRE AUTENTICIDADE, Brasília, 1995. Carta de Brasília. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>>. Acesso em: 17/05/2015

ECOMUSÉE CREUSOT MONTCEAU. **Definitions de ecomusée**. [s.d.]. Disponível em <<http://ecomusee-creusot-montceau.fr/spip>> . Acesso em: 25/12/2014

ECOMUSEU MUNICIPAL DO SEIXAL. **Ecomuseu**. 2010. Disponível em <<http://www2.cm-seixal.pt/ecomuseu/ferramentas/>>. Acesso em: 25/12/2014

ELNATAM, Bezerra. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Sobral-CE. Janeiro de 2015. Correção de gramática e vícios de linguagem A entrevista encontra-se sob posse do autor. 20 min. Não publicada.

FELIPPE, Miguel. Fernandes. ; MAGALHAES JR., A. P. . **Conflitos conceituais sobre nascentes de cursos d'água e propostas de especialistas**. Geografias (UFMG) , v. 9, p. 70-81, 2013

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. 3 ed. totalmente rev. e ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3 ed. ver. ampl. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FUNARI, Pedro Paulo; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio histórico e cultural**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das Culturas**. Zahar. Rio de Janeiro, 1973

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. São Paulo, Atlas, 2008.

GOMBRICH, Ernst Hans. **História da Arte**. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

GUARINELLO, Norberto. **História Antiga**. São Paulo. Editora Contexto, 2013

HERMON-BELOT, Rita. **L'Abbé Grégoire ; la politique et la vérité**, Seuil, 2000.

ICOFOM. Página da Web. Welcome to icofom. Disponível em <<http://network.icom.museum/icoform/welcome/welcome-to-icoform/>>. Acesso em 22/04/2015.

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). 7th. General Conference of Museums. Amsterdam, Netherlands, 11 July 1962. Disponível em: <<http://www.icom.museum>>. . Acesso em: 25/12/2014

INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS (ICOM). 9th. General Conference of Museums. France, September 1971. "The Museum in the Service of Man, Today and Tomorrow". Disponível em: <<http://www.icom.museum>>. . Acesso em: 25/12/2014

IPECE - Instituto de Pesquisa e Estatística do Ceará. **Perfil básico municipal do município de Pacujá**. Governo do Estado do Ceará, 2014.

IUCN. Guidelines for Protected Area Management Categories. Gland: Switzerland and Cambridge, UK: IUCN, 1994

LEOPOLDINO, Antônio Alancardé. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Sobral-CE. Setembro 2012. Correção de gramática e vícios de linguagem A entrevista encontra-se sob posse do autor. 60 min. Não publicada.

LIMA, Diana Farjalla Correia . **Museologia-Museu e Patrimônio, Patrimonialização e Musealização: ambiência de comunhão**. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 7, p. 31-50, 2012.

LIMA, Diana Farjalla Correia. **Museologia e patrimônio interdisciplinar do campo: história de um desenho (inter) ativo**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8., 2007, Salvador. Anais... Salvador: ANCIB; PPGCI-UFBA, 2007. Disponível em < <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/DMP--060.pdf>> Acesso em: 12/12/2015

LIMA, Diana Farjalla Correia. **O que se pode designar como museu virtual segundo os museus que assim se apresentam**. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, João Pessoa: ANCIB; PPGCIUFPB, 2009.

MAIRESSE, F. **The family album**. *Museum International*, Paris, v. 50, n. 1,1998.

MALRAUX, André. **Les voix du silence** – Le musée imaginaire, Paris, NRF,1951

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea**. São Paulo: Edunesp; DF: NEAD, 2009

MELO, Alex. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Pacujá-CE. Janeiro de 2015. Correção de gramática e vícios de linguagem. A entrevista encontra-se sob posse da autor. 25 min. Não publicada.

MERCHANT, Carolyn. **Radical Ecology: the search for a livable world**, (1.^a ed), London: Routledge, Chapman & Hall, Inc, 1992.

MOREIRA, Iara Verocai Dias (org.); *Vocabulário básico de meio ambiente*; Rio de Janeiro : Serviço de Comunicação Social da Petrobrás, 1990

MOSCOVICI, Serge. *Essai sur l'histoire humaine de la nature*. Paris: Flammarion, 1968

NAÇÕES UNIDAS. Convenção sobre Diversidade Biológica. Texto da Convenção sobre Diversidade Biológica, assinada durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada na cidade do Rio de Janeiro, no período de 5 a 14 de junho de 1992. Disponível em < http://www.mma.gov.br/estruturas/sbf_chm_rbbio/_arquivos/cdbport_72.pdf> Acesso em 28/06/2014

NÓBREGA, V. L. *Compêndio de Direito Romano*. São Paulo: Freitas Bastos, 1968.

OLIVEIRA, José. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Pacujá-CE. Janeiro de 2015. Correção de gramática e vícios de linguagem. A entrevista encontra-se sob posse da autor. 21 min. Não publicada.

OLIVEIRA, Raimundo de Moura. Entrevista realizada em 24/03/2013 na casa do entrevistado (Graça-CE). Com correção de vícios linguísticos e gramática. 27 min. Não publicada.

PÁDUA, José Augusto. *Natureza e Projeto Nacional: as origens da ecologia política no Brasil*. RJ: IUPERJ, dez. 1986

PEREIRA, Diamantino; BRILHA, José; PEREIRA, Paulo. *Geodiversidade: valores e usos*: Universidade do Minho, Braga, Portugal 2008.

PONTE FILHO, Francisco. Antonio M. ; Mirian ; Lima,G.S ; Marlene ; Ivanilza ; Elnatan . **Composição Florística do Sítio Serrinha Pacujá**, Ceará, Brasil.. 2010

PORTELLI, Alessandro. **“O que faz a história oral”**. Revista Brasileira de História. São Paulo, v.9 nº19. . 1990

RECOMENDAÇÃO PARIS. 13ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas- Novembro de 1964. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20de%20Paris%201964.pdf>> Acesso em 24/06/2014

RECOMENDAÇÃO PARIS. 32ª Sessão da Conferência Geral das Nações Unidas, de 17 de outubro de 2003 - Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Outubro de 2003. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%202003.pdf>> Acesso em 24/06/2014

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, 2001.

RIBEIRO, Wagner Costa; SCIFONI, Simone. **Preservar: por que e para quem?**. **Revista Patrimônio e Memória**, UNESP – FCLAs – CEDAP, v.2, n.2, 2006.

RODRIGUES, Antônia. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Pacujá-CE. Janeiro de 2015. Correção de gramática e vícios de linguagem. A entrevista encontra-se sob posse da autor. 21 min. Não publicada.

RODRIGUES, Maria. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Pacujá-CE. Janeiro de 2015. Correção de gramática e vícios de linguagem. A entrevista encontra-se sob posse da autor. 8 min. Não publicada.

SANTOS, Adalberto S.. **Patrimônio e memória: da imposição identidades à potencialização de atos coletivos**. In: Antonio Albino Canelas Rubim; Renata Rocha. (Org.). *Políticas culturais*. 1ed.Salvador: Edufba, 2012, v. , p. 67-88.

SANTOS, Alessandra Sousa. SILVA, M. F. S. ; NASCIMENTO, M. G. P. ; MELO, L. M. B. ; ANDRADE, I. M. . **Commelinaceae da Serrinha, Pacujá, Ceará** - Brasil. Chicago, EUA: The Field Museum, 2015 (Guia de campo).

SCHEINER, Tereza Cristina M. **Imagens do Não-lugar: comunicação e os “novos patrimônios”**. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004 .

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. **Apolo e Dioniso no Templo das Musas. Museu: gênese, ideia e representações nos sistemas de pensamento da cultura ocidental. Dissertação (Mestrado)**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação ECO/UFRJ, 1998. 152 p. Orientador: Prof. Dr. Paulo Vaz.

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. **Cultura material e museologia: considerações. Boletim Comemorativo 30 anos do Museu de Astronomia e Ciências Afins – MAST.** Disponível em <http://www.mast.br/hotsite_mast_30_anos/pdf/capitulo_01.pdf> Acesso em 20/12/2015

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Museologia ou Patrimoniologia? Reflexões. In: GRANATO, Marcus; SANTOS, Claudia Penha dos; LOUREIRO, Maria Lucia N. M. (Orgs.). MAST Colloquia - Museu e Museologia: interfaces e perspectivas. Rio de Janeiro: MAST, 2009

SCHEINER, Tereza Cristina Moletta. Sob o signo do patrimônio: museologia e identidades regionais. In: COSTA, Heloisa, DECAROLIS, Nelly, SCHEINER, Tereza (Coord.) Museologia e o Patrimônio Regional / Museología y el Patrimonio Regional. Encuentro del Subcomité Regional del ICOFOM para América Latina y el Caribe (12). Encontro do Subcomitê Regional do ICOFOM para a América Latina e o Caribe (12). Salvador, Bahia, Brasil. 08/12 dezembro 2003 / 08-12 diciembre 2003. Rio de Janeiro: Tacnet Cultural Ltda., 2006. Org. y editado por Tereza Scheiner. Traducción y revisión de los documentos / Tradução e revisão dos documentos: Nelly Decarolis, Carol Vitagliano – español, Tereza Scheiner – português. 2006.

SERRANO CAÑADAS, ; RUIZ FLAÑO, P. **Geodiversidad: concepto, evaluación y aplicación territorial: el caso de Tiermes-Caracena (Soria)**. Boletín de La Asociación de Geógrafos Españoles, La Roja nº 45, 2007

SILVA, Adelmo Braga da. Achados da Serrinha: **Gênese a trajetória do Museu de Pacujá**. Monografia do Curso de História da Universidade Estadual Vale do Acaraú, Sobral –CE, 2013

SILVA, Cássio Roberto da ; RAMOS, Maria Angélica Barreto ; SILVA, A. P. ; DANTAS, Marcelo Eduardo . Começo de Tudo. In: Cássio Roberto da Silva. (Org.). **Geodiversidade do Brasil: conhecer o passado para entender o presente e prever o futuro**. 1ed. Rio de Janeiro: CPRM - Serviço Geológico do Brasil, 2008, v. 1, p. 11-20.

SILVA, José Maria Cardoso da ; TABARELLI, Marcelo. ; FONSECA, Mônica Tavares da . **Áreas e ações prioritárias para a conservação da biodiversidade da Caatinga**. In: José Maria Cardoso da Silva; Marcelo Tabarelli; Mônica Tavares da Fonseca; Lívia Vanucci Lins. (Org.). Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação. Brasília: Ministério do Meio Ambiente e Universidade Federal de Pernambuco, 2004, v. , p. 349-374

SILVA, Jose Maria Cardoso da; TABARELLI, M. (Org.) ; Fonseca M. (Org.) ; Lins, L. V. (Org.) . **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações prioritárias para a conservação**. 1. ed. Recife e Brasília: Universidade Federal de Pernambuco & Ministério do Meio Ambiente, 2004.

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação Lei de Criação do SNUC. LEI No 9.985, DE 18 DE JULHO DE 2000. <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=322>> Acesso em Dezembro de 2015

SOUSA .Antonio Emanuel Barreto Alves de. **Lauda Técnico de vistoria na localidade de Serrinha –Pacujá**. Realizada pelo Chefe do Parque Nacional de Ubajara, 2002. Não publicado

SOUZA, Aline Rocha de. **Geoconservação e Musealização: Os múltiplos olhares para o Patrimônio**. Dissertação de Mestrado apresentado no Programa de Pós Graduação em Museologia e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO/MAST,2009.

UNESCO. Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Documento de Considerações e Recomendações, Paris, 1972. Disponível em <<http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>> Acesso em 24/06/2014.

UNESCO. Representação da Unesco no Brasil , Patrimônio Cultural no Brasil. Disponível em <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/culture/world-heritage/cultural-heritage/>> Acesso em 21/06/ 2014

UNESCO.Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, Documento de Considerações e Recomendações, Paris 2003. Disponível em <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>> Acesso em

UNESCO.Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Paris: UNESCO, 2002

UNIFOR - FUNDAÇÃO EDSON QUEIROZ, UNIVERSIDADE DE FORTALEZA. O museu Dom josé. Disponível em <http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=752&Itemid=1177> Acesso em de 12/12/2015

UNITED NATIONS (UN). United Nations Conference on the Human Environment. Stockholm, Sweden, June 1972a. Disponível em: <<http://www.unep.org/Documents.Multilingual/Default.asp?documentID=97>> . Acesso em 25/12/2014

VALDERRAMA, Fernando. **A history of UNESCO** . Vendôme: UNESCO, 1995.

VARINE, Hugues de. **Tomorrow's community museums**. Utrecht: ICOM – International Council of Museums, 1993. Disponível em <<http://assembly.coe.int/Museum/ForumEuroMusee/Conferences/>> Acesso em: 12 mar. 2011.

VIANA, Maria Somália Sales . ; AGOSTINHO, Sonia ; LIMA FILHO, M. F. ; LEOPOLDINO, A. A. ; CUNHA, L. L. T. ; ROCHA, L. A. S. . **Considerações**

icnofaciológicas sobre a Formação Tianguá, Siluriano da Bacia do Parnaíba (Estado do Ceará). In: XIX Congresso Brasileiro de Paleontologia, 2005, Aracaju. Anais do XIX Congresso Brasileiro de Paleontologia. Aracaju: SBP, 2005

VIANA, Maria Somália Sales . ; OLIVEIRA, P. V. ; SOUSA, M. J. G. ; BARROSO, F. R. G. ; VASCONCELOS, V. A. ; MELO, R. M. ; LIMA, T. A. ; OLIVEIRA, G. C. ; CHAVES, A. P. P. . **OCORRÊNCIAS ICNOFOSSILÍFERAS DO GRUPO SERRA GRANDE (SILURIANO DA BACIA DO PARNAÍBA), NOROESTE DO ESTADO DO CEARÁ.** Revista de Geologia (Fortaleza) , v. 23, p. 77-89, 2010.

VIANA, Maria Somália Sales LEOPOLDINO, A. A. ; ROCHA, L. A. S. ; CUNHA, L. L. T. ;. . **Descoberta dos fósseis mais antigos do Ceará: Icnofósseis de Pacujá (Formação Tianguá, Ordoviciano-Siluriano da Bacia do Parnaíba).** In: VI Encontro de Iniciação Científica da UVA, 2004, Sobral. Anais do VI Encontro de Iniciação Científica da UVA. Sobral-CE: Universidade Estadual Vale do Acaraú, 2004.

VIANA, Maria Somália Sales. Entrevista concedida a Adelmo Braga da Silva. Sobral-CE. Outubro de 2012. Correção de gramática e vícios de linguagem. A entrevista encontra-se sob posse da autor. 21 min. Não publicada.

XIMENES, Celso Lira . . **Cavernas areníticas de Pacujá, Ceará.** InformAtivo SBE., Campinas, SP., p. 12 - 13, 30 abr. 2005.

WILSON, O.Wilson. (org.).1997. Biodiversidade. Ed. Nova Fronteira

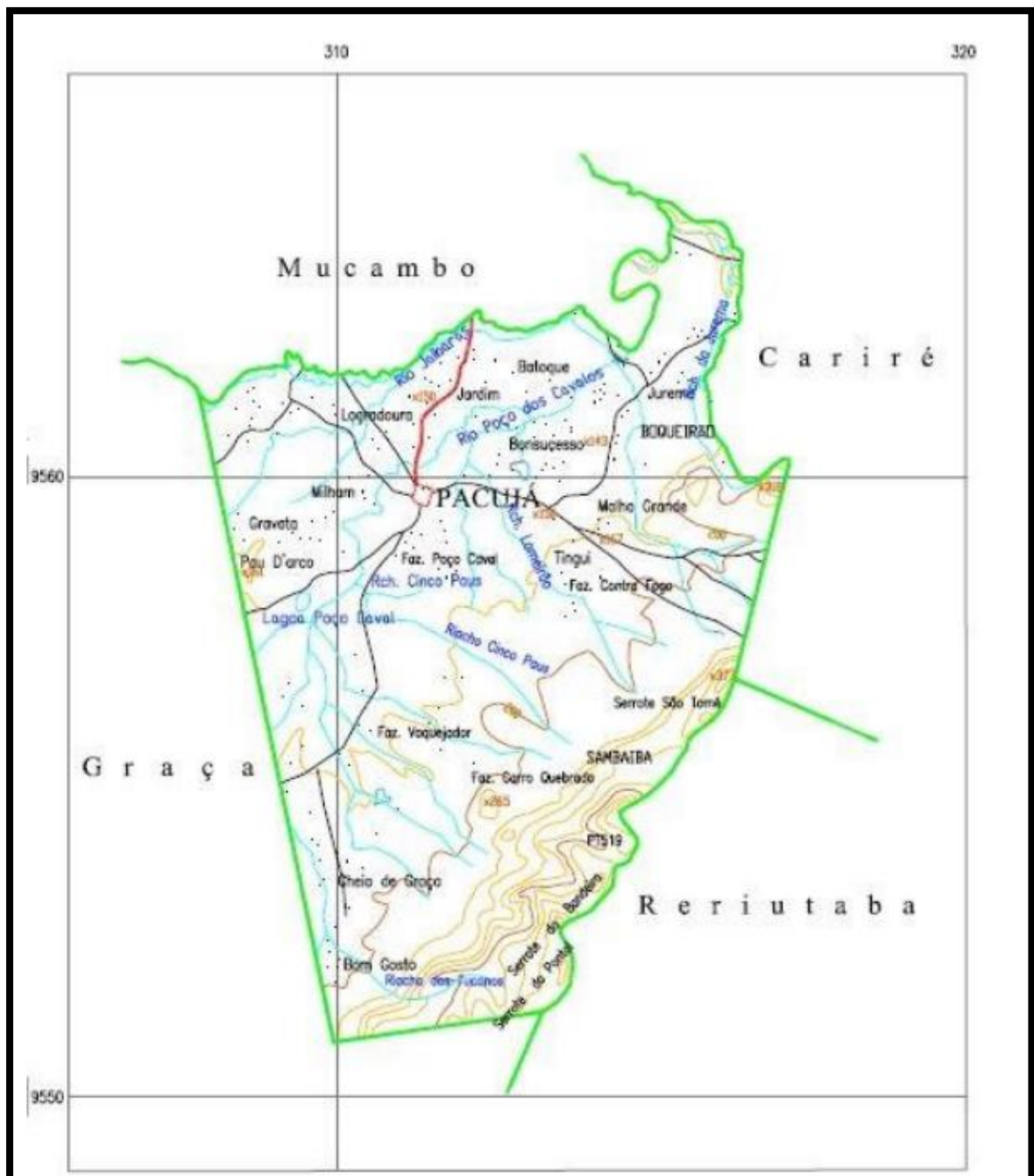
ECKHOLM, E. P. Down to Earth, **EnviromentanHumanNeeds**, New York, W.W. Norton,

1982.

ANEXOS

ANEXOS

1 – MAPA DE PACUJÀ (IPECE, 2014)



2- FAC-SIMILE DA CAPA DO DIÁRIO DO NORDESTE 1 DE ABRIL DE 2004

Fortaleza, Ceará, 1 de abril de 2004

QUINTA-FEIRA

Ano XXXI - Nº 7.938

DIÁRIO

DO NORTHESTE

Fundador: Edson Queiroz

acorrentado a selas lindas mulheres

Zoera

R\$ 2,00

www.diariodocriativo.com.br

e-mail: diariodocriativo@uol.com.br

APOSENTADOS

Banco abre mais cedo para INSS

Para conseguir pagar os benefícios do INSS nos primeiros cinco dias úteis, os bancos estão ampliando o horário de atendimento. Algumas agências do Banco do Brasil, no Interior, vão abrir suas portas às 6 da manhã.

NEGÓCIOS

ARARIPE

Campanha faz exame de DNA

A Justiça de Araripe promove uma campanha para concluir os processos de reconhecimento de paternidade de pessoas carentes, através do exame de DNA. A iniciativa envolve o Tribunal de Justiça e a Prefeitura de Araripe.

Os fosséis mais antigos do Estado



ACHADO HISTÓRICO: dez gêneros de fósseis marinhos foram identificados na prospeção do Sítio Paleontológico de Pacujá, onde estarão os exemplares mais antigos encontrados. (Araripe) R&L/PAJ

CASO WALDOMIRO

Nova fita reabre pressão por CPI

A operação apreendeu a casa da nova fita sobre Waldomiro Diniz para investigar a grande pena decorrente de uma CPI. Para o presidente do PT, José Genoino, o Senado não pode "legitimar a criminalidade" imposta para desestabilizar o governo.

CRÔNICA

INVESTIMENTOS

Política industrial terá R\$ 15 bi

O governo anunciou, ontem, que vai liberar R\$ 15 bilhões para estimular a produção industrial no País. A política pretende reverter a tendência de redução de investimentos em capital e tecnologia. (Sociedade) R&L/PAJ

3- QUESTIONÁRIO APLICADO (MODELO)



PPG-PMUS



Laboratório de Estudos
de Comunidades Paleozoicas

Nº do Questionário: _____

Pesquisa de Opinião com a População de Pacujá

Apresentação – Bom dia, meu nome é Adelmo Braga, sou estudante e estou fazendo uma pesquisa com os moradores de Pacujá sobre o dia-a-dia da população. Você (Sr) (Sra) poderia me ajudar?

Parte 1 – Identificação

(P1) Nome _____ (P2) Sexo: M F

(P3) Idade 12 a 15 anos 16 a 21 22 a 35 36 a 55 56 a 70 + de 70

(P4) Escolaridade:

Analfabeto 1º Grau Completo 1º Grau Incompleto 2º Grau Completo 2º

Grau Incompleto Superior Incompleto Superior Completo Pós- Graduação

(P5) Situação econômica (vínculo empregatício)

Trabalhador com vínculo empregatício Trabalhador sem vínculo empregatício

Funcionário Público Procurando trabalho Estudante Dona de Casa

Aposentado/ Pensionista Outro

(P6) Onde você fixa residência?

Zona Rural _____ Zona Urbana

(P7) Quantos anos mora na cidade?

Sempre morou Até 5 anos 5 a 10 anos Mais de 10 anos

(P8) O abastecimento da sua casa é?

Rede residencial (CAGECE) Poço Artesiano Nascente Carro Pipa

Outro _____

(P9) Quais meios ou ambientes você utiliza para ficar informado das coisas que ocorrem na cidade ? (Pode marcar mais de 1)

Em casa, com a família e vizinhos Na escola Bar/ Bodega/ Padaria

Igreja Rádio Sindicato Internet Jornal

Outros _____

Parte 2 – Patrimônio

(P10) Você já visitou um museu? Sim Não — Vá para P15

(P11) Quantidade de Museus visitados:

1 2 a 5 5 a 10 + de 10

(P12) Tipos de museus visitados (Pode marcar mais de 1)

Museu histórico Museu artístico Museu de Ciência Centro Cultural
 Museu de Território Museu Virtual Outro _____

(P13) Você visitou o Museu de Pacujá

Sim Não – vá para P15

(P14) Qual sua impressão quando visitou o museu

Bom Ruim Regular Ótimo

(P15) Quando você ouve a palavra Patrimônio o que você pensa:(Pode marcar + de 1)

Castelo/ Palácio Algo que tenha valor para a ciência ou história

Algo importante para mim Algo velho Algo da Natureza

Algo Que é importante para todos Herança – dinheiro objetos/terreno

Cultura

(P16)Na sua opinião, o que você considera patrimônio.(Pode marcar mais de 1)

Uma rocha Um Osso Algo sagrado Uma pedra Uma árvore Uma cidade

Uma casa Plantas e animais Artesanato Baião-de-dois Uma montanha

Um trem Uma invenção da ciência Uma paisagem O planeta Terra

Uma pintura de arte Uma dança Uma poesia Lenda do Menino Vaqueiro

Um prédio antigo Não considero nada.

(P17) Você já foi na Serrinha?

Sim Não – vá para a P20

(P18) Quantas vezes?

1 2 3 4 5 ou mais

(P19) O que você destacaria de importante na Serrinha

cavernas casa de farinha fósseis Casa do Senhor Raimundo Nascentes
de água Plantas Animais Paisagem Outro _____

(P20) Você percebe algum interesse/plano governamental de acesso e preservação na Serrinha?

Sim - _____

Não

(P21) Marque os valores que você considera embutidos na Serrinha:

Geológico Arqueológico Paleontológico Lazer

Histórico Econômico Nenhum Outro _____

(P22) O que poderia ser feito para uma maior divulgação da Serrinha:

Palestras Nada, está bom assim

Cartazes Programas de Rádio

Caminhadas e trilhas até lá Melhorar o acesso

Outro _____